



ACADEMIA MILITAR

A Segurança e o Policiamento de Espetáculos Desportivos

Autor: Aspirante de GNR Infantaria João Oliveira

Orientador: Professor Doutor José Fontes

Coorientador: Major de GNR Cavalaria Pedro Ramalho

Mestrado em Ciências Militares, na Especialidade de Segurança

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, maio 2016



ACADEMIA MILITAR

A Segurança e o Policiamento de Espetáculos Desportivos

Autor: Aspirante de GNR Infantaria João Oliveira

Orientador: Professor Doutor José Fontes

Coorientador: Major de GNR Cavalaria Pedro Ramalho

Mestrado em Ciências Militares, na Especialidade de Segurança

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, maio 2016

DEDICATÓRIA

À minha família e amigos,
por todo o apoio prestado durante a frequência do curso na Academia Militar.

AGRADECIMENTOS

A realização do presente trabalho não teria sido possível sem a colaboração e apoio de diversas individualidades, a quem, publicamente, me sinto na obrigação de agradecer.

Ao meu orientador, Sr. Professor Doutor José Fontes, por ter aceite o convite, pela sua orientação e pelo tempo despendido ao longo da elaboração da investigação.

Ao meu coorientador, Major Pedro Ramalho, pelo conhecimento transmitido e disponibilidade demonstrada desde o primeiro dia em que aceitou ser meu coorientador.

Ao Capitão Bruno Ribeiro, Comandante do Destacamento Territorial de Sintra, e ao Tenente Nelson Pestana, Comandante do Sub Destacamento Territorial de Alcabideche, pela experiência que me proporcionaram no policiamento do Estoril Praia.

Ao Tenente Nuno Taveira, Adjunto do Comandante do Destacamento Territorial de Almada, e ao Sargento-Ajudante Jorge Luis, Comandante do Posto Territorial da Charneca de Caparica, pela disponibilidade e pela observação do policiamento do “2º Grande Prémio Clube Pedro Pessoa Escola de Atletismo”.

Ao Major Luis Lourenço, pelos conselhos transmitidos e pelo esclarecimento de dúvidas no âmbito da segurança nos espetáculos desportivos.

À direção dos cursos da GNR, pelo apoio demonstrado na construção inicial desta investigação e pela constante preocupação no decorrer da mesma.

À Academia Militar, pelos cinco anos de formação e pelas experiências que me proporcionou.

A todos os entrevistados, por se terem disponibilizado a responder às entrevistas e, desta forma, terem acrescentado valor à investigação.

À minha família, pela educação que me proporcionaram e pelo constante apoio ao longo dos meus vinte e quatro anos de existência.

Ao XXI Curso de Formação de Oficiais da Guarda Nacional Republicana, que me acompanharam ao longo deste ciclo de formação.

Ao Curso do Bicentenário do Colégio Militar, meus amigos, meus irmãos, pelos oito anos inesquecíveis que vivemos juntos e que certamente serão os melhores da minha vida.

Ao Luis Pires e ao Miguel Inácio, pelo permanente apoio e disponibilidade que demonstraram desde o primeiro dia que entrei para a Academia Militar.

Ao Diogo Pereira, por todos os momentos que vivemos no Colégio Militar e por todos os momentos que tínhamos direito a partilhar no futuro. Foste, és e sempre serás o modelo de Homem que irei seguir.

Ao Colégio Militar, instituição bicentenária, que me acolheu como criança e me viu sair como o homem que sou hoje. Tenho a agradecer os oito insubstituíveis anos proporcionados, em que me ensinaste a respeitar e a praticar o Código de Honra do Aluno do Colégio Militar.

RESUMO

O contínuo crescimento do espaço particular aberto ao público contribuiu para o aparecimento e desenvolvimento da segurança privada, aumentando a sua comercialização e o seu número de efetivos. Apesar dos espetáculos desportivos serem eventos privados, a lei prevê, em certos casos, a obrigatoriedade da requisição de policiamento, por parte dos promotores. Será adequada a presença das Forças de Segurança para assegurar um evento particular ou será tarefa para a segurança privada?

Tendo em conta a atualidade do assunto, torna-se uma mais-valia o estudo e compreensão do regime de policiamento de espetáculos desportivos, de forma a mitigar os seus aspetos negativos. Assim sendo, o presente trabalho tem como objetivo geral compreender de que forma o atual regime de policiamento se encontra adequado às exigências dos espetáculos desportivos. Para melhor orientar a investigação, foram definidos objetivos específicos, designadamente identificar as potencialidades do atual regime de policiamento na segurança dos espetáculos desportivos, identificar as vulnerabilidades do atual regime de policiamento na segurança dos espetáculos desportivos e compreender de que forma se podem mitigar as consequências negativas deste regime de policiamento na segurança dos espetáculos desportivos.

A base lógica da presente investigação é o método dedutivo. Não temos como finalidade propor um novo regime de policiamento de espetáculos desportivos, mas sim analisar o regime já existente. Por conseguinte, a presente investigação desenvolveu-se através das seguintes fases: exploratória, analítica e conclusiva. De forma a sustentar as nossas conclusões, procedemos à análise documental, realização de entrevistas, observações qualitativas e, por último, à análise qualitativa do seu conteúdo.

No decorrer da investigação, verificámos a existência de uma cultura de segurança que dificulta, à segurança privada, assumir a exclusividade da segurança dum evento desportivo. Nestas situações, a presença das Forças de Segurança é essencial, sendo ainda mais notória nos eventos desportivos realizados na via pública, onde a principal missão é garantir a segurança dos atletas e assegurar a fluidez e segurança do tráfego rodoviário.

Não obstante, foi possível identificar algumas vulnerabilidades no presente regime de policiamento, pelo que propusemos um conjunto de medidas que podem ser implementadas, nomeadamente a gradual adaptação ao modelo de policiamento praticado no Reino Unido. Para tal, seria necessário aumentar o número de Assistentes de Recinto Desportivo, investindo mais na sua formação e atribuindo-lhes mais competências, contribuindo para a sua autoridade na presença dos adeptos.

Palavras-Chave: Policiamento; Espetáculos Desportivos; Forças de Segurança; Potencialidades; Vulnerabilidades.

ABSTRACT

The continued growth of private space open to the public contributed to the appearance and development of private security, increasing its marketing and the number of employees. Despite sporting events being private, the law foresees, in certain cases, mandatory police request, by the promoters. Will the presence of Security Forces be appropriate to secure a particular event or will it be a task to private security?

Considering the relevance of the subject nowadays, the above becomes an asset to the study and understanding of the sporting events policing regime, in order to reduce its negative aspects. Therefore, this study has a general objective to understand how the current policing system is suited to the demands of sporting events. To better direct this research, there were defined specific objectives, namely to identify the current policing regime potentialities in the security of sporting events, identify the current policing regime vulnerabilities in sporting events and understand how to reduce the negative consequences of this policing regime in the safety of sporting events.

The rationalisation behind the presente investigation is a deductive method. We do not aim to propose a new regime, but to analyze the already existing one. Therefore, the present investigation was carried through the following phases: exploratory, analytical and conclusive. In order to support our conclusions, we proceeded to the documental analysis, interviews, qualitative observations and, finally, to the qualitative analysis of its content.

During the investigation, we found the existence of a safety culture that difficults the private security to assume the exclusive security of a sporting event. In these situations, the presence of a Security Force is essential, being more notorious in sporting events held on public roads, where the main mission is to ensure the safety of athletes and ensure the flow and safety of road traffic.

Nevertheless, it was possible to identify some vulnerabilities in this policing regime, therefore we proposed a set of measures that can be implemented, namely the gradual adaptation to the policing model used in the United Kingdom. In order for this to be possible, it would be necessary to increase the number of sports ground assistants, to invest more in their training and give them more abilities, contributing to their authority in the presence of the fans.

Keywords: Policing; Sporting Events; Security Forces; Potentialities; Vulnerabilities.

ÍNDICE GERAL

DEDICATÓRIA.....	i
AGRADECIMENTOS	ii
RESUMO	iv
ABSTRACT.....	vi
ÍNDICE GERAL.....	viii
ÍNDICE DE FIGURAS	xi
ÍNDICE DE QUADROS	xii
LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS	xiii
LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS	xiv
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO	4
1.1. Segurança.....	4
1.1.1. Conceito de segurança	4
1.1.2. Segurança como garantia do Estado	5
1.1.3. Segurança privada.....	6
1.2. O desporto como fenómeno social	7
1.2.1. Violência no desporto	8
1.3. Espetáculos desportivos.....	9
1.3.1. Segurança e policiamento dos espetáculos desportivos	10

CAPÍTULO 2. ENQUADRAMENTO JURÍDICO12

2.1. Regime jurídico do combate à violência, ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espetáculos desportivos12

2.2. Regime de policiamento de espetáculos desportivos realizados em recinto desportivo e de satisfação dos encargos com o policiamento de espetáculos desportivos em geral.....16

2.2.1. Princípio da responsabilidade do policiamento17

2.2.2. Princípio da voluntariedade da requisição policial.....17

2.2.3. Princípio do carácter distintivo da competição18

2.3. Sistema comparado: Reino Unido19

CAPÍTULO 3. METODOLOGIA.....21

3.1. Perguntas de investigação.....21

3.1.1. Pergunta de partida21

3.1.2. Perguntas derivadas21

3.2. Método.....21

3.2.1. Quanto ao procedimento.....22

3.2.2. Quanto à lógica de investigação22

3.2.3. Quanto à abordagem.....22

3.2.4. Quanto às técnicas de recolha de dados.....23

3.2.5. Tratamento e análise de dados.....24

3.3. Caracterização da amostragem.....25

CAPÍTULO 4. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS26

4.1. Observação qualitativa n.º 126

4.2. Observação qualitativa n.º 229

4.3. Análise das entrevistas.....33

4.4. Discussão dos resultados	46
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	55
APÊNDICES	I
ANEXOS.....	XV

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura n.º 1 — Desenho da Investigação	VIII
Figura n.º 2 — Dispositivo do policiamento antes e durante o jogo	XI
Figura n.º 3 — Disposição do estádio António Coimbra da Mota	XII
Figura n.º 4 — Percurso da prova principal (10km)	XXVI

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro n.º 1 — Análise das respostas à questão n.º 1	33
Quadro n.º 2 — Análise das respostas à questão n.º 2	34
Quadro n.º 3 — Análise das respostas à questão n.º 3	35
Quadro n.º 4 — Análise das respostas à questão n.º 4	36
Quadro n.º 5 — Análise das respostas à questão n.º 5	37
Quadro n.º 6 — Análise das respostas à questão n.º 6	38
Quadro n.º 7 — Análise das respostas à questão n.º 7	39
Quadro n.º 8 — Análise das respostas à questão n.º 8	41
Quadro n.º 9 — Análise das respostas à questão n.º 9	42
Quadro n.º 10 — Análise das respostas à questão n.º 10	43
Quadro n.º 11 — Análise das respostas à questão n.º 11	44
Quadro n.º 12 — Análise das respostas à questão n.º 12	46
Quadro n.º 13 — Match categories	II
Quadro n.º 14 — Apresentação dos entrevistados	IX
Quadro n.º 15 — Dipositivo de segurança antes e durante o jogo	X
Quadro n.º 16 — Constituição da sala CCTV	XIII
Quadro n.º 16 — Efetivo empenhado no policiamento	XIV

LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS

APÊNDICES.....	I
Apêndice A — Categorização dos eventos (Reino Unido)	II
Apêndice B — Guião de entrevista	III
Apêndice C — Desenho da Investigação.....	VIII
Apêndice D — Apresentação dos entrevistados.....	IX
Apêndice E — Dispositivo de segurança antes e durante o jogo	X
Apêndice F — Dispositivo do policiamento antes e durante o jogo.....	XI
Apêndice G — Disposição do estádio António Coimbra da Mota.....	XII
Apêndice H — Constituição da sala CCTV	XIII
Apêndice I — Efetivo empenhado no policiamento.....	XIV
 ANEXOS.....	 XV
Anexo A — Statement of Intent (Modelo)	XVI
Anexo B — Charging Agreement (Modelo sem <i>Schedules</i>).....	XIX
Anexo C — Parecer sobre utilização de potes de fumo.....	XXIII
Anexo D — Alvará de licenças de atividade de prova desportiva na via pública e especial de ruído	XXIV
Anexo E — Parecer da prova desportiva.....	XXV
Anexo F — Percurso da prova principal (10km).....	XXVI

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

ADSP	— Associação de Diretores de Segurança de Portugal
ANPC	— Autoridade Nacional de Proteção Civil
ARD	— Assistente de Recinto Desportivo
art.º	— Artigo
Cap	— Capitão
CCTV	— <i>Closed-Circuit Television</i>
CESD	— Conselho para a Ética e Segurança no Desporto
Cmdt	— Comandante
CP	— Clube de Portugal
CPPEA	— Clube Pedro Pessoa Escola de Atletismo
CRP	— Constituição da República Portuguesa
CS	— Club Sport
CTer	— Comando Territorial
DI	— Destacamento de Intervenção
DTer	— Destacamento Territorial
FC	— Futebol Clube
FPF	— Federação Portuguesa de Futebol
GNR	— Guarda Nacional Republicana
GOA	— Grupo Organizado de Adeptos
h	— hora
IPDJ, I.P.	— Instituto Português do Desporto e Juventude, Instituto Público
ISCPSI	— Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna
LOGNR	— Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana
LOPSP	— Lei Orgânica da Polícia de Segurança Pública
MAI	— Ministério da Administração Interna
n.º	— número
NA	— Não Aplicada

NEP — Norma de Execução Permanente

OLA — Oficial de Ligação com os Adeptos

p. — página

PD — Pergunta Derivada

PIRPED — Plataforma Informática de Requisição de Policiamento de Espetáculos

Desportivos

PNIF — Ponto Nacional de Informações sobre o Futebol

PSP — Polícia de Segurança Pública

PTer — Posto Territorial

RA — Relatório de Atividades

RASP — Relatório Anual de Segurança Privada

RMOP — Restabelecimento e Manutenção da Ordem Pública

SAj — Sargento-Ajudante

SAD — Sociedade Anónima Desportiva

SDTer — Subdestacamento Territorial

SGMAI — Secretário-Geral do Ministério da Administração Interna

SL — Sport Lisboa

Ten — Tenente

USHE — Unidade de Segurança e Honras de Estado

V.Ex.^a — Vossa Excelência

ZA — Zona de Ação

INTRODUÇÃO

À medida que as sociedades foram evoluindo, assim como o crime, o Estado apresentou dificuldades em garantir todos os direitos e serviços públicos aos quais se comprometeu. A partir da década de sessenta do século XX, segundo Alves (2010, p. 77), “o mercado da segurança privada, enquanto atividade económica organizada, à semelhança do que temos hoje, afirma-se por toda a Europa”.

O contínuo crescimento do espaço particular acessível ao público, nomeadamente, comercial e de serviços, exigiu ao Estado um empenhamento excessivo dos seus recursos, abrindo portas ao mundo da segurança privada. A segurança privada surge como um serviço complementar às FS, onde têm vindo a ganhar cada vez mais competências.

Exemplo atual desta privatização é a segurança nos espetáculos desportivos. O regime de policiamento de espetáculos desportivos tem vindo a sofrer várias alterações, nomeadamente em matéria de financiamento do Estado, número de efetivos policiais, entre outros. Apesar de nos últimos anos o legislador estabelecer a diminuição da vertente policial nos espetáculos desportivos, é importante realçar que tanto a LOGNR como a LOPSP preveem, como atribuições de ambas as FS, o garantir da segurança nos espetáculos desportivos.

Segundo dados fornecidos pelo RASI 2014, realizaram-se 49.165 atividades de policiamento no âmbito da segurança de espetáculos desportivos, tanto em recintos desportivos como na via pública. O futebol representou mais de 50% deste número de policiamentos. Envolvidos na segurança destes eventos estiveram empenhados 178.379 elementos das FS.

Segundo Sarmiento (2013), a escolha e justificação do tema são dois requisitos necessários para iniciar uma investigação. A escolha do tema deve atender a vários parâmetros, “tais como gostar do tema e ter capacidade para obter e tratar os dados” (Sarmiento, 2013, p. 6), enquanto a justificação do tema visa a atualidade e inovação do mesmo, respeitando as motivações do investigador (Sarmiento, 2013).

A escolha do tema “*Segurança nos Espetáculos Desportivos*” é derivada do interesse do Investigador pelos espetáculos desportivos em geral e pela dicotomia entre a segurança

pública e a segurança privada. O título “*A Segurança e o Policiamento de Espetáculos Desportivos*” surge no sentido deste dicótomo, pois a segurança nos espetáculos desportivos é partilhada entre as FS e entidades civis, nomeadamente as empresas de segurança privada. A atualidade do tema também contribuiu para a sua escolha, pois cada vez mais se questiona a presença da segurança pública para assegurar o normal desenrolar de um evento de interesse particular. A GNR efetua diversos policiamentos de espetáculos desportivos, onde empenha um elevado número de militares, tal como comprovado nas duas observações qualitativas realizadas no decorrer desta investigação. Na aproximação do culminar de cinco anos no mestrado de *Ciências Militares, na Especialidade de Segurança*, torna-se pertinente o aprofundar da vertente da segurança.

Sendo o policiamento dos espetáculos desportivos o principal foco desta investigação, foi definido o objetivo geral de compreender de que forma o atual regime de policiamento se encontra adequado às exigências dos espetáculos desportivos. Para conseguir atingir este objetivo, é necessário esclarecer aspetos mais concretos, pelo que foram definidos três objetivos específicos, no sentido de melhor orientar a investigação: identificar as potencialidades do atual regime de policiamento na segurança dos espetáculos desportivos, identificar as vulnerabilidades do atual regime de policiamento na segurança dos espetáculos desportivos e compreender de que forma se podem mitigar as consequências negativas deste regime de policiamento na segurança dos espetáculos desportivos.

Tendo em conta o objetivo geral traçado, foi formulada a pergunta de partida “**Em que medida o atual regime de policiamento se encontra adequado às exigências dos espetáculos desportivos?**”.

O presente trabalho é constituído por Introdução, Enquadramento Teórico, Enquadramento Jurídico, Metodologia, Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados e Conclusões e Recomendações.

A Introdução tem como objetivo a apresentação geral do trabalho. Neste sentido, contém uma apresentação do tema, motivação para a escolha e pertinência no âmbito do mestrado em *Ciências Militares, na Especialidade de Segurança*, a definição do objetivo geral e específicos, a formulação da pergunta de partida e um breve enunciado da estrutura do trabalho.

O Enquadramento Teórico e o Enquadramento Jurídico resultam da revisão da bibliografia. No Enquadramento Teórico, Capítulo 1, são apresentadas várias perspetivas teóricas sobre o tema em estudo, designadamente a vertente da segurança e dos espetáculos desportivos. No Enquadramento Jurídico, Capítulo 2, são aprofundados dois diplomas

essenciais para a investigação deste tema, designadamente o *regime jurídico do combate à violência, ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espetáculos desportivos, de forma a possibilitar a realização dos mesmos com segurança* e o *regime de policiamento de espetáculos desportivos realizados em recinto desportivo e de satisfação dos encargos com o policiamento de espetáculos desportivos em geral*. Ainda neste capítulo, é apresentado o modelo de policiamento praticado no Reino Unido.

No terceiro capítulo é apresentada a metodologia utilizada nesta investigação, nomeadamente a definição da pergunta de partida e perguntas derivadas, o método e a caracterização da amostragem.

O quarto capítulo resulta do trabalho de campo levado a cabo pelo Investigador. Nesta fase são analisadas duas observações qualitativas e é feita a apresentação, análise e discussão dos resultados das entrevistas.

Por último, são apresentadas as Conclusões e Recomendações, onde são demonstradas reflexões sobre os resultados obtidos, nomeadamente através da resposta às questões derivadas e à questão central, e apresentadas propostas para futuras investigações.

CAPÍTULO 1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1. Segurança

1.1.1. Conceito de segurança

Segundo Cruz (2015, p. 91) “A preservação do indivíduo e da sua propriedade é uma das atividades do Homem tão antiga quanto o próprio conceito de propriedade permite”. Assim como hoje em dia, a segurança esteve sempre associada a dois pilares fundamentais: garantir a preservação da integridade física e garantir a custódia dos pertences.

Ao interpretar a pirâmide de Abraham Maslow (1970) é possível verificar que o Homem apresenta, de forma inata, uma vontade permanente de satisfazer determinadas necessidades, sendo que “se desenvolvem numa espécie de escalonamento hierárquico, uma vez que nem todas as necessidades são igualmente prementes” (Alves, 2010, p. 19). Em primeiro lugar, surgem as necessidades fisiológicas, tais como a alimentação e o sono. Logo de seguida, em segundo lugar, encontra-se a segurança, onde existe um sentimento de afastamento de perigos e o estabelecimento de medidas que garantem a preservação da integridade física (Alves, 2010).

A palavra segurança, de acordo com Alves (2010), tem origem etimológica no latim *securitas*, que indica um estado de ausência de perigo. O mesmo autor define segurança como “o estado ou condição que se estabelece num determinado ambiente, através da utilização de medidas adequadas, com vista à sua preservação e à condução de atividades, no seu interior ou em seu proveito, sem rupturas” (Alves, 2010, p. 37). No entanto, em termos de linguagem técnica, esta ideia de segurança revela-se insuficiente e imprecisa como definição. Afinal de contas, “não será exatamente em presença do perigo que se pretende ter segurança?!” (Alves, 2010, p. 29).

Esta indefinição conduz à utilização corrente, mesmo entre profissionais portugueses, dos termos anglo-saxónicos “safety” e “security”. Apesar de ambas as palavras serem traduzidas para português por “segurança”, Alves (2010) conclui que podem corresponder aos termos portugueses segurança e seguridade, respetivamente.

No termo “safety”, definido como “uma situação física, de afastamento de perigo” (Alves, 2010, p. 31), encontra-se correspondência com o termo português segurança, que “exprime a efetiva carência de perigo” (Alves, 2010, p. 30). Por outro lado, a palavra “security”, definida mais como “um sentimento, resultante da aplicação de um método sistemático e compreensivo” (Alves, 2010, p. 31), é possível corresponder ao termo seguridade, que está relacionado com o sentimento de segurança ou “tranquilidade de espírito resultante de não haver receio de perigo” (Alves, 2010, p. 32).

O conceito de segurança tem sido um tema de atual debate em todo o mundo. Desta forma, apesar da segurança se focar essencialmente na preservação da integridade física e na garantia da custódia de bens, as ameaças que a colocam em causa são variadas. Assim sendo, “a tradicional visão de segurança, ligada essencialmente à existência de inimigos, não responde hoje, por ser muito estreita, à realidade de um ambiente dominado por ameaças normalmente não incluídas na tipologia da guerra e conflitos” (Rodrigues, 2013, p. 13). Atualmente, deparamo-nos com pobreza, crises económicas, atentados ambientais, conflitos étnicos, terrorismo, entre outros.

Segundo Alves (2010), a segurança divide-se primariamente em pública, garantida pelo Estado, e em privada, que surge devido à insuficiência das medidas tomadas pelo mesmo. De seguida, vão ser aprofundados estes dois conceitos.

1.1.2. Segurança como garantia do Estado

De acordo com Fernandes (2010, p. 105), “O Estado existe porque a sociedade acredita que sem ele não é possível manter a paz interna e assegurar a defesa externa. Assim, a segurança das pessoas e dos valores é uma das primeiras finalidades do Estado”. Tradicionalmente, são atribuídos ao Estado três grandes fins: segurança, cultura e bem-estar (Fontes, 2014).

Tal como já referimos, e segundo Alves (2010), é possível destacar vários *palcos* onde, atualmente, se desenrolam as principais atividades de segurança, nomeadamente a economia, o bem-estar da sociedade civil, a ordem pública, a política e o ambiente. Para além do Estado, também é possível destacar outros atores que contribuem para a segurança ou insegurança do momento político: organizações, famílias, grupos ou indivíduos com condutas desviantes, os órgãos de comunicação social e a natureza. Em cada um destes palcos, cabe ao Estado definir objetivos estratégicos, medidas e metas que contribuem para a implementação de um “regime de segurança” (Alves, 2010).

No caso particular do Estado de direito democrático português, o direito à segurança está previsto na CRP, no Título II da Parte I que se denomina *Direitos, Liberdades e Garantias*. Juntamente com o direito à liberdade, ambos estão consagrados no art.º 27.º da CRP, com o título “direito à liberdade e à segurança”¹. Estes dois valores são indissociáveis, pois não existe liberdade sem segurança, nem segurança sem liberdade. Citando Lopes (2010, p. 7) “quanto mais liberdade tiver um indivíduo maior será a dificuldade por parte da organização política em garantir a segurança dos seus membros e a consequente estabilidade necessária à sua continuidade”. Desta forma, é necessário manter um equilíbrio entre a liberdade de cada indivíduo e a segurança de todos.

1.1.3. Segurança privada

Apesar de inicialmente ser negada, a dificuldade do Estado para fazer face a todas as solicitações da segurança foi surgindo. Alves (2010, p. 42) afirma que se passou “das grandes teorizações contra o ‘fantasma securitário’ para a privatização da segurança, que se vai impondo cada vez mais, como libelo acusatório à ineficácia do Estado”.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, o mercado da segurança privada viu a sua oportunidade para se desenvolver. Os Estados ficaram ressentidos pelo seu empenhamento na guerra, o que dificultou a resposta às solicitações dos particulares e um aumento do sentimento de insegurança. Falhas no sistema público e o contínuo incremento do espaço particular aberto ao público, fizeram com que a segurança privada ganhasse cada vez mais importância, aumentando a sua comercialização e o seu número de efetivos. Já em 1998, o número de efetivos nas empresas de segurança privada ultrapassava o efetivo das instituições policiais públicas (Clemente, Da Polícia de Ordem Pública, 1998). Mais recentemente, em 2014, verificou-se a existência de 36.871 vigilantes ativos², enquanto as FS tinham um efetivo total de 44.815 elementos, 21.777 da PSP³ e 23.038 da GNR⁴. Estes números incluíam o pessoal sem funções policiais na PSP e os civis na GNR, respetivamente.

Em Portugal, a segurança privada é relativamente recente enquanto atividade empresarial. Aliás, a “criação da primeira empresa de segurança privada ocorreu em 1965, no entanto, só a partir da década de 70 é que se verificou um verdadeiro impulsionamento neste setor” (Rodrigues, 2011 citado em Moreira, 2011, p. 30).

¹ Segundo o art.º 27.º da CRP, “todos têm direito à liberdade e segurança”.

² Dados obtidos no RASP 2014.

³ Dados obtidos no RA da PSP 2014.

⁴ Dados obtidos no RA da GNR 2014.

O exercício da atividade de segurança privada foi pela primeira vez regulado, em Portugal, pelo Decreto-Lei n.º 282/86, de 5 de setembro. Atualmente, está previsto na Lei n.º 34/2013, de 16 de maio, que manteve os princípios definidores do exercício da atividade de segurança privada, designadamente o da prossecução do interesse público e o da complementaridade e subsidiariedade face às competências asseguradas pelas Forças e Serviços de Segurança.

Por outras palavras, “O Estado soberano que hoje conhecemos sentiu necessidade de se readaptar para melhor responder aos atuais desafios, reconhecendo que não sendo o único ator neste domínio, continua a ser o principal, tendo o dever de assumir as funções de prestador, dinamizador e regulador da segurança” (Ferreira, 2014, p.13).

Alguns autores defendem que a segurança privada deve ser empregue em tarefas de menor complexidade e de menor risco, tais como controlo de acessos ou revistas. As FS, por outro lado, encontram-se prontas a intervir aquando a ameaça da ordem pública (Lopes, 2010). Exemplo disto é o presente estudo de caso, o policiamento de espetáculos desportivos, “onde é bem visível a interação e a complementaridade entre forças de Segurança Pública e os elementos da Segurança Privada, onde se têm os ARD a desempenhar tarefas de menor complexidade e a força de Segurança Pública a supervisionar e a garantir a ordem pública, mas sempre pronta a intervir se houver algum incidente de maior gravidade” (Lopes, 2010, p.28).

1.2. O desporto como fenómeno social

Numa perspetiva social, o desporto sempre se revelou de elevada importância. Segundo Costa (1992, p. 101), “O desporto é um fenómeno humano tão ligado à origem, às estruturas e ao funcionamento da sociedade que nós poderemos afirmar que é possível analisar qualquer sociedade através dos desportos que ela pratica”. Desta forma, o desporto constitui-se como um campo de observação social, ou seja, uma nova ferramenta de análise social, que nos permite compreender uma determinada sociedade, assim como o Homem (Costa, 1992).

Marivoet (2012, p.7) realça esta vertente social do desporto, dizendo que “A instituição do desporto moderno constituiu assim um espaço social que, embora tido como um 'mundo à parte da vida real' dado o seu carácter lúdico e amador, se apresentava como um 'espelho' da vida social”. No entanto, na década de 1970, surgiu um gradual processo de profissionalização do desporto, sendo exemplo prático a Carta Olímpica de 1978. Esta Carta,

que prevê um conjunto de regras e orientações para a organização dos Jogos Olímpicos, estabeleceu, em 1978, “a desconsagração do princípio do amadorismo (...) permitindo assim um amplo desenvolvimento da produção da performance desportiva e comercialização do espectáculo, num contexto social marcado pela ascensão da globalização dos mercados e estilos de vida” (Costa, 1992, p. 7). A profissionalização, a globalização e o interesse económico contribuíram para o surgimento do espectáculo desportivo.

Apesar dos espetáculos desportivos abrangerem uma variedade de modalidades, é possível distinguir o futebol como das mais importantes, ou até a mais importante, daí ser considerado o desporto “rei”. Exemplo prático da importância social do futebol foi a “Trégua de Natal”. No final de 1914, mais concretamente na altura festiva do Natal, viveu-se um momento de confraternização entre militares alemães e ingleses em plena Grande Guerra. Segundo Theodoro (2004, p.1), “As trincheiras de ambos os lados ficavam a apenas algumas dezenas de metros umas das outras, com a área entre elas sendo conhecida como ‘terra-de-ninguém’”. Entre outras atividades, foi nestas “terras-de-ninguém” que se realizaram jogos de futebol entre alemães e ingleses. O soldado *Kurt Zehmisch*, do 134.º Regimento da Saxônia, registou no seu diário: “Os ingleses arranjam uma bola nas suas trincheiras e logo começou uma bela partida de futebol. Era tão incrivelmente maravilhoso quanto estranho” (Theodoro, 2004, p. 5).

1.2.1. Violência no desporto

De acordo com Santos (2015), é possível distinguir a violência desportiva em dois tipos: endógena e exógena. Enquanto a violência endógena se reporta ao comportamento dos próprios participantes da atividade desportiva, a violência exógena refere-se aos atos levados a cabo pelos espetadores. Esta investigação foca-se essencialmente na violência exógena, nomeadamente na violência gerada pelos GOA.

Gomes (2014) afirma que existe uma assimetria no comportamento dos espetadores, dependendo do espectáculo desportivo que assistem. Atualmente, é considerada rara uma ocorrência de violência exógena numa modalidade como o atletismo, golfe, voleibol, entre outras. Ao acontecerem, verificam-se na sequência de um confronto entre clubes que “detêm uma acesa rivalidade ao nível do futebol” (Gomes, 2014, p. 11). É possível afirmar que “hoje em dia o futebol detém o monopólio dos acontecimentos de violência exógena à competição” (Gomes, 2014, p. 11).

De acordo com Marivoet (1992), Taylor e Clarke foram os pioneiros no estudo do fenómeno da violência na sociedade inglesa a partir dos anos cinquenta. Segundo Taylor (1971 cit. por Marivoet, 1992, p. 138), “a violência até aos anos sessenta foi diferente da que se assistiu posteriormente, e atribuiu os novos aspetos de vandalismo aos efeitos do que denominou ‘cauda subcultural’ dos adeptos das classes trabalhadoras, face ao ‘aburguesamento’ e ‘internacionalização’ do futebol”. Noutra perspetiva, Clarke (1978 cit. por Marivoet, 1992, p.138) afirma que “antes da 2ª Grande Guerra os jovens iam tradicionalmente acompanhados aos jogos de futebol pelos pais, tios, ou irmãos mais velhos, (...), e assim o comportamento estaria sujeito a controlo”. Na década de sessenta os jovens começaram a assistir aos jogos em grupo, desaparecendo este processo autorregulador. Este fator, juntamente com o processo de “profissionalização” e “espectacularização”, conduziu ao “aparecimento de um novo tipo de vandalismo caracterizado por lutas entre adeptos” (Clarke 1978 cit. por Marivoet, 1992, p. 138).

No seu estudo, Marivoet (1992) questiona a existência do fenómeno do hooliganismo na sociedade portuguesa, descrevendo-os como “quase-grupos subculturais, onde a pertença a estes é determinada pela sua vulnerabilidade social” (Marivoet, 1992, p. 140). A baixa perspetiva social que os hooligans enfrentam é compensada através de comportamentos valentes e violentos dentro das claques.

1.3. Espetáculos desportivos

Para deixar clara a definição de espetáculo desportivo começo por recorrer à própria lei, ou seja, a Lei n.º 39/2009, de 30 de julho, alterada pela Lei n.º 52/2013, de 25 de julho. Segundo a alínea h) do art.º 3.º deste diploma, o espetáculo desportivo é “o evento que engloba uma ou várias competições individuais ou coletivas” (Assembleia da República [AR], 2013, p. 4374). Na sequência deste conceito, a definição de recinto desportivo está prevista na alínea n) do art.º 3.º do mesmo diploma, sendo “o local destinado à prática do desporto ou onde este tenha lugar, confinado ou delimitado por muros, paredes ou vedações, em regra com acesso controlado e condicionado” (AR, 2013, p. 4375).

Apesar do conceito de espetáculo desportivo ser o utilizado pela legislação nacional, é mais comum a utilização do termo evento desportivo, tanto nos órgãos de comunicação social como em trabalhos de investigação.

Numa análise mais alargada, é possível concluir que, atualmente, este espetáculo vai para além do desporto, das modalidades, da técnica e do talento dos atletas. Devido à

popularidade e fácil comercialização do desporto, cada vez faz mais sentido a sua ligação com o termo espetáculo. Segundo Constantino (2013, pp. 40-41) “o rendimento desportivo, base sobre a qual se estrutura a competição e se constrói o espetáculo, não tem só um valor desportivo: encerra também um valor comercial/económico e, em algumas circunstâncias, assume uma clara dimensão política”. Por vezes o produto final, espetáculo, sobrepõem-se ao produto inicial, a competição desportiva.

1.3.1. Segurança e policiamento dos espetáculos desportivos

Estudar a segurança no desporto é um processo complexo. Segundo Meirim (2007), ao contactarmos com a realidade desportiva, é possível constatar que a sua ligação com a segurança é multifacetada. O desporto *per si* já é pluralidade, pois tanto pode ser espetáculo desportivo como desporto de recreação, desporto para jovens, atividade física para crianças, entre outros. Para além disto, é possível associar ao desporto a presença de variados atores, nomeadamente os atletas, os espetadores, os organizadores e promotores do espetáculo desportivo, entre outros. Desta forma, queremos investigar “A segurança de quem? Do praticante desportivo? De terceiros (...)? A segurança do quê? Dos equipamentos desportivos? Dos espetáculos desportivos?” (Meirim, 2007, p. 7). A presente investigação tem como foco a segurança nos espetáculos desportivos.

A nossa lei fundamental, a CRP, prevê o direito à segurança no desporto no seu art.º 79.º. O n.º 2 deste artigo prevê que é incumbido ao “Estado, em colaboração com as escolas e as associações e colectividades desportivas, promover, estimular, orientar e apoiar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, bem como prevenir a violência no desporto”. De acordo com Gomes (2014, p.48), “Seria com base nestas disposições constitucionais, e consequentes princípios nelas constantes, que o legislador português procurou densificar a produção legal ordinária em redor da problemática da violência associada ao Desporto”.

Na sequência deste assunto, a Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto⁵, no n.º 2 do seu art.º 3.º, estabelece que “incumbe ao Estado adoptar as medidas tendentes a prevenir e a punir as manifestações antidesportivas, designadamente a violência, dopagem, a corrupção, o racismo, a xenofobia e qualquer forma de discriminação” (AR, 2007, p. 356).

Atualmente, após a revogação e alteração de leis anteriores, a Lei n.º 39/2009, de 30 de julho, com última alteração pela Lei n.º 52/2013, de 25 de julho, estabelece o *regime*

⁵ Cfr. Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, alterada pela Lei n.º 74/2013, de 6 de setembro.

jurídico do combate à violência, ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espetáculos desportivos, de forma a possibilitar a realização dos mesmos com segurança. No art.º 11.º deste diploma, vem previsto o policiamento de espetáculos desportivos, estabelecendo que o “regime de policiamento de espetáculos desportivos realizados em recinto desportivo e de satisfação dos encargos com o policiamento de espetáculos desportivos em geral consta de diploma próprio” (AR, 2013, p. 4377). Este regime de policiamento vem previsto no Decreto-Lei n.º 216/2012, de 9 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 52/2013, de 17 de abril. A presente investigação tem como principal objeto de estudo estes dois diplomas.

A previsão da obrigatoriedade do policiamento dos espetáculos desportivos realizados na via pública também está regulada no Decreto-Lei n.º 216/2012, de 9 de outubro. No entanto, o seu policiamento e acompanhamento vem ser esclarecido pela NEP/GNR 3.08, de 14 de maio de 2010.

De acordo com Clemente (2010) é possível desdobrar o conceito de polícia em vários sentidos. No sentido funcional, em que a “polícia é tanto um modo de agir da administração pública”, no sentido formal, “um conjunto de normas reguladoras da ordem pública” e no sentido orgânico como “a instituição pública encarregada de manter a ordem pública (e não a privada) e de velar pelo cumprimento das leis” (Clemente, 2010, p. 146).

Segundo a alínea l) do n.º 1 do art.º 3.º da LOGNR⁶, é atribuição da Guarda garantir a segurança nos espetáculos desportivos. A LOPSP⁷, na alínea l) do seu art.º 3.º, estabelece que é atribuição da PSP “Garantir a segurança nos espetáculos, incluindo os desportivos (...)” (AR, 2007, p. 6066). Para além das FS, está ainda prevista, no *regime de exercício da atividade de segurança privada*⁸, a obrigatoriedade de dispor de um sistema de segurança que inclua ARD, aquando a realização de espetáculos desportivos em recintos desportivos. Os termos e as condições de utilização de ARD em espetáculos desportivos, quando obrigatório, vêm previstos na Portaria n.º 261/2013, de 14 de agosto.

⁶ Cfr. Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro.

⁷ Cfr. Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto.

⁸ Cfr. Lei n.º 34/2013, de 16 de maio.

CAPÍTULO 2. ENQUADRAMENTO JURÍDICO

2.1. Regime jurídico do combate à violência, ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espetáculos desportivos

A Lei n.º 39/2009, de 30 de julho, com primeira alteração pelo Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de julho, e segunda alteração pela Lei n.º 52/2013, de 25 de julho, estabelece atualmente o *regime jurídico do combate à violência, ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espetáculos desportivos, de forma a possibilitar a realização dos mesmos com segurança*.

Antes da entrada em vigor deste novo regime jurídico, era a Lei n.º 16/2004, de 11 de maio, que estabelecia as medidas preventivas e punitivas a adotar em caso de manifestações de violência associadas ao desporto. Esta lei introduziu várias alterações no âmbito da segurança e do combate à violência, nomeadamente no aumento da responsabilização de organizadores e promotores e a criminalização dos infratores, assim como a possibilidade de revista aos espectadores por parte dos ARD, uma competência que, até ao momento, era exclusiva das FS.

Segundo Vasques (2015), a Lei n.º 39/2009, de 30 de julho, introduziu várias alterações para ir de encontro com o pretendido na legislação europeia, “nomeadamente, através da transferência para outros intervenientes no espetáculo desportivo – organizador, promotor, assistentes de recinto desportivo (ARD) – de alguns poderes que, até então, estavam no domínio exclusivo da segurança pública” (Vasques, 2015, p.36). Para além do referido, é possível verificar no art.º 1.º deste diploma que o seu objeto não abrange apenas o combate à violência, mas também ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espetáculos desportivos.

A primeira alteração deste diploma foi o Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro, que surgiu devido à extinção dos governos civis. Veio alterar o n.º 2 do art.º 43.º da Lei n.º 39/2009, de 30 de julho, transferindo as competências de aplicação das coimas dos governadores civis do distrito, no território continental, para a FS territorialmente competente.

A segunda alteração foi a Lei n.º 52/2013, de 25 de julho. Ao contrário da primeira, esta alteração trouxe diversas alterações e aditamentos ao regime, embora a sua constituição em quatro Capítulos se tenha mantido.

Logo no seu art.º 3.º, verifica-se uma ampliação do número de definições. O legislador acrescentou a figura do agente desportivo, a figura do ponto de contacto para a segurança e ainda o ponto nacional de informações sobre o futebol (PNIF). A lei anterior já se referia ao agente desportivo, no entanto, não se comprometia com uma definição. Por outro lado, a figura do ponto de contacto para a segurança surge como uma novidade. Segundo a alínea g) do n.º 3 do presente diploma, esta figura é “o representante do promotor do espectáculo desportivo, permanentemente responsável por todas as matérias de segurança do clube, associação ou sociedade desportiva” (AR, 2013, p. 4374). Neste âmbito, é responsável por garantir a coordenação entre várias entidades, designadamente entre as FS, os serviços de emergência médica, a ANPC, bombeiros e o organizador da competição. É ainda responsável por definir as orientações do serviço de segurança privada. Ainda relativamente ao ponto de contacto para a segurança, é adicionado o art.º 10.º-A, que vem acrescentar o dever de comunicação da designação desta figura ao IPDJ, I.P.. Caso não este não seja designado, “presume-se responsável o dirigente máximo do clube, associação ou sociedade desportiva” (AR, 2013, 4377).

O PNIF, segundo a alínea p) do n.º 3 deste diploma, é uma figura de carácter permanente “para intercâmbio internacional de informações relativas aos fenómenos de violência associada ao futebol” (AR, 2013, p. 4375).

Nesta segunda alteração, o CESD é substituído pelo IPDJ, I.P.. Desta forma, as competências atribuídas ao antigo CESD, são agora atribuídas ao IPDJ, I.P., nomeadamente o registo dos regulamentos de prevenção da violência⁹ e dos regulamentos de segurança e de utilização dos espaços de acesso público¹⁰.

No elenco dos deveres dos promotores, previsto no art.º 8.º, verifica-se o aditamento de nove alíneas, com destaque para a alínea h) do n.º 1, sendo que “relativamente a indivíduos aos quais tenha sido aplicada medida de interdição de acesso a recintos desportivos, pena de privação do direito de entrar em recintos desportivos ou sanção acessória de interdição de acesso a recintos desportivos” (AR, 2013, p. 4376), o promotor tem o dever de impedir o seu acesso no recinto, assim como a obtenção de benefícios pelo clube, associação ou sociedade desportiva.

⁹ Cfr. n.º 2 do art.º 5.º do *regime jurídico do combate à violência*.

¹⁰ Cfr. n.º 3 do art.º 7.º do *regime jurídico do combate à violência*.

Este novo regime vem atribuir novas competências às FS, nomeadamente no n.º 6 do art.º 12.º, relativo à qualificação dos espetáculos desportivos, onde legislador atribui às FS a possibilidade de, fundamentadamente, colocar à apreciação do IPDJ, I.P., a qualificação de determinado espetáculo desportivo. O n.º 1 do art.º 13.º, vem ainda atribuir às FS a função de fiscalização do cumprimento do disposto na presente lei.

Ainda na qualificação dos espetáculos desportivos existe outro aditamento, mais concretamente um novo grau de risco, o risco reduzido. Este aditamento vem previsto no n.º 3 do art.º 12, e atribui às competições de escalões juvenis e inferiores, por regra, o grau de risco reduzido.

Esta nova alteração vem também aumentar o controlo sobre os GOA. Segundo a lei anterior, para que os GOA pudessem ser apoiados pelo promotor do espetáculo desportivo, era necessária a sua constituição como associações e registo junto do antigo CESD. Atualmente, a constituição como associação e o registo junto do IPDJ, I.P., é obrigatório, independentemente da existência ou não de apoio por parte do promotor¹¹. Caso este registo não se verifique, os promotores, ou qualquer outra entidade que pretenda apoiar o GOA¹², ficam impedidos de o fazer, nomeadamente, e segundo o n.º 2 do art.º 14.º do presente diploma, “através da concessão de facilidades de utilização ou cedência de instalações, apoio técnico, financeiro ou material” (AR, 2013, p. 4378). Antes de ser prestado apoio a qualquer GOA, a entidade que o pretenda fazer deve confirmar junto do IPDJ, I.P., se aquele grupo está apto a beneficiar dos mesmos¹³.

A intenção de melhor controlar os GOA também é visível no art.º 15.º do presente diploma, onde está previsto seu o registo. O n.º 1 deste artigo estabelece que o promotor deve manter na sua posse um registo sistematizado e atualizado dos GOA. Sempre que se verifique qualquer alteração relativamente aos filiados, o registo deve ser atualizado¹⁴. Se tal não for cumprido, os promotores podem suspender o registo, cessando qualquer tipo de apoio ao GOA¹⁵.

Outra alteração de relevo está presente no art.º 16.º, onde vem estabelecido um maior controlo na deslocação dos GOA. Segundo o seu n.º 1, aquando de cada deslocação, os GOA devem possuir uma lista atualizada com todos os filiados, sendo esta disponibilizada, se

¹¹ Cfr. n.º 1 do art.º 14.º do *regime jurídico do combate à violência*.

¹² Cfr. n.º 9 do art.º 14.º do *regime jurídico do combate à violência*.

¹³ Cfr. n.º 10 do art.º 14.º do *regime jurídico do combate à violência*.

¹⁴ Cfr. n.º 3 do art.º 15.º do *regime jurídico do combate à violência*.

¹⁵ Cfr. n.º 4 do art.º 15.º do *regime jurídico do combate à violência*.

solicitado, ao IPDJ, I.P., aos ARD e às FS. Caso se verifique o incumprimento do estabelecido no n.º 1, está legitimado o impedimento da entrada dos elementos do GOA¹⁶.

Tal como já foi referido, a legislação portuguesa de combate à violência nos espetáculos desportivos tem evoluído no sentido de responsabilizar cada vez mais os infratores. A lei n.º 52/2013, de 25 de julho, não é exceção. Para além das situações já elencadas relativamente aos GOA, existem outras alterações que convergem para esta evolução.

Duas das competências que já eram atribuídas por lei às FS são a autorização e monitorização das condições especiais de permanência dos GOA. Enquanto a antiga lei designava os materiais ou artigos a utilizar, excecionalmente, pelos GOA no interior do recinto desportivo, a presente alteração não especifica, prevendo apenas “megafones e outros instrumentos produtores de ruídos, por percussão mecânica e de sopro, desde que não amplificados com auxílio de fonte de energia externa”¹⁷ (AR, 2013, p. 4381). Para além disto, não prevê a utilização de artifício pirotécnico de utilização técnica fumígeno.

Na continuidade da responsabilização dos infratores, o regime sancionatório, previsto no Capítulo III, também sofreu alterações. Relativamente aos crimes é visível um agravamento das sanções penais. Exemplo é o agravamento do estabelecido no n.º 1 do art.º 29.º do presente diploma, referente ao dano qualificado no âmbito de espetáculo desportivo. O n.º 2 do mesmo artigo prevê pena de prisão de 2 a 8 anos, se pena mais grave não couber por força de outra disposição legal, a quem “causar alarme ou inquietação entre a população” (AR, 2013, p. 4382).

O art.º 34.º aumenta o seu âmbito de aplicação, passando a incluir os arts.º 29.º a 33.º, e agrava, no seu n.º 2, os limites mínimos e máximos das penas previstas, em metade, quando o estabelecido nos arts.º 29.º a 33.º for praticado “de modo a colocar em perigo a vida, a integridade física ou a segurança” (AR, 2013, p. 4382) dos responsáveis pela segurança no espetáculo desportivo.

Nos ilícitos de mera ordenação social também surgiram alterações e aditamentos, nomeadamente no aumento dos montantes mínimos e máximos das coimas. De salientar também o art.º 41.º-A, relativo à reincidência. Nesta situação, os limites mínimos e máximos da coima são elevados em um terço¹⁸.

¹⁶ Cfr. n.º 5 do art.º 16.º do *regime jurídico do combate à violência*.

¹⁷ Cfr. n.º 1 do art.º 24.º do *regime jurídico do combate à violência*.

¹⁸ Cfr. n.º 2 do art.º 41.º-A do *regime jurídico de combate à violência*.

Outra alteração que afeta diretamente as FS vem prevista no art.º 44.º do presente diploma. Anteriormente, 20% do produto das coimas revertia a favor da FS que levantava o auto. Atualmente, apenas revertem 10%¹⁹.

2.2. Regime de policiamento de espetáculos desportivos realizados em recinto desportivo e de satisfação dos encargos com o policiamento de espetáculos desportivos em geral

Ao abrigo do disposto no art.º 11.º da Lei n.º 39/2009, de 30 de julho, com última alteração dada pela Lei n.º 52/2013, de 25 de julho, surge o Decreto-Lei n.º 216/2012, de 17 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 52/2013, de 17 de abril, que estabelece o *regime de policiamento de espetáculos desportivos realizados em recinto desportivo e de satisfação dos encargos com o policiamento de espetáculos desportivos em geral*.

O atual regime de policiamento de espetáculos desportivos introduziu várias alterações ao anteriormente estabelecido, ajustando-se à realidade atual do nosso país, principalmente no âmbito de financiamento do Estado, onde se verificou a diminuição do número de efetivos policiais relativamente ao número de adeptos. Um aditamento a realçar é a introdução da PIRPED, que vem substituir o antigo sistema presencial de requisição de policiamento, criando uma plataforma para a tramitação eletrónica deste procedimento, regulada na Portaria n.º 55/2014, de 6 de março.

No sentido de regular o policiamento de espetáculos desportivos realizados em recintos, pela GNR, surge a Circular n.º 15/2012, de 7 de novembro. Esta circular vem esclarecer o estabelecido no regime de policiamento de espetáculos desportivos, visando a homogeneidade de procedimentos da Guarda a nível nacional. A circular estabelece como norma habilitante do policiamento de espetáculos desportivos o previsto no n.º 4 do art.º 16.º da LOGNR, sendo integrado na prestação de serviços especiais remunerados.

O presente diploma prevê o regime de policiamento em recintos desportivos, sendo que, no que toca aos eventos na via pública, apenas se refere à obrigatoriedade do policiamento e ao procedimento com os encargos. Por sua vez, o policiamento dos espetáculos desportivos realizados na via pública é regulado pela NEP/GNR 3.08, de 14 de maio de 2010.

Segundo a Circular n.º 15/2012, de 7 de novembro, o regime de policiamento de espetáculos desportivos estabelece genericamente três princípios gerais: o princípio da

¹⁹ Cfr. n.º 1 e 2 do art.º 44.º do *regime jurídico de combate à violência*.

responsabilidade do policiamento, o princípio da voluntariedade da requisição policial e o carácter distintivo da competição.

2.2.1. Princípio da responsabilidade do policiamento

Este princípio permite-nos entender em que situações a FS ou o promotor do espetáculo desportivo são os responsáveis pela segurança. De acordo com o n.º I da alínea a) do ponto 3. da Circular n.º 15/2012, o regime de combate à violência estabelece que, no exterior do anel ou perímetro de segurança, a responsabilidade pelo policiamento é do Estado. A alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 52/2013, de 25 de julho, define o anel ou perímetro de segurança como “o espaço, definido pelas forças de segurança, adjacente ou exterior ao recinto desportivo ou local delimitado pela organização para a realização do evento desportivo, cuja montagem ou instalação é da responsabilidade do promotor do espetáculo desportivo”. Desta forma, a responsabilidade pela segurança no interior do anel ou perímetro de segurança é dos promotores do espetáculo desportivo.

No entanto, é importante ter em conta o presente no n.º 5 do art.º 13.º da Lei n.º 52/2013, de 25 de julho, que prevê a possibilidade do cmdt da força policial presente, assumir, a todo o tempo, no decorrer do espetáculo desportivo, “a responsabilidade pela segurança no recinto desportivo sempre que a falta desta determine a existência de risco para pessoas e instalações” (AR, 2013, p. 4378). Por outras palavras, em casos de alteração grave da ordem pública, em que o cmdt da FS presente o entenda necessário, pode assumir a responsabilidade pela segurança no recinto desportivo.

2.2.2. Princípio da voluntariedade da requisição policial

Este princípio vem consagrado no n.º 1 do art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 216/2012, de 9 de outubro, que estabelece a voluntariedade, por regra, da requisição do policiamento, sendo da competência do promotor do espetáculo desportivo. Caso não se verifique a requisição do policiamento, quando voluntária, a responsabilidade da manutenção da ordem pública no interior do recinto desportivo é inteiramente do promotor²⁰.

No entanto, a lei prevê quatro situações em que a requisição do policiamento é sempre obrigatória, designadamente os espetáculos desportivos integrados em competições

²⁰ Cfr. n.º 3 do art.º 2 do *regime de policiamento*.

desportivas de natureza profissional, espetáculos desportivos realizados em recintos à porta fechada, realizados na via pública e ainda noutros casos expressamente previstos na lei²¹.

Existem ainda situações cujo policiamento não é obrigatório por lei, mas seja considerado necessário pelos promotores do espetáculo. Esta requisição deve ser solicitada à FS territorialmente competente, que irá analisar a situação e pronunciar-se sobre a necessidade de policiamento.

2.2.3. Princípio do carácter distintivo da competição

O terceiro princípio prevê regimes de policiamento e de comparticipação diferentes, de acordo com o escalão etário da competição, campeonatos distritais e seleções nacionais. De acordo com o n.º 1 do art.º 3.º do regime de policiamento, deve ser regra a não existência de policiamento nos espetáculos desportivos de competições de escalões juvenis e inferiores, quando realizadas em recinto. No entanto, e tal como nas outras situações que não requerem policiamento obrigatório, o policiamento pode ser requerido, de forma justificada. Também se aplica, no caso de não haver lugar ao policiamento, a inteira responsabilidade pela segurança do recinto por parte do promotor do espetáculo desportivo.

No entanto, e apesar da lei prever a responsabilidade dos promotores em suportar os encargos do policiamento, existem situações em que estes são comparticipados pelo Estado. Segundo o n.º 1 do art.º 5.º do regime de policiamento, esta comparticipação só é possível quando os espetáculos desportivos em causa sejam “reconhecidos pela respetiva federação detentora do estatuto de utilidade pública desportiva” (Ministério da Administração Interna [MAI], 2012, p. 5594), quando exista disponibilidade financeira, de acordo com “receitas previstas no diploma que regula a distribuição dos resultados líquidos dos jogos sociais explorados pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa”²², e se enquadrem nos seguintes casos²³: seleções nacionais e provas de campeonatos nacionais de escalões etários inferiores ao do escalão sénior e dos campeonatos distritais.

²¹ Cfr. alíneas a), b), c) e d) do n.º 1 do art.º 2.º do *regime de policiamento*.

²² Cfr. n.º 2 do art.º 5.º do *regime de policiamento*.

²³ Cfr. alíneas a) e b) do art.º 1.º do *regime de policiamento*.

2.3. Sistema comparado: Reino Unido

Como já referimos, desde os anos cinquenta que os ingleses estudam o fenómeno da violência no desporto. O acontecimento de vários incidentes violentos nos espetáculos desportivos no Reino Unido, principalmente no futebol, contribuiu para uma aprendizagem forçada na matéria de segurança, o que se refletiu na criação de legislação no âmbito do combate à violência, e de documentos, como relatórios e guias, que auxiliam a realização dum evento desportivo em segurança. Desta forma, torna-se pertinente abordar o modelo de policiamento aplicado no Reino Unido, tendo em conta a experiência do legislador, polícia e associações de futebol, entre outros.

O acontecimento trágico no estádio de *Hillsborough*, em *Sheffield*, é um exemplo. A 15 de abril de 1989, no início da partida entre o *Liverpool Football Club* e o *Nottingham Football Club*, jogo da meia-final da Taça de Inglaterra, as autoridades ordenaram a interrupção da partida (Vasques, 2015). A demora na entrada das pessoas, “em conjugação com o iniciar da partida, potenciou a tentativa de entrada forçada por parte de cerca de 10000 adeptos, que viria a culminar em 96 mortos e 766 feridos, vítimas de esmagamento (...)” (Vasques, 2015, p. 26).

Para fazer face à violência no futebol, é criado o *Football Spectators Act 1989*, no sentido de controlar a admissão de espetadores em determinados jogos, vigorando em Inglaterra e no País de Gales. No entanto, apenas em 1999, com o *Football (Offences and Disorder) Act 1999*, surgiram as *banning orders*, ordens de interdição nos estádios, que vêm reforçar a prevenção da violência no interior dos recintos desportivos. Em 2000, esta lei é alterada pelo *Football Disorder Act 2000*. Em 1991 é criado o *Football Offences Act 1991*, que estabelece a punição para determinadas condutas desordeiras, designadamente, o lançamento de objetos²⁴, cânticos indecentes ou racistas²⁵ e invasões de campo²⁶.

Em 2010, a *Association of Chief Police Officer of England, Wales & North Ireland*, apresentou a revisão da *Guidance for Football Deployment & Cost Recovery 2010/11*. Este documento tem como objetivo apresentar um quadro consistente de recuperação dos encargos com o policiamento nos eventos desportivos, facilitando os acordos realizados entre as forças policiais e os clubes.

²⁴ Cfr. Chapter 19 Section 2 of the *Football Offences Act 1991*.

²⁵ Cfr. Chapter 19 Section 3 of the *Football Offences Act 1991*.

²⁶ Cfr. Chapter 19 Section 4 of the *Football Offences Act 1991*.

A presença da força policial num evento desportivo é legalmente suportada na *section 25 do Police Act 1996*, que estabelece os *Special Police Services*, a prestação de serviços especiais de polícia, mediante pagamento por parte do clube.

No entanto, o empenhamento das forças policiais nos eventos desportivos vai para além do dia em que são realizados. Antes do início da época, os clubes reúnem-se com a polícia local, com o intuito de planear as medidas de segurança a ter em conta durante o ano, em cada jogo. Nesta reunião, também é discutida a categorização²⁷ de cada jogo em casa, sendo que, caso necessário, se determina a requisição das forças policiais.

Aquando a presença da polícia num evento, apesar do responsável pela segurança dos espetadores ser o *ground management*²⁸ (gestor do recinto desportivo), que tanto pode ser o proprietário do recinto como o promotor do evento, deve ser redigido um *Statement of Intent*²⁹. Este documento, assinado no início de cada época, prevê as responsabilidades e funções atribuídas a cada parte, à polícia e ao clube³⁰.

A par deste documento, também deve ser assinado, pela polícia e pelo clube, o *Charging Agreement*³¹. Este documento oficializa a requisição do policiamento, prevendo todos os jogos, a respetiva categorização, o número de agentes a empenhar, as áreas a policiar, os encargos de cada policiamento, entre outras informações. Como já referido, no caso português, existe um diploma legal que define um rácio para calcular o efetivo a empenhar. No modelo praticado no Reino Unido, não existe um rácio fixo. O número de agentes é definido pelo polícia, acordado com o clube, tendo em conta as especificidades de cada jogo, nomeadamente, a sua categorização.

Visto que estas medidas são definidas no início da época, é importante realizar reuniões pré-jogo, a tempo de alterar os recursos a empenhar na segurança do evento. Desta forma, o *Charging Agreement* deve prever a possibilidade de ser alterado, em determinadas circunstâncias, acordadas entre o clube a polícia.

Nos seus pontos 9.1 e 9.2, a *Guidance for Football Deployment & Cost Recovery 2010/11* refere que todos os seus procedimentos devem servir de base no planeamento de serviços especiais de polícia noutros eventos, para além do futebol.

²⁷ Ver Apêndice A.

²⁸ Cfr. Ponto 1.4 do *Guide to Safety at Sports Grounds, Green Guide*.

²⁹ Ver Anexo A.

³⁰ Cfr. Ponto 3.24 do *Guide to Safety at Sports Grounds, Green Guide*.

³¹ Ver Anexo B.

CAPÍTULO 3. METODOLOGIA

3.1. Perguntas de investigação

3.1.1. Pergunta de partida

Em que medida o atual regime de policiamento se encontra adequado às exigências dos espetáculos desportivos?

3.1.2. Perguntas derivadas

Tendo em conta a pergunta de partida foram formuladas as seguintes perguntas derivadas:

PD1 — Quais as potencialidades do atual regime de policiamento de espetáculos desportivos?

PD2 — Quais as vulnerabilidades do atual regime de policiamento de espetáculos desportivos?

PD3 — De que forma se podem mitigar as consequências negativas deste regime de policiamento de espetáculos desportivos?

3.2. Método

Segundo Gil (2008, p. 8) “Para que um conhecimento possa ser considerado científico, torna-se necessário identificar as operações mentais e técnicas que possibilitam a sua verificação. Ou, em outras palavras, determinar o método que possibilitou chegar a esse conhecimento (Marconi & Lakatos, 2003).

Desta forma, e segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 83), “o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo - conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detetando erros e auxiliando as decisões do cientista”.

3.2.1. Quanto ao procedimento

Os métodos de procedimento têm “por objetivo proporcionar ao investigador os meios técnicos para garantir a objetividade e a precisão no estudo dos fatos sociais” (Gil, 2008, p. 15).

Os principais métodos de procedimento são: o histórico, comparativo, estatístico e estudo de caso ou monografia. O procedimento utilizado no presente trabalho é o estudo de caso, pois este “envolve o estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento” (Kauark, Manhães, & Medeiros, 2010, p. 29). Na presente investigação é realizado um estudo profundo ao *regime de policiamento de espetáculos desportivos e de satisfação dos encargos com o policiamento de espetáculos desportivos em geral*.

3.2.2. Quanto à lógica de investigação

O método dedutivo é a base lógica mais indicada para este trabalho de investigação aplicada. De acordo com Sarmento (2013), o método dedutivo surgiu na Grécia antiga, proposto pelo filósofo Aristóteles (384 a.C. a 322 a.C.). Mais tarde, é também proposto por Descartes, Spinoza e Leibniz, “segundo os quais só a razão é capaz de levar ao conhecimento verdadeiro, que decorre de princípios a priori evidentes e irrecusáveis” (Gil, 2008, p. 9). Por outras palavras, sustentamo-nos em premissas verdadeiras, já conhecidas, para atingir uma conclusão que tem de ser necessariamente verdadeira. Por conseguinte, “a dedução não gera conhecimentos novos, uma vez que a conclusão é sempre um caso particular da lei geral” (Sarmiento, 2013, p. 8).

O presente trabalho não tem como finalidade propor um novo regime de policiamento de espetáculos desportivos, mas sim analisar o regime já existente. Através das técnicas de recolha de dados escolhidas para esta investigação, pretende-se identificar as potencialidades e vulnerabilidades deste regime, compreendendo de que forma se podem mitigar os aspetos negativos, contribuindo para um novo modelo.

3.2.3. Quanto à abordagem

Relativamente à abordagem, uma investigação pode ser qualitativa, quantitativa ou mista. A investigação quantitativa tem em conta o que pode ser quantificável, “traduzindo

em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las” (Kauark et al. 2010). Por outro lado, a qualitativa é uma abordagem descritiva, onde existe “uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números” (Kauark et al. 2010).

A presente investigação tem uma abordagem qualitativa, pois não pretendemos utilizar métodos e técnicas estatísticas, mas sim descrever e compreender as potencialidades e vulnerabilidades do atual regime de policiamento de espetáculos desportivos. Para além disto, recorreremos a técnicas qualitativas de recolha de informação, designadamente, observações qualitativas, entrevistas e análise documental (Aires, 2011).

3.2.4. Quanto às técnicas de recolha de dados

As técnicas são “Consideradas como um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência, são, também, a habilidade para usar esses preceitos ou normas, na obtenção de seus propósitos. Correspondem, portanto, à parte prática de coleta de dados” (Marconi & Lakatos, 2003, p. 222). As técnicas utilizadas nesta investigação são a análise documental, observações qualitativas e entrevistas.

Numa primeira fase, recorre-se à análise documental. Esta técnica “é produzida pelo investigador relativamente a fontes primárias, fontes secundárias e fontes bibliográficas que podem ser contemporâneas ou retrospectivas” (Sarmiento, 2013, p. 27). No presente trabalho recorre-se aos três tipos de fontes. Relativamente à fonte primária é qualitativa, e advém do tratamento das entrevistas. As fontes secundárias são produzidas por terceiros e, neste caso, visam estatísticas relacionadas com o policiamento de espetáculos desportivos. As fontes bibliográficas são principalmente publicações, nomeadamente livros e teses.

Numa segunda fase, recorre-se a observações qualitativas e a entrevistas. A observação “pode decorrer da análise do facto em si, ou da experimentação”, ou seja, “exige a (...) presença [do investigador] e em determinadas situações o contacto com as pessoas, equipamentos e processo utilizados” (Sarmiento, 2013, p. 26). Quanto à estrutura, a observação é assistemática, pois “consiste em recolher e registrar os fatos da realidade sem que o pesquisador utilize meios técnicos e especiais (...). É mais utilizado em estudos exploratórios e não tem planeamento e controle previamente elaborados” (Marconi & Lakatos, 2003, p. 192).

Na presente investigação foram realizadas duas observações qualitativas. A observação qualitativa n.º 1 é referente às 30ª, 32ª e 33ª jornadas do Estoril Praia, na Primeira

Liga de Portuguesa de Futebol Profissional. A observação qualitativa n.º 2 é referente ao “2º Grande Prémio Clube Pedro Pessoa Escola de Atletismo”, onde se realizou, em simultâneo, o Campeonato Regional de Estrada.

Através das entrevistas, é possível recolher informações “inquirindo oralmente, um ou mais indivíduos” (Sarmiento, 2013, p. 24). Assim sendo, as entrevistas diferem dos questionários pela interação humana, caracterizando-se “por um contacto direto entre o investigador e os seus interlocutores e por uma fraca diretividade por parte daquele” (Quivy & Campenhoudt, 2003, p. 192).

Nesta investigação recorre-se às entrevistas semidiretivas, ou semidirigidas, onde o Investigador “dispõe de uma série de perguntas-guias, relativamente abertas, a propósito das quais é imperativo receber uma informação da parte do entrevistado (...), mas não colocará necessariamente todas as perguntas pela ordem que as anotou e sob a formulação prevista” (Quivy & Campenhoudt, 2003, p. 192).

Desta forma, foi realizado um guião de entrevista constituído por doze perguntas, sendo que o mesmo foi aplicado a todos entrevistados. Para facilitar a compreensão da investigação, foi entregue aos entrevistados uma carta de apresentação³², onde se inclui a apresentação do trabalho, o enquadramento do trabalho e o guião de entrevista.

As entrevistas foram gravadas com recurso a um telemóvel iPhone 6, sendo, a posteriori, transcritas, apenas com a informação necessária para a investigação.

3.2.5. Tratamento e análise de dados

Segundo Quivy & Campenhoudt (2003), “o método da entrevista, seguida de uma análise de conteúdo, é seguramente o que mais se utiliza em paralelo com os métodos de observação”. Esta complementaridade resulta numa investigação mais aprofundada, apresentando “um grau de validade satisfatório” (Quivy & Campenhoudt, 2003, p. 200).

As observações qualitativas não estão limitadas “por categorias de medida ou de resposta, são livres de pesquisar conceitos e categorias que se afiguram significativas para os sujeitos. A observação qualitativa não se realiza a partir de um projecto de pesquisa rígido” (Aires, 2011, p. 25). Desta forma, o Investigador não definiu nenhum sistema para a análise das observações qualitativas, descrevendo apenas os factos observados.

³² Ver Apêndice B.

Relativamente às entrevistas, foi realizada uma análise qualitativa do seu conteúdo. No Capítulo 4 do presente trabalho, são apresentadas “grelhas verticais” de análise qualitativa das entrevistas, que são constituídas por “sínteses dos discursos que contêm a mensagem essencial da entrevista e são fiéis, inclusive na linguagem, ao que disseram os entrevistados” (Guerra, 2006, p.73). Neste caso particular, o Investigador optou por “colocar o próprio discurso dos entrevistados nas caixas da grelha” (Guerra, 2006, p.73). Este método de análise das entrevistas permite reduzir a quantidade de informação a apresentar, realçando o conteúdo mais importante, assim como a comparação das respostas dos entrevistados, facilitando a visualização de características convergentes e divergentes (Guerra, 2006).

3.3. Caraterização da amostragem

A amostra é “a parte da população que é tomada como objeto de investigação da pesquisa” (Kauark, Manhães, & Medeiros, 2010, p. 62). A sua seleção “é *intencional* porque os sujeitos que a constituem não são escolhidos ao acaso: o investigador selecciona as unidades de amostragem a partir de critérios específicos” (Aires, 2011, p. 22). A modalidade escolhida foi a amostragem teórica, pois a amostra foi constituída após a análise da informação que o Investigador já dispunha, o que lhe permitiu “encontrar as pessoas ou contextos que pretende estudar, os grupos a analisar, onde e quando encontrá-los e que informação deve solicitar-lhes” (Aires, 2011, p. 23).

Para as observações qualitativas seleccionámos um evento desportivo que se realizou em recinto desportivo e outro na via pública, ambos com policiamento à responsabilidade da GNR. Quanto às entrevistas, a amostra, presente no Apêndice C, é constituída por entidades que detêm um vasto conhecimento e experiência no tema em causa, ou seja, segurança nos espetáculos desportivos. Na sequência da observação qualitativa n.º 1, foram seleccionados os E3, E4 e E6, por desempenharem as funções de cmdt da operação, cmdt da segurança exterior e diretor de segurança, respetivamente. Na sequência da observação qualitativa n.º 2, foi selecionado o E7, cmdt da operação. O E1 foi selecionado na qualidade de Oficial de Segurança da Seleção Nacional, o E5 por ser o Presidente da ADSP e o E2 pelo seu vasto conhecimento em segurança desportiva, inclusivamente no campo jurídico. Finalmente, uma entrevista com o Diretor de Ensino e o Diretor do ISCPSI (E8), em simultâneo, que permitiu obter a perspetiva da PSP relativamente ao policiamento de espetáculos desportivos.

CAPÍTULO 4. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo são apresentadas as ideias chave recolhidas pelo Investigador no decorrer do trabalho de campo, através das observações qualitativas e das entrevistas. Primeiro, é efetuada a apresentação dos resultados obtidos nas duas observações, em que o Investigador relata as experiências vivenciadas. De seguida, procede-se à análise dos dados recolhidos nas entrevistas, com recurso a grelhas de análise qualitativa. Por último, é realizada a discussão dos resultados, onde o Autor compara os dados obtidos nas observações qualitativas, nas entrevistas, e o exposto no Enquadramento Teórico e no Enquadramento Jurídico.

4.1. Observação qualitativa n.º 1

Neste subcapítulo é apresentada a descrição da observação qualitativa, assistemática, de um policiamento de espetáculo desportivo realizado em recinto desportivo, mais concretamente da partida entre o Estoril Praia e o Boavista Futebol Clube, referente à 30ª jornada da Primeira Liga Portuguesa de Futebol Profissional, Liga NOS. Para além deste evento, assistimos ainda ao policiamento da 32ª e 33ª jornada do Estoril Praia, embora o presente subcapítulo se foque, principalmente, na descrição do experienciado na 30ª jornada.

Ao décimo sexto dia do mês de abril de 2016, por volta das 16h00, deslocámo-nos até ao estádio António Coimbra da Mota, na localidade do Estoril, onde nos encontrámos com o cmdt do DTer de Sintra, Cap Bruno Ribeiro, que foi, consequentemente, o cmdt da força policial presente no espetáculo desportivo. Neste jogo estiveram presentes 5.567 mil espetadores, num estádio com capacidade para 8.000 mil pessoas.

Por volta das 16h45, o Cap Ribeiro reuniu os militares e iniciou um briefing. Começou por referir que o espetáculo desportivo é classificado de alto risco, pois está em causa a presença do Estoril Praia nas competições europeias e a descida de divisão do Boavista FC. Para além disto, esperam-se cerca de mil adeptos da equipa visitante, distribuídos em quatorze autocarros, sendo que cento e cinquenta são problemáticos, pois têm criado situações de ordem pública nas partidas anteriores.

Durante as revistas ARD, os militares devem fazer uma fiscalização rígida das mesmas, ordenando a sua repetição, caso seja mal efetuada. Apenas será permitida a entrada de um bombo e de um megafone, tanto para os adeptos do Estoril Praia como para os adeptos do Boavista FC. Os portadores destes objetos devem ser identificados no momento da revista. Todos os objetos suscetíveis de arremesso, nomeadamente guarda-chuvas, latas, garrafas, são proibidos. As tarjas e tubos de bandeiras devem ser vistos, individualmente, pelos próprios militares, sendo que os tubos que não tenham fundo amovível não podem entrar.

Caso seja necessária a intervenção dos bombeiros, é criada uma bolsa de segurança para ser prestada a assistência. Caso aconteça uma invasão de campo, cinco militares estão nomeados para ficarem responsáveis pela equipa de arbitragem. Esta vai receber indicações para se deslocar até ao centro de jogo, onde será acompanhada até aos balneários.

Relativamente à distribuição dos adeptos, as portas 1, 2, 3 e 4 são destinadas aos adeptos da casa, sendo que as portas 5 e 6 são para os adeptos da equipa visitante. Desta forma, os setores A e B são destinados ao GOA do Estoril Praia, sendo que os sectores C, D, E e F ficam para a generalidade dos seus apoiantes. Os GOA do Boavista FC serão colocados nos setores P e O. Apesar desta disposição, cinquenta convidados do Boavista FC, nomeadamente dirigentes e familiares dos jogadores, vão assistir ao jogo na Bancada 1, entrando pela porta 1. Estes adeptos também têm adotado comportamentos violentos em jogos anteriores. O briefing terminou por volta das 16h45.

Por volta das 16h45, verificou-se a chegada da claqué do Boavista FC, cujo acompanhamento foi assegurado pela PSP. Apesar da GNR ser a FS competente para levar a cabo o policiamento do espetáculo desportivo no seu interior, regime remunerado, a PSP tem a função de garantir a segurança, na via pública, em missão geral. Apesar do seu policiamento ser da responsabilidade da GNR, o estádio do Estoril Praia está localizado na zona de ação da PSP. Em termos formais, até a PIRPED contempla esta situação. O clube apenas pode requisitar policiamento à força territorialmente competente, que é a GNR. No entanto, no interior do estádio, junto do GOA do Boavista FC, estavam empenhados quatro agentes da PSP, *spotters*, que têm a tarefa de acompanhar as claqués, detetar distúrbios e manter um ambiente de segurança.

Às 17h00, com o dispositivo pronto, foram abertas as portas do estádio e os adeptos começaram a entrar. Este dispositivo³³ é composto por quarenta e oito militares da GNR,

³³ Ver Apêndice E.

mais o reforço de duas equipas do DI de Santarém, duas esquadras RMOP da USHE, seis binómios de ordem pública da UI e o empenhamento de vinte e nove ARD. O posicionamento e tarefa dos militares da GNR é diferente no antes, durante e após jogo³⁴. Para além do policiamento, foram empenhados vinte e oito ARD no recinto³⁵, mais o respetivo coordenador de segurança.

Por volta das 17h30, deslocámo-nos para o interior do edifício da SAD, onde passámos pela sala CCTV³⁶, para realizar uma reunião com as principais entidades organizadoras do evento desportivo. Aqui estavam presentes dois delegados da FPF, os delegados do Estoril Praia e do Boavista FC, equipa de arbitragem, diretora de imprensa, diretor de campo, diretor de segurança, coordenador de segurança, cmdt da força dos bombeiros presente, cmdt da força policial presente, entre outros.

Um dos delegados da FPF foi quem dirigiu a reunião, começando por apelar ao ambiente de cordialidade e de fair-play, realçando que todos os presentes tinham um papel diferente na organização deste evento desportivo. A primeira questão que colocou foi dirigida ao cmdt da força policial, Cap Ribeiro, perguntando-lhe se estavam reunidas as condições de segurança para a realização do espetáculo desportivo, pelo que a resposta foi afirmativa. Referiu ainda que, em caso de alteração da ordem pública, a FS assume a responsabilidade pela segurança no recinto desportivo, e questionou qual seria o procedimento a adotar pela equipa de arbitragem. De seguida, dirigindo-se ao cmdt da força dos bombeiros, questionou-lhe se foram facultadas as condições necessárias e se os operadores do desfibrilhador estão prontos para atuar.

Terminada a reunião, deslocámo-nos para a entrada do acesso aos balneários, zona onde eu e o cmdt da força policial permanecemos, pois seria o melhor local para orientar a operação. Neste local, encontravam-se também outras entidades, nomeadamente o diretor de segurança do Estoril Praia e o OLA³⁷ do Boavista FC, com quem o Cap Ribeiro estava constantemente em contacto e a zelar pela segurança e direitos dos GOA. Até ao início do jogo, o Cap Ribeiro focou-se principalmente na entrada dos adeptos do Boavista FC, mais concretamente nos GOA. A sua entrada, controlada por militares e ARD nas portas cinco e seis, exigiu vários ajustes no dispositivo.

³⁴ Ver Apêndice F.

³⁵ Ver Apêndice G.

³⁶ Ver Apêndice H.

³⁷ Segundo o ponto 2.1 do Manual do OLA, esta figura funciona como um ponto de ligação entre os clubes e os adeptos, facilitando a comunicação.

No fim do jogo, os militares voltaram ao dispositivo inicial. Foi realizada uma retenção dos adeptos do Boavista FC, de forma a aguardarem a saída dos adeptos da equipa da casa. Por volta da 21h15, assim que a equipa do Boavista FC iniciou o deslocamento com a PSP, o policiamento terminou.

Na 32ª jornada, onde se defrontaram o Estoril Praia e o CS Marítimo, a experiência foi semelhante, sendo que o Investigador assistiu às mesmas reuniões e acompanhou o cmdt da operação. Nesta partida, registou-se a presença de 4783 espetadores³⁸, sendo que apenas compareceram cerca de cinquenta adeptos da equipa visitante, em contraste com os cerca de mil adeptos do Boavista FC na jornada anterior. Por conseguinte, o emprego de efetivo foi menor, tendo sido empenhados trinta e sete militares.

Na 33ª jornada, onde se defrontaram o Estoril Praia e o Arouca FC, o Investigador acompanhou o Ten Nelson Pestana, que, entre outras funções, era o cmdt da segurança exterior, onde a observação se focou no controlo de acessos ao estádio. Nesta partida, registou-se a presença de 3258 espetadores³⁹, com a comparência de cerca de trezentos adeptos do Arouca FC. Mais uma vez, o efetivo diminuiu, tendo sido empenhados vinte e sete militares.

Esta jornada destacou-se por ser o último jogo do Estoril Praia, esta época, no estádio António Coimbra da Mota. Desta forma, a claque do Estoril Praia solicitou uma autorização à GNR para a utilização de potes de fumo, aquando a entrada da equipa da casa no relvado. O cmdt do DTer de Sintra, após verificar os potes de fumo, concedeu a autorização ao GOA, através de um parecer⁴⁰ positivo, afirmando que a sua utilização não colocaria em causa o seguro desenrolar do espetáculo desportivo.

4.2. Observação qualitativa n.º 2

Neste subcapítulo é apresentada a descrição da observação qualitativa, assistemática, do policiamento de um espetáculo desportivo na via pública. Tendo em conta que os espetáculos desportivos não se cingem apenas ao futebol, o Investigador optou por assistir ao policiamento do “2º Grande Prémio Clube Pedro Pessoa Escola de Atletismo”, onde se realizou, em simultâneo, o Campeonato Regional de Estrada, no dia dezassete de abril de 2016, na Charneca de Caparica, Almada.

³⁸ Números oficiais fornecidos pela Liga.

³⁹ Números oficiais fornecidos pela Liga.

⁴⁰ Ver Anexo C.

Às 08h00 do décimo sétimo dia do mês de abril de 2016, encontrei-me com o cmdt do PTER da Charneca de Caparica, SAJ Luis, que seria também o cmdt da operação. Ao chegar ao posto, o SAJ Luis disponibilizou-me vários documentos relativos à prova: o alvará de licenças de atividade de prova desportiva na via pública e especial de ruído⁴¹, o parecer da cmdt do DTER de Almada relativamente à realização da prova desportiva⁴², o regulamento da prova e ainda um mapa com o efetivo utilizado no policiamento e as respetivas tarefas⁴³. Também é importante ter em conta a NEP/GNR – 3.08, de 14 de maio de 2010, que estabelece princípios e procedimentos a ter em conta na execução da fiscalização, acompanhamento e policiamento de provas ou manifestações desportivas que se realizem na via pública.

O alvará de licenças de atividade de prova desportiva na via pública e especial de ruído concede à União de Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda autorização para a realização da prova desportiva, entre as 09h00 e as 13h00 da data já referida. Este documento indica o percurso autorizado para a prova e estabelece alguns condicionamentos que a entidade organizadora tem que cumprir, nomeadamente: a responsabilidade por eventuais prejuízos causados à estrada ou terceiros, resultantes da realização da prova; adotar as medidas necessárias de prevenção e redução dos potenciais incómodos provocados pelo evento; requisitar as forças necessárias à GNR para o conveniente acompanhamento e policiamento, de forma a assegurar a segurança dos participantes e a fluidez/segurança do tráfego rodoviário, não condicionando o normal funcionamento dos transportes públicos e garantindo o acessos dos moradores às suas habitações.

Este último ponto vai de encontro com o previsto na alínea b) do n.º 1 do art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 216/2012, de 9 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 52/2013, de 17 de abril, que estabelece a obrigatoriedade da requisição de policiamento de espetáculos desportivos na via pública. Segundo as alíneas b) e c) do ponto 4. da NEP/GNR – 3.08, de 14 de maio de 2010, compete à GNR “não dar cobertura à realização de provas ou manifestações desportivas que não estejam devidamente autorizadas pela entidade administrativa competente” (Guarda Nacional Republicana [GNR], 2010, p. 2), nem permitir que as mesmas tenham início.

No ponto 5. da NEP/GNR – 3.08, de 14 de maio de 2010, estão estabelecidas algumas competências atribuídas ao CTER quando uma prova ou manifestação desportiva se desenrola

⁴¹ Ver Anexo D.

⁴² Ver Anexo E.

⁴³ Ver Apêndice I.

totalmente na sua ZA, nomeadamente o comando e controlo da prova, verificar a emissão e validade da autorização já referida e definir as necessidades de policiamento, estabelecendo os meios que devem ser empregues.

A emissão do parecer também vem prevista na NEP/GNR – 3.08, de 14 de maio de 2010, mais concretamente no seu ponto 8.. No seu n.º 1, da alínea b., encontra-se estabelecido que é competente para emissão de parecer, a pedido da entidade organizadora ou da entidade administrativamente competente para autorizar a realização de uma prova, o Comando de Destacamento, quando a prova se desenrole na totalidade da sua ZA. Neste caso particular, será o DTer de Almada.

O parecer da cmdt do DTer de Almada, Cap Patrícia Almeida, a par do estabelecimento de alguns condicionalismos, vem aprovar as condições do itinerário e informar o Presidente da União de Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda que as forças necessárias para o policiamento devem ser requisitadas ao PTer da Charneca de Caparica, em regime de remunerado. Este evento não é participado pelo Estado, pois este tipo de prova não se encontra previsto no n.º 1 do art.º 5.º do regime de policiamento.

Este evento é constituído por cinco provas distintas, de acordo com os escalões, sendo que apenas as provas dos Iniciados, Juvenis e a prova de dez quilómetros⁴⁴, que inclui o escalão de Juniores até Veteranos VI, vão ocorrer na via pública. As provas dos três escalões mais jovens realizam-se na pista de atletismo.

A tarefa dos militares foi controlar o trânsito, de forma a que este flua da melhor forma possível e não interfira com a prova. Para além do alvará estabelecer que os participantes da prova apenas devem ocupar metade da faixa de rodagem de forma a não afetarem a normal circulação do trânsito, o SAj Luis realçou que, para além da preocupação com a segurança dos atletas, os militares devem procurar manter a fluidez do trânsito.

Segundo a alínea c. do ponto 3. da NEP/GNR – 3.08, de 14 de maio de 2010, a missão da Guarda neste evento é o policiamento e o acompanhamento da prova. O policiamento efetuado foi apeado e tinha como finalidade garantir as condições de segurança à passagem do evento. O acompanhamento realizado nesta prova foi em movimento, fez uso de meios auto e moto e tem como finalidade garantir as condições de segurança da prova em trânsito.

Para este policiamento e acompanhamento, onde se esperava a participação de cerca de mil atletas, foi constituído um efetivo de 20 militares, sendo que o PTer da Charneca de Caparica tem um efetivo de 38 militares. Dois militares são reforço do Destacamento de

⁴⁴ Ver Anexo F.

Trânsito de Coima. Para além do dispositivo da Guarda, numa das reuniões realizadas ao longo da semana que antecedeu a prova, entre a GNR e as várias entidades civis envolvidas na organização do evento, o CPPEA disponibilizou dez elementos do Grupo Motard da Sobreda para auxiliar os militares na circulação rodoviária. Estes elementos, equipados com um colete refletor, foram colocados em diversos cruzamentos com a missão de sensibilizar os condutores de que estaria a decorrer uma prova desportiva na via pública. No entanto, é de salientar que estes motards não tinham qualquer tipo de autoridade policial.

Ao chegar ao local do evento, reunimo-nos com um representante do clube, um elemento da Proteção Civil e os dez motards do Grupo Motard da Sobreda. Esta reunião foi célere, pois tinha apenas como finalidade a confirmação de aspetos combinados anteriormente, nomeadamente horários e locais de início das provas.

Após a reunião, entrámos para a viatura e realizámos os três percursos, distribuindo os dez motards por locais com menos trânsito, nomeadamente em cruzamentos de áreas residenciais. Assim que o dispositivo se encontrava pronto no terreno, o SAj Luis informou o representante do clube que as condições de segurança estavam implementadas.

O dispositivo do acompanhamento era constituído por: à frente uma viatura da Guarda, onde estava um condutor, o cmdt da força (SAj Luis), e o Investigador (na função de observador); logo de seguida, um elemento moto do Destacamento de Trânsito da Moita e uma viatura da organização do evento; seguidamente o grupo de participantes; por último, outro elemento moto do Destacamento de Trânsito da Moita, uma ambulância dos bombeiros e dois elementos moto do PTer da Charneca de Caparica, que alternavam a sua posição no dispositivo, auxiliando no corte da circulação rodoviária.

Entre as provas, enquanto não se verificava a existência de participantes nas estradas, os militares normalizavam o trânsito, procurando assim interferir o mínimo possível na fluidez da circulação rodoviária. Assim que o último participante da última prova ia passando pelos vários pontos onde o trânsito estava cortado, os militares iam normalizando o trânsito, tendo ainda em conta o facto de a prova não ter terminado. Assim que aquele terminou a prova, a circulação rodoviária voltou imediatamente à normalidade.

No final da prova, o SAj Luis reuniu-se com o representante do clube e com o elemento da Proteção Civil presente para concluir o evento, no qual não se registou qualquer incidente, e o policiamento, que terminou por volta das 12h00.

4.3. Análise das entrevistas

Questão n.º 1 — Com esta questão procurava-se compreender, com base no previsto no regime de combate à violência, ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espetáculos desportivos, a relevância da presença das FS na segurança de um espetáculo desportivo. Por outras palavras, que capacidades garantem as FS que a segurança privada não pode oferecer?

Como é possível observar, as respostas foram unânimes relativamente à importância da presença das FS. Todos os entrevistados afirmam que é fundamental a presença das FS num espetáculo desportivo, pois têm competências que não podem ser tomadas por mais nenhuma força (E3, E4, E5, E6 e E7). Apesar da segurança privada não ter a autoridade das FS (E2 e E7), é de salientar a sua atuação, pois estabelecem um primeiro nível de contacto com os adeptos (E1 e E8).

Quadro n.º 1 — Análise das respostas à questão n.º 1

N.º	Resposta	Argumentação
E1	“(…) extremamente importante”.	- “A alteração da filosofia de permanência muito forte e visível das FS dentro dos recintos desportivos para um acompanhamento dos GOA, no caso do futebol, que é aquele que tem mais impacto nesta matéria”; - “Passamos também a envolver (…) a intervenção dos ARD, que efetuam a ponte entre os adeptos e a intervenção policial”; - “(…) faz com que haja um espaço intermédio entre uma mera insatisfação por parte dos adeptos e a imediata intervenção por parte das FS”.
E2	“(…) sempre, ou mais possível, a segurança pública (…)”.	- “Eu tenho uma ideia um pouco conservadora do exercício de poderes públicos, sendo que não sou a favor da privatização de algumas funções do Estado, tais como esta (…)”; - “Se olharmos pontualmente a presença das FS pública, pode ter um juízo diferente se olharmos para o peso da segurança privada”; - “(…) apoio o empenhamento das FS pública nestas situações”.
E3	“(…) a relevância é toda”.	- “(…) as FS vêm acrescentar muito à segurança do espetáculo desportivo”; - “(…) as competências que lhes são atribuídas não podem tomadas por nenhuma outra entidade, pela segurança privada ou muito menos pelo clube e o seu staff”.
E4	“(…) essencial o acompanhamento e fiscalização por parte de uma FS”.	- “(…) garantir que a legalidade é cumprida”; - “(…) como isto se consubstancia na prática de um crime, efetivamente tem que ser uma FS a verificar e prevenir este tipo de ocorrências”; - “Em Portugal, as empresas de segurança privada não têm autoridade para fazer face a um crime, a não ser no flagrante delito, como qualquer pessoa, cidadão”.
E5	“O envolvimento das FS é fundamental (…)”.	- “(…) tem a ver com a utilização do poder coercivo e da força, que está impedida à segurança privada”; - “(…) essa possibilidade, de detenção, entre outras, confere um maior grau de compromisso entre o espetador e o espetáculo desportivo e a boa convivência”.
E6	“É muito importante (…)”.	- “(…) a GNR tem várias funções”; - “Tanto fora como dentro do estádio, as FS têm um papel importante no que toca a harmonizar o comportamento entre claques”; - “(…) pareceres de segurança que emite”.
E7	“O empenhamento das FS é fundamental (…)”.	- “É diferente o comportamento dos espetadores aquando a presença da GNR ou da PSP”; - “É primordial a presença das FS para a realização de detenções e interditar a entrada de determinados adeptos, nomeadamente nos casos de excesso de álcool”.
E8	“É uma relevância decisiva (…)”.	- “(…) mas que não tem de ser em primeira linha de intervenção”; - “As FS devem estar presentes para garantir a segurança, mas não devem ser permanentemente acionadas, apenas quando necessário”; - “Do ponto de vista psicológico, é um reforço do sentimento de segurança. Por outro lado, é a garantia do cumprimento da lei, nomeadamente do afastamento dos adeptos violentos”; - “A questão será em perceber o papel das FS, se é de segurança pública ou ordem pública”.

Fonte: Autor

Questão n.º 2 — Com esta questão pretendíamos conhecer outros modelos europeus de segurança nos espetáculos desportivos e perceber que aspetos podiam ser adaptados ao modelo português.

Em oito entrevistados, sete referiram o modelo inglês, que foi objeto de estudo nesta investigação (E1, E2, E3, E5, E6, E7 e E8). E1, para além do modelo inglês, fez referência ao modelo francês, espanhol e russo, que descreveu com conhecimento de causa, e ainda ao modelo espanhol, acrescentando que os modelos europeus são muito idênticos. A descrição do modelo inglês é unânime, sendo que, no interior do recinto, se atribui maior relevância aos ARD. De destacar o modelo russo, pois recorre a um policiamento exclusivo, só existindo FS no interior e no exterior do recinto (E1).

Relativamente às medidas a adotar pelo modelo português, enquanto E2 e E8 defendem que não tem de existir um modelo europeu único, E4 e E7 concordam com o praticado em Inglaterra, ou seja, uma maior aposta na segurança privada.

Quadro n.º 2 — Análise das respostas à questão n.º 2

N.º	Resposta	Argumentação
E1	Francês, inglês, russo e espanhol	<ul style="list-style-type: none"> - “Neste momento, os modelos que estão a ser usados na Europa são muito idênticos”; - “[Em França] Há uma intervenção de ARD e existe também intervenção por parte da polícia, ou das polícias, no acompanhamento dos adeptos e depois numa intervenção de ordem pública, caso ela seja necessária”; - “(...) em Inglaterra a polícia só intervém em última das circunstâncias”; - “(...) na Rússia, a intervenção é meramente e exclusivamente policial, dentro e fora do estádio”; - “[Em Espanha] parece-me que é muito idêntico ao nosso. Não há grandes alterações relativamente ao nosso modelo de policiamento”.
E2	Inglês	<ul style="list-style-type: none"> - “(...) a realçar o aparecimento dos <i>stewards</i> em Inglaterra, há três décadas, que se constitui como um marco. Marco este que foi adotado por Portugal (...)”; - “(...) no meu entender, não tem de estar estabelecido um modelo europeu único, embora as instituições internacionais e europeias, como a UEFA, preconizam ou tentem apontar para uma harmonização de procedimentos”.
E3	Inglês e espanhol	<ul style="list-style-type: none"> - “(...) sei que há países em que os clubes têm a possibilidade de ter segurança própria, ou seja, os ARD não são contratados a uma empresa de segurança, mas fazem parte do próprio clube”; - “(...) tanto em Inglaterra, Espanha, e outros países europeus, [a presença policial é] a mínima possível”; - “Mesmo que a polícia esteja presente, não se pretende que seja muito visível, sendo que a maior parte do trabalho deve ser feito pelos ARD”; - “As FS só são chamadas a intervir se as circunstâncias assim o ditarem”.
E4	Espanhol	<ul style="list-style-type: none"> - “(...) a intervenção e contenção de adeptos e a linha que se encontra em frente aos adeptos é apenas constituída por segurança privada”; - “Não existe esta dualidade”; - “As missões devem ser efetivamente diferentes, onde a FS só olha para a ordem pública, e os ARD na gestão de adeptos e controlo de acessos”.
E5	Inglês	<ul style="list-style-type: none"> - “Em Inglaterra, verificamos que no interior está a segurança privada e no exterior as FS, em prontidão, caso exista necessidade de intervir no interior e facilitar a evacuação do estádio”.
E6	Inglês	<ul style="list-style-type: none"> - “Ao ver jogos internacionais, facilmente se percebe que não existe tanto policiamento como em Portugal”; - “Em Inglaterra, quase não se vê polícias dentro do estádio, pois esta função é atribuída aos ARD”.
E7	Inglês	<ul style="list-style-type: none"> - “(...) existe uma grande aposta na segurança privada”; - “Pode ser um modelo a seguir pelos portugueses”.

E8	Inglês	<ul style="list-style-type: none"> - “Os modelos não podem ser dissociados das mentalidades e culturas dum povo. Um modelo utilizado noutro país pode ser inócuo ou contraproducente”; - “Em Inglaterra, existe uma autorregulação forte, nomeadamente na segurança privada, onde o Estado tem, por vezes, um papel secundário”; - “Em Inglaterra, a polícia tem um papel de ordem pública, descartando a segurança pública. Desta forma, tem um efetivo mais reduzido”. - “No entanto, apesar de funcionar em Inglaterra, não tem de ser igual em Portugal”.
-----------	--------	---

Fonte: Autor

Questão n.º 3 — Esta questão tinha como objetivo compreender o motivo da obrigatoriedade do policiamento nas competições profissionais e que implicações produziu na segurança dos espetáculos desportivos.

Apesar dos entrevistados abordarem a questão de formas diferentes, sete dos oito entrevistados (E2, E3, E4, E5, E6 e E7) afirmaram que o período de seis meses sem policiamento obrigatório serviu de prova para a importância da presença das FS e para a falta de autoridade reconhecida aos ARD em Portugal. E1 realçou o motivo da obrigatoriedade, afirmando que o legislador pretendia diminuir o empenhamento das FS, acrescentando que esperava um decréscimo mais acentuado. A diminuição está ligada a opções económicas, pois o evento torna-se financeiramente mais acessível para os clubes (E2, E4 e E6).

Quadro n.º 3 — Análise das respostas à questão n.º 3

N.º	Resposta	Argumentação
E1	“(…) diminuir o empenhamento dos militares”.	<ul style="list-style-type: none"> - “Do antecedente, praticamente todos os eventos desportivos tinham policiamento. O decreto-lei veio obrigar a que só os jogos dos escalões profissionais sejam policiados, na tentativa de diminuir o empenhamento dos militares”; - “(…) houve a regulação por parte do Estado fazendo com que houvesse uma ligeira diminuição no policiamento requerido”; - “Não tanto como estávamos à espera, porque, associado a essa obrigatoriedade e a não obrigatoriedade nos outros eventos, veio também a comparticipação por parte do Estado (…)
E2	“(…) a mudança foi positiva”.	<ul style="list-style-type: none"> - “(…) reintrodução da obrigatoriedade de policiamento”; - “O Decreto-Lei n.º 52/2013 não introduziu uma mudança, mas veio corrigir um erro”; - “Quando o Decreto-Lei n.º 216/2012 entrou em vigor, verificou-se uma mudança de paradigma que deu azo a uma experiência problemática, durante seis meses, nos jogos da Primeira e da Segunda Liga”; - “Apesar de inicialmente ser vista como uma opção economicista, acabou por colocar em causa a segurança nos espetáculos desportivos”.
E3	“Foi uma mudança positiva”.	<ul style="list-style-type: none"> - “(…) veio repor uma situação que já anteriormente se verificava”; - “Não faz sentido, principalmente no futebol profissional, no desporto profissional em geral, não haver policiamento quando existem milhares de pessoas concentradas para um jogo”; - “Muitas vezes envolve circunstâncias incertas e pode conduzir à necessidade de intervenção por parte das FS (…)
E4	“A grande questão é a vertente financeira”.	<ul style="list-style-type: none"> - “É normal que uma equipa de árbitros se sinta mais confortável se tiver a FS presente”; - “Como a maior parte dos jogos não iam certamente chegar ao fim, como nós verificámos, o Estado decidiu financiar parte do policiamento e continuar com a sua efetividade”; - “O fato de colocar mais ARD não resolve a situação, pois as pessoas não lhes reconhecem autoridade”.
E5	“(…) faz todo o sentido (…)	<ul style="list-style-type: none"> - “Face à pouca acuidade que ainda tem segurança privada em Portugal, nota-se que o policiamento tem de ser visível”; - “Outra ideia teria se nós já tivéssemos evoluído para um maior reconhecimento da segurança privada e que a segurança pública funcionasse, sobretudo, numa perspetiva de proximidade e de prontidão”.

E6	“Esta mudança foi indispensável (...)”.	- “A não obrigatoriedade da requisição do policiamento tornava o evento mais barato. No entanto, começaram a haver problemas”; - “O legislador, apercebendo-se do problema, voltou atrás na sua decisão”; - “É sempre diferente, em termos de segurança e ordem pública, ter a presença de um agente de autoridade ou um ARD”.
E7	“A mudança era necessária”.	- “É fundamental a permanência das FS neste tipo de eventos”; - “Também tem a ver com a nossa cultura, pois existe um maior respeito pelas forças policiais do que pela segurança privada”.
E8	“(…) trouxeram impactos positivos já hoje mensuráveis”.	- “Uma coisa são as atividades amadoras que podem ter um registo menos exigente, outra coisa são os profissionais”; - “Desta forma, acho que todas as medidas tomadas pelo decreto-lei foram de aperfeiçoamento e trouxeram impactos positivos já hoje mensuráveis”.

Fonte: Autor

Questão n.º 4 — Com esta questão pretendia-se entender o motivo do empenhamento das FS num evento privado, num espaço particular, e se não seria viável atribuir a segurança nos espetáculos desportivos apenas aos seus promotores.

Os entrevistados continuaram a realçar a importância do empenhamento das FS nos espetáculos desportivos. Apesar de alguns eventos se realizarem num recinto privado, as proporções do evento podem resultar em situações de ordem pública. Nestes casos, as FS têm de intervir (E1, E2, E3, E4, E6, E7 e E8). No entanto, E1, E4 e E5, afirmam que devemos caminhar para um policiamento menos visível no interior dos recintos, atribuindo mais competências à segurança privada. E3 e E6 concordam com o sistema atual, afirmando que existe uma segurança partilhada entre as FS e o clube.

Quadro n.º 4 — Análise das respostas à questão n.º 4

N.º	Resposta	Argumentação
E1	“A finalidade é, de alguma forma, essa”.	- “(…) um recinto privado, de acesso restrito, mas privado, condicionado, onde a responsabilidade da segurança deve ser primariamente do promotor do espetáculo desportivo”; - “O facto da intervenção da força policial ser em regime remunerado, faz precisamente com que haja a nomeação de militares para um serviço de carácter privado”; - “A questão que se põe relativamente à intervenção propriamente dita das FS tem a ver, única e exclusivamente, com ordem pública”.
E2	“(…) tem que existir empenhamento das FS”.	- “Esta é uma questão chave”; - “(…) o espetáculo desportivo, especialmente o futebol, assume grandes proporções de organização, deslocação de adeptos, em que há milhares de pessoas envolvidas”; - “Um espetáculo desportivo nasce privado, mas coloca, posteriormente, questões de segurança pública”; - “(…) provoca problemas de trânsito, perturbações que afetam as pessoas nas áreas envolventes, projetando a deslocação de milhares de pessoas. Estes fatores acarretam questões de segurança pública evidentes”.
E3	“(…) a responsabilidade nunca é exclusiva do promotor, mas sim partilhada”.	- “(…) a própria lei não entrega a responsabilidade total da segurança do evento ao promotor”; - “(…) prevê que a responsabilidade é do promotor, no entanto, tem um artigo onde acaba por entregar uma parte dessa responsabilidade às FS, sobretudo, em caso de alteração da ordem pública”.
E4	“[No interior do recinto] é possível”.	- “A raiz do problema não é só durante o espetáculo desportivo, no local onde decorre o evento, onde o promotor é responsável”; - “O espetáculo desportivo está muito virado para os GOA, onde as informações policiais revelam encontros no exterior do estádio, que implicam alterações da ordem pública”; - “O promotor deve ser responsável pelo jogo, de forma a que este decorra com normalidade. Não lhe cabe resolver estes problemas extra espetáculo desportivo”; - “Assim sendo, nunca vai ser exclusivo dele [promotor]”.
E5		- “Num cenário ótimo, defendo a ausência das FS”;

	“Isto é o que eu defenderia”.	<ul style="list-style-type: none"> - “Espaço público, exterior ao recinto desportivo, FS, e no espaço do espetáculo desportivo, como privado, deveria ser entregue às empresas de segurança privada”; - “Penso que de forma gradual, deve ser feita uma substituição das FS pela segurança privada”; - “A segurança pública é paga por todos nós, não devendo ser utilizada para um espaço privado, que tem como objetivo ter lucro”.
E6	“Penso que o modelo atual é o ideal”.	<ul style="list-style-type: none"> - “A LOGNR define os serviços remunerados e gratificados que temos de fazer para garantir a ordem pública”; - “No caso do espetáculo desportivo, apesar de ser privado e o clube estar a obter lucro, é um espaço aberto ao público e envolve muitas pessoas”; - “Se existir uma alteração de ordem pública, quem tem de atuar?”.
E7	“Não, não pode ser exclusivo dos promotores”.	<ul style="list-style-type: none"> - “Tem de ser parte das FS e outra parte dos promotores”; - “Há situações que têm a ver apenas com as FS”; - “Já aconteceu, nestes jogos não policiados, os promotores sentirem a necessidade de chamar a GNR, no decorrer do evento, devido à ocorrência de descalços”.
E8	“(…) as FS devem ter uma presença mínima assegurada”.	<ul style="list-style-type: none"> - “Hoje vivemos numa sociedade em que se cruza muito o espaço público, com o privado aberto ao público e com uso generalizado”; - “Os eventos desportivos não são estritamente privados, principalmente os de grandes dimensões”; - “É verdade que o dever primário é do promotor do espetáculo, no entanto, o dever geral de segurança continua a ser do Estado”.

Fonte: Autor

Questão n.º 5 — Ao contrário da questão anterior, pretendia-se compreender se seria adequado um empenhamento exclusivo das FS nos espetáculos desportivos ou se, mantendo o modelo atual, as FS deveriam ter mais competências.

As respostas foram unânimes, sendo que os entrevistados não concordam com um empenhamento exclusivo das FS. É importante existirem as duas vertentes que, apesar de terem papéis diferentes, concorrem para um objetivo comum, a segurança do espetáculo desportivo (E1, E2, E3, E4, E6, E7 e E8). E4 realça ainda o facto das FS não terem recursos humanos suficientes para garantir esta segurança exclusiva.

Enquanto E2 afirma que o sistema deve ser predominantemente público, embora partilhado com a segurança privada, E5 afirma que devemos caminhar para a total ausência das FS nestes eventos.

Quadro n.º 5 — Análise das respostas à questão n.º 5

N.º	Resposta	Argumentação
E1	“Não, acho que o modelo que está a ser utilizado é adequado (...)”.	<ul style="list-style-type: none"> - “(...) desde que os coordenadores de segurança tenham formação adequada e tenham o relacionamento que está previsto na lei com as FS (...)”; - “(...) quando é entendido que há algum problema dessa ordem, passa a ser a FS que tem a responsabilidade de tomar conta da situação (...)”.
E2	“(…) não pode ser exclusiva das FS”.	<ul style="list-style-type: none"> - “A promoção da segurança e os seus encargos devem ser responsabilidade do promotor do espetáculo desportivo”; - “(...) as FS devem ter a posição predominante, embora algumas funções possam ser atribuídas à segurança privada”; - “Seja através de funções de fiscalização ou supervisão, seja através de outro tipo de funções, o sistema deva ser predominantemente público”.
E3	“(…) temos todos a ganhar com uma responsabilidade partilhada”.	<ul style="list-style-type: none"> - “Há partes da segurança que têm a ver com uma questão mais de segurança física, como as próprias infraestruturas, sendo que isto nunca pode ser dependente das FS e será sempre da responsabilidade do promotor”; - “A responsabilidade partilhada por duas entidades, em que cada uma tem a sua quota-parte de responsabilidade, um papel diferente, mas com um objetivo comum, faz todo o sentido”.

E4	“(…) será que as FS (…) têm capacidade para substituir a segurança privada? Na minha opinião não temos”.	- “Será que o nosso efetivo é o suficiente?”; - “Porque é que uma missão que é típica de segurança privada é atribuída a uma FS pública?”; - “A nossa presença tem de se justificar”; - “Como profissionais das FS, temos de ver a necessidade de empenhamento de recursos humanos. Seja em missão geral, seja em regime de gratificado”.
E5	“Não concordo”.	- “(…) o caminho é a ausência das FS”.
E6	“Concordo com o sistema atual”.	- “Por exemplo, concordo que os militares não efetuem as revistas”; - “(…) segundo a lei, a FS tem a função de fiscalizar. O ARD efetua a revista e o agente de autoridade fiscaliza. Só coloco os militares a fazer revistas em último caso”.
E7	“Neste momento há um equilíbrio”.	- “No geral, penso que a segurança deve ser partilhada entre o clube e a FS”.
E8	“Hoje fala-se duma convergência de empenhamentos”.	- “Se o espetáculo é um evento privado, ainda que tenha impacto público, não tem de ser um exclusivo das FS”; - “O que tem de haver hoje é um equilíbrio entre a intervenção privada, em primeira linha, e a intervenção das FS, que atuam apenas quando necessário”.

Fonte: Autor

Questão n.º 6 — Esta questão tinha como objetivo compreender as consequências da diminuição do efetivo policial, estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 216/2012, de 9 de outubro. No entanto, foi possível verificar que este rácio serve apenas de referência (E1, E3, E4, E6, E7 e E8). Existem mais fatores que contribuem para o cálculo do efetivo policial a empenhar, que não são passíveis de traduzir numa fórmula ou numa tabela. Cabe às FS decidir o efetivo a empenhar (E1, E3, E4, E6 e E8). Segundo E1 e E3, existe uma boa relação entre FS e promotor, sendo que este, por norma, acede ao parecer das autoridades. Por outro lado, apesar do E5 concordar com esta diminuição, indica que as avaliações de risco relacionadas com a segurança dos espetáculos desportivos deviam ser realizadas pelos clubes, ou então pagas.

Segundo E2 e E8, esta medida tem como objetivo diminuir o encargo dos clubes. Por outro lado, E7 afirma que esta medida tem como objetivo reduzir os custos do Estado na comparticipação dos encargos com o policiamento.

Quadro n.º 6 — Análise das respostas à questão n.º 6

N.º	Resposta	Argumentação
E1	“(…) é um dado de referência, um número de referência”.	- “(…) a relação que existe é uma relação em termos de polícia-adepto, FS-adepto, que é muito difícil de mensurar; - “(…) tem sempre empenhamento exterior e fora da competição propriamente dita, provavelmente do dobro. Números que não são contabilizados (….)”; - “(…) os promotores acedem à indicação que a FS referir em número de agentes, número de militares ou número de ARD e não tem sido criado qualquer problema sobre isso”.
E2	“(…) tem como finalidade a poupança de dinheiro por parte dos clubes”.	- “Antes do legislador estabelecer a fórmula de cálculo do número de efetivos policiais, teve que existir um estudo ou uma análise neste âmbito, ou pelo menos devia ter existido”; - “(…) qualquer diminuição de efetivo que não tenha por base um estudo atento e pleno no estabelecimento de critérios verdadeiramente objetivos, nomeadamente economia de encargos para os clubes ou para o Estado, está errado”.
E3	“(…) uma questão orientadora, dando uma ideia do que seria adequado”.	- “Segundo a lei, as FS têm uma palavra a dizer relativamente ao número de efetivos que empenha”; - “(…) a própria natureza do jogo, o grau de risco, as próprias infraestruturas do estádio, podem ditar o aumento ou diminuição do efetivo relativamente ao que está definido em função dos rácios”;

		- “Aqui no Estoril, existe uma boa relação com as FS, o que permite esta abordagem de simples orientação. Não se dá total importância aos rácios, mas sim às necessidades e à avaliação do risco jogo a jogo”.
E4	“Na prática, o rácio nunca se cumpre (...)”.	- “(...) a responsabilidade da segurança e da ordem pública é sempre do cmdt da força policial”; - “Este fez o planeamento, pensou nas as medidas de segurança necessária, baseando-se em fatores que variam de clube para clube, nomeadamente as infraestruturas dos estádios”; - “(...) o rácio é meramente indicativo e está sempre condicionado a muitos fatores”; - “O rácio tem uma vertente economicista, para não haver exageros. Não é possível determinar uma fórmula que traduza as informações policiais”; - “Os rácios servem apenas como bitola”; - “Não é possível estabelecer uma tabela que defina o número de militares a empenhar num espetáculo desportivo”.
E5	“Este é o caminho”.	- “Haver uma diminuição do efetivo policial, da segurança pública em benefício da segurança privada”; - “Na ausência de um especialista no clube que faça a avaliação de risco, cabe à FS dar o input ao clube sobre o efetivo mínimo que deve lá por”; - “(...) isto devia ser obrigação do clube ou então pago, pois é uma avaliação de risco para um evento privado”; - “Isto também está relacionado com o fato do serviço ser gratificado e o clube quer pagar o mínimo”.
E6	“Este rácio serve de base, de bitola”.	- “(...) existem outros fatores que influenciam o número de elementos a empenhar, nomeadamente o número de portas abertas”; - “(...) quem determina o efetivo são as FS”.
E7	“(...) estes rácios são mais direcionados para os jogos da primeira divisão”.	- “Aqui na Charneca de Caparica, por exemplo, num jogo com apenas duzentos espetadores, não se pode seguir o rácio, pois o efetivo seria insuficiente”; - “Esta diminuição deve estar relacionada com motivações financeiras”; - “Milhares de eventos desportivos são comparticipados pelo Estado. Ao reduzir o efetivo, reduzem os custos”.
E8	“O rácio tem um valor indicativo (...)”	- “(...) pois depende da configuração do recinto desportivo”; - “Para além disto, o empenhamento das FS tem custo para os privados. Existe uma pressão para reduzir o policiamento com custos associados”; - “Esta diminuição não se aplicou efetivamente, pois continua-se a utilizar o efetivo necessário para fazer face ao risco”.

Fonte: Autor

Questão n.º 7 — Esta questão tem como objetivo, em comparação com o modelo inglês, perceber que tipo de relação existe entre as FS e os promotores no planeamento dos espetáculos desportivos.

Segundo os E1, E3, E4, E6, E7 e E8 a relação é semelhante. Existem reuniões no início da época e reuniões de preparação antes dos jogos. No entanto, apenas os grandes eventos exigem uma reunião de preparação presencial, sendo que os jogos de menores proporções são coordenados por telefone (E4 e E6). No caso prático do Estoril Praia, existe uma boa relação entre o clube e a GNR, o que facilita a comunicação (E3, E4 e E6).

Por outro lado, E5 afirmou que esta relação direta apenas se verifica no SL Benfica e no Sporting CP, sendo que a maioria dos clubes não o faz.

Quadro n.º 7 — Análise das respostas à questão n.º 7

N.º	Resposta	Argumentação
E1	“É essa mesma”.	- “Há uma reunião de preparação da época e há uma reunião de preparação do jogo, normalmente nesse período de 24 a 48 horas (...)”; - “Muitas das vezes essas reuniões podem não ser materializadas, mas são realizadas efetivamente no evento”; - “Dando o exemplo de jogos da seleção nacional, essas regras também são impostas pela UEFA e pela FIFA”.

E2	“Não tenho conhecimento de causa (...)”.	- “No entanto, caso isto se verifique no modelo inglês, penso que seja um caminho a percorrer”; - “As reuniões semanais e nos momentos anteriores ao jogo ajudam as FS a realizar as suas funções de controlo e monitorização com maior objetividade”.
E3	“(…) há várias comunicações ao longo da semana”.	- “A lei diz que é obrigatório reunir antes de cada jogo, sendo que nós o fazemos, mas nem sempre de forma presencial”; - “Falamos várias vezes por telefone, trocamos impressões e informações por e-mail, e o jogo vai sendo preparado”; - “Se houver necessidade, obviamente que fazemos reuniões presenciais”; - “Até hoje tem funcionado e não vejo razão para alterar”.
E4	“(…) o que é feito em Inglaterra também é feito em Portugal”.	- “(...) no início do ano houve uma reunião de coordenação com os órgãos da direção do Estoril, com a SAD, em que foram logo criados três tipos de espetáculos desportivos, em termos de empenhamento operacional”; - “Nestas reuniões, com base na época transata, definem-se o número de portas abertas, número de militares a empenhar, números de ARD, entre outras medidas”; - “Depois, ao longo da época, efetuam-se reuniões intercalares, de forma a ajustar o dispositivo caso necessário”; - “Na véspera dos jogos com os três grandes, estas reuniões são presenciais”; - “Existe uma articulação estreita entre a força policial e o clube”.
E5	“Sei que o Benfica faz este trabalho, assim como Sporting”.	- “(...) a maioria dos clubes não faz isto”; - “Há legislação aprovada que obriga os clubes a terem um ponto de contacto e um coordenador de segurança”; - “Tem sido feita uma interpretação errónea do conceito de coordenador de segurança com o coordenador de ARD, talvez por interesse dos clubes”; - “É importante ter uma própria estrutura do clube especializada em segurança”.
E6	“Nós fazemos várias reuniões”.	- “Fazemos uma reunião de preparação no início da época, para definir objetivos”; - “No decorrer da época, nos jogos normais, um simples contato telefónico resolve estas coordenações de segurança, nomeadamente, o número de portas abertas, número de bilhetes vendidos, entre outros”; - “Quando são jogos grandes (...) fazemos uma reunião de preparação na semana anterior”; - “A relação que temos com o Estoril Praia é muito boa”.
E7	“Sim, existem estas reuniões (...)”	- “É importante existir uma relação direta entre as FS, o clube e as próprias claques”. - “À parte do futebol, e tendo como exemplo o “2º Grande Prémio de Atletismo CPPEA”, realizámos duas reuniões de coordenação”. - “A primeira reunião foi apenas para conhecer o regulamento e o trajeto das provas. Na segunda, já com todas as entidades presentes, foram discutidas as medidas de segurança a cumprir”. - “Os restantes contactos foram realizados por correio eletrónico e telefone”.
E8	“Sim, existe coordenação direta”.	- “Por exemplo, o Cmdt da 3ª Divisão, fala sempre com o Sporting e o Benfica”.

Fonte: Autor

Questão n.º 8 — Inglaterra é uma referência em matéria de segurança de espetáculos desportivos. Com esta questão pretendia-se compreender se a adoção desta medida em jogos de alto-risco poderia ser proveitosa para o modelo português.

A maioria dos entrevistados afirmou que os horários estão diretamente relacionados com os direitos televisivos (E1, E2, E3, E4, E6 e E7). Relativamente às questões de segurança, os E3, E4 e E6 entendem que a hora do dia não interfere com o consumo de álcool dos espetadores. Para além disto, as forças policiais estão prontas a atuar, independentemente da hora (E4). Por outro lado, E8 afirma que quanto mais cedo for o evento, menor a probabilidade de existirem incidentes.

E2 afirmou que o Presidente da Liga de Clubes, Pedro Proença, anunciou o televisonamento de todas as partidas da Primeira Liga, na próxima época. Por conseguinte, os horários vão ser alterados, com jogos a serem realizados às 11h00 e às 12h00.

Quadro n.º 8 — Análise das respostas à questão n.º 8

N.º	Resposta	Argumentação
E1	“(…) direitos televisivos e (...) tradição (...)”.	- “(…) em Portugal a tradição é aproveitar o dia para fazer outro tipo de atividades e, no fim do dia, ir ver o espetáculo desportivo”; - “(…) não há nenhuma regra definida (...)”; - “(…) é responsabilidade do promotor marcar, em coordenação com as duas equipas que jogam, a hora do evento”.
E2	“(…) direitos televisivos (...)”.	- “(…) Pedro Proença, afirmou que todos os jogos da Primeira Liga vão passar a ser televisionados”; - “(…) prevê-se também a alteração dos horários, nomeadamente a existência de partidas às 11h00 e às 12h00”; - “Mesmo em Inglaterra, os jogos são realizados mais cedo para que possam ser transmitidos internacionalmente, nomeadamente nos países asiáticos”; - “Isto vem reforçar a ideia da comercialização do espetáculo desportivo”.
E3	“(…) interesses das operadoras de televisão (...)”.	- “O televisualização de todos os jogos tem que implicar alterações nos horários”; - “(…) quando ainda estávamos na Segunda Liga, fizemos vários jogos no período da manhã”; - “Em termos de público, na prática, nos estádios, provou-se que não será o modelo ideal”; - “O jogo mais cedo poderá prevenir o consumo excessivo de álcool, embora já se tenha verificado exatamente o contrário”; - “(…) alguns adeptos viajaram do norte do país, onde vinham diretamente da noite, bastante alcoolizados”.
E4	“(…) direitos televisivos”.	- “A marcação dos horários dos jogos deve respeitar os compromissos publicitários e os patrocinadores, ou seja, respeitando os horários nobres”; - “Mesmo em Inglaterra, não sei se a justificação será o álcool. Isto de acordo com o vivido no Euro 2004”; - “Relativamente às FS, tanto garantimos o policiamento de manhã como à tarde”; - “Relativamente ao álcool, é feito controlo de acessos. Caso estejam embriagados, não entram”.
E5	“Faz sentido”.	- “(…) é hábito em Portugal os jogos serem mais tarde”; - “Se o pretendido é que os adeptos não bebam álcool, é um contrassenso venderem bebidas alcoólicas dentro dos estádios”; - “Isto tem que ser repensado”.
E6	“(…) direitos televisivos”.	- “Na minha opinião, a hora a que se realiza o espetáculo desportivo não interfere no consumo de álcool”; - “Os adeptos tanto bebem no final do dia como bebem no início do dia”; - “Desta forma, acho que não vale a pena implementar esta medida em Portugal”.
E7	“Direitos televisivos”.	- “Penso que, ao se realizarem mais cedo, o consumo de álcool podia diminuir”.
E8	“Quanto mais cedo for um jogo, menor a probabilidade de existirem incidentes”.	- “Os horários são matéria dos clubes”; - “No entanto, nós sabemos que existem horas que facilitam o consumo de álcool”; - “(…) vamos adotar medidas por forma a aumentar o esforço do indivíduo com comportamento indevido. Há um conjunto de estratégias que podem ser tomadas para gerir ou evitar as atitudes violentas”.

Fonte: Autor

Questão n.º 9 — Esta questão tinha como objetivo identificar os aspetos positivos e negativos que resultaram da implementação da PIRPED. A presente questão foi aplicada apenas aos entrevistados com conhecimento e/ou experiência na utilização da plataforma.

Como potencialidades é possível destacar o estabelecimento de mais regras (E1), por exemplo, de antecedência no pagamento do policiamento (E1, E4 e E8), o que facilita o planeamento das operações (E1). Para além disto, o pagamento é feito à distância (E3, E4 e E7), evitando o deslocamento dos promotores aos Postos/Esquadras.

Apesar de também ser visto como uma potencialidade, E3 afirma que o pagamento em antecedência é uma vulnerabilidade, pois o sistema é limitado relativamente a alterações de última hora (E3, E6 e E7).

Inicialmente, segundo E4 e E6, verificou-se a dificuldade das associações e clubes locais em aceder à internet e realizar o requerimento através do computador (E4 e E6). A realçar ainda a limitação da plataforma para uso interno da Guarda. Segundo E7, é preciso realizar um mapa, à parte do PIRPED, para dar conhecimento ao escalão superior do efetivo empenhado, número de horas, tipo de evento, entre outras informações.

Quadro n.º 9 — Análise das respostas à questão n.º 9

N.º	Potencialidades	Vulnerabilidades
E1	<ul style="list-style-type: none"> - “(...) havendo regras de inserção do evento, regras de pagamento, regras de antecedência de 48 horas, veio facilitar o planeamento e a atividade operacional dos postos”; - “(...) está a melhorar relativamente à tramitação processual, porque há uma percentagem muito grande paga pelo valor do policiamento pela SGMAI (...)” 	Nada a referir.
E3	<ul style="list-style-type: none"> - “(...) faz todo o sentido modernizar o registo em que é feita a requisição do policiamento”; - “Possibilita a requisição à distância”; - “(...) veio resolver alguns problemas”. 	<ul style="list-style-type: none"> - “(...) sistema mais rígido, na medida em que se faz um pedido de policiamento e ele tem que ser pago antecipadamente”; - “Se houver uma alteração de efetivo, tem de haver a devolução do valor pago em excesso ou a necessidade de se pagar a diferença, por ter havido um decréscimo ao efetivo”; - “(...) acaba por limitar alterações de última hora”.
E4	<ul style="list-style-type: none"> - “O pagamento prévio é importante, para não haver militares a não receberem pelo serviço que fizeram”; - “Especialmente nos jogos comparticipados, a plataforma serve de controlo para o MAI”; - “(...) a desburocratização, as pessoas deixaram de vir aos postos entregar as requisições, ou enviá-las por correio”; - “Para o MAI a plataforma consegue dizer quantos jogos foram feitos, quanto se gastou em policiamento e quanto é que o MAI tem de comparticipar”. 	<ul style="list-style-type: none"> - “As grandes vulnerabilidades iniciais, em que os clubes mais se queixaram, foi o acesso à internet e a computadores”; - “Nas primeiras vezes, várias pessoas tinham de vir à GNR, às Juntas de Freguesias, Câmara Municipal, para que pudessem ter acesso a um computador”.
E6	<p>“(...) facilita o trabalho às pessoas, nomeadamente permitindo ver todos os jogos a realizar”.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - “As alterações são difíceis de executar, nomeadamente alterações de horários”; - “Estar a pedir para mudar o horário pelo menos oito dias antes é escusado”; - “Apenas sabemos o valor do gratificado para o período de quatro horas. Se queremos saber o valor de uma hora, por exemplo, temos de estar a calcular”; - “(...) existem clubes mais pequenos, associações, em que as pessoas que fazem a requisição não têm conhecimentos de informática”; - “Devia também existir uma plataforma à parte onde identificamos os militares que participaram no evento”. - “(...) é uma plataforma um pouco limitada”.
E7	<ul style="list-style-type: none"> - “Antigamente era preciso preencher formulários, tinha de ser presencial, preencher à mão, etc”; - “(...) mais eficaz”; - “É quase instantâneo”. 	<ul style="list-style-type: none"> - “Atualmente, os procedimentos internos continuam iguais. Seria mais fácil para nós se o escalão superior acesse diretamente à plataforma, acedendo a todos os dados que necessita”; - “Temos de ser nós a elaborar os mapas para o escalão superior, à parte da PIRPED, onde referimos os militares empenhados, o tipo de prova, os valores, o tempo que estiveram empenhados, entre outras informações”; - “(...) prazos, pois os jogos apenas podem ser introduzidos com a antecedência de oito dias úteis”; - “Muitas vezes, as associações não o fazem a tempo, sendo que é necessário pedir o desbloqueamento da plataforma ao escalão superior”.
E8	<ul style="list-style-type: none"> - “Facilita a regularização dos pagamentos. - “As plataformas eletrónicas podem ajudar na recolha de informação. A PIRPED permite ver o histórico, fazer análises comparativos dos eventos”; 	Nada a referir.

Fonte: Autor

Questão n.º 10 — Com esta questão pretendia-se identificar medidas para fazer face a este problema crescente e atual, que é o terrorismo. Esta questão é realçada por E3, que afirmam existir um risco real de ataque terrorista em Portugal, acrescentado que os estádios de futebol são um alvo apetecível (E8) e de fácil acesso. Por outro lado, E4 afirma que não é previsto haver um atentado no nosso país.

Relativamente às medidas a implementar, os entrevistados sugerem a utilização de *scanners* corporais, detetores de metais (E1, E3 e E4), presença de cães de deteção de explosivos (E4 e E5) e a realização de buscas preventivas no recinto, antes da abertura das portas (E4). No entanto, estas revistas mais objetivas tornam a entrada dos adeptos mais demorada (E1, E3 e E5), pelo que as portas teriam de ser abertas três ou quatro horas mais cedo (E5).

E2 entende que a solução para o problema do terrorismo não será encontrada ao nível do policiamento dos espetáculos desportivos, mas sim a nível político. Por outro lado, E7 e E8 afirmam que este género de situação exige a presença das FS, apostando na sua visibilidade e nas informações.

Quadro n.º 10 — Análise das respostas à questão n.º 10

N.º	Resposta	Argumentação
E1	“(…) um alvo remunerador este tipo de eventos desportivos de grandes multidões e visibilidade (…)	- “(…) é muito difícil fazer revistas sumárias de forma muito rigorosa a todas essas pessoas (…); - “(…) teríamos de ter <i>scanners</i> corporais em cada uma das portas e entradas, com detetores de metais em todas as entradas, com todos os mecanismos e todos os meios tecnológicos que temos ao dispor”; - “Porém, dificilmente se conseguiria, numa hora e meia, dar acesso a 80 mil pessoas num estádio de futebol”.
E2	“O combate ao terrorismo é algo que extravasa a segurança nos espetáculos desportivos (…)	- “(…) vai para além da gestão e do policiamento desportivo”.
E3	“Podem ser tomadas medidas, mas sabemos que estas nunca podem ser infalíveis”.	- “(…) um problema real que, felizmente, a nós não tem afetado diretamente, mas poderá vir a afetar”; - “Existe um risco real de, mais tarde ou mais cedo, existir um ataque terrorista em Portugal e claramente que os estádios de futebol são um alvo bastante apetecível (…); - “Acaba por ser uma forma fácil dos terroristas introduzirem um engenho explosivo ou uma arma de fogo no estádio”; - “Fazer para além da revista pessoal, um rastreio de explosivos individualmente a cada uma das pessoas seria virtualmente impossível”; - “(…) os adeptos chegam em cima da hora do jogo (…). Isto acaba por ser um obstáculo à implementação de medidas adicionais”.
E4	“É preciso mudar o pensamento da segurança em Portugal”.	- “Não é previsto que Portugal seja alvo de um atentado terrorista”; - “Para haver melhores medidas de segurança os clubes tinham que investir, nomeadamente na melhoria de infraestruturas, instalando, por exemplo, um pórtico de raio-x”; - “(…) os próprios clubes tinham de ter a consciência de que o paradigma mudou”; - “(…) cães de deteção de explosivos nos jogos. Tanto detetam um indivíduo com explosivos, um possível terrorista, como a deteção de tochas e petardos (…); - “(…) as medidas de segurança implementadas não servem para terminar com o risco, servem para o reduzir”; - “(…) todos os grandes eventos deviam ser sujeitos a uma busca preventiva”.
E5	“É importante fazermos uma vigilância cuidada destes locais”.	- “Aumentar os pontos de controlo é importante”; - “Aumentar o tempo pré evento desportivo, isto é, invés das portas abrirem duas horas antes, abrirem três ou quatro horas antes”; - “(…) até se podiam premiar as pessoas que aparecessem mais cedo”; - “Evitar a concentração de pessoas e aumentar o número de horas de acesso ao estádio”.

E6	“(…) a grande concentração de pessoas e a transmissão em direto na televisão são motivos de ameaça”.	- “É preciso fazer uma boa análise da informação”; - “É habitual a presença de cães de deteção de explosivos. Apesar da principal razão da sua presença ser a deteção de artigos pirotécnicos, também estão aptos a detetar outro tipo de explosivos, tal como os utilizados por terroristas”; - “A utilização de detetores de metais e um bom sistema CCTV também é importante. Devia-se investir num maior número de câmaras, tornando este sistema mais eficaz”.
E7	“Este é mais um exemplo da importância do empenhamento das FS”.	- “Futuramente, caso os atentados terroristas se continuem a verificar, a tendência será sempre a presença policial, apostando no número e na visibilidade”.
E8	“(…) é sempre um potencial alvo”.	- “O terrorismo vive dos meios mediáticos”; - “Esta é uma das razões que justificam a presença das FS”; - “O que verificamos nestas situações é que os terroristas fazem atentados nas zonas pré-controlo de segurança. Ou seja, não tentam passar pelas revistas”; - “Se por um lado aumentamos as medidas de segurança, nomeadamente através do controlo de acessos, por outro lado, estamos a criar oportunidades através da acumulação de pessoas”; - “A solução são as informações”.

Fonte: Autor

Questão n.º 11 — Esta questão tinha como objetivo identificar as potencialidades e vulnerabilidades do atual regime de policiamento, que ainda não tivessem sido abordadas durante a entrevista.

Relativamente aos aspetos positivos, os entrevistados realçaram a boa relação que existe entre os promotores e as FS (E1, E3 e E6), e que a dualidade atual deve permanecer (E3, E6 e E8). E7 acrescentou ainda a importância da obrigatoriedade do policiamento em eventos desportivos realizados na via pública, visto que a segurança privada não tem competências no âmbito da circulação rodoviária.

Quanto aos aspetos negativos, existem dificuldades operacionais na relação entre FS, coordenador de segurança e ARD (E1 e E4), e as revistas realizadas são poucas objetivas (E3). O E2 e E8 afirmam que, apesar de já terem existido várias leis relativamente à segurança nos espetáculos desportivos, estas nunca chegam a ser efetivas e ninguém as cumpre. E8 acrescenta ainda a ausência de avaliações do impacto dos modelos de segurança implementados e suas alterações.

Quadro n.º 11 — Análise das respostas à questão n.º 11

N.º	Aspetos Positivos	Aspetos Negativos
E1	- “(…) um relacionamento muito bom entre as FS e os promotores de espetáculos desportivos”.	- “(…) o coordenador de segurança tem a interpretação de que pode, de alguma forma, orientar o trabalho dos militares”; - “(…) foram detetadas algumas situações, onde há uma tentativa por parte dos coordenadores de inserir a força pública dentro do esquema montado para os eventos”.
E2	Nada a referir.	- “Ao longo destes anos, várias leis foram surgindo, umas atrás das outras, alterando e modificando o seu conteúdo, sendo que nenhuma chega realmente a vigorar”; - “Tanto os clubes, como a IPDJ, I.P., como o Governo, ninguém cumpre o que aqui vem estabelecido”.
E3	- “(…) concordo com o policiamento obrigatório e concordo com a responsabilidade partilhada (…)”; - “(…) é um modelo que funciona e deve ser para manter”.	- “(…) não ao modelo instituído, mas à própria lei relativamente à segurança privada, tem a ver com uma incongruência no sistema de revistas”;

		<ul style="list-style-type: none"> - “É feita por palpação, sendo que o que está determinado é que deve ser feita de forma não invasiva”; - “(...) esta revista não é eficiente, pois deteta objetos metálicos, sendo que existe uma série de objetos contundentes não metálicos que podem colocar em risco a segurança dos intervenientes do jogo e dos espetadores, e só podem ser detetados através de uma revista por palpação”.
E4	Nada a referir.	<ul style="list-style-type: none"> - “(...) apenas posso referir dificuldades de articulação na formação dos ARD, onde a GNR não tem qualquer tipo de envolvimento”; - “Não sei o que posso esperar de um ARD quando este atua”.
E5	Nada a referir.	<ul style="list-style-type: none"> - “A tendência devia ser a substituição da segurança pública pela segurança privada”; - “(...) a cultura de segurança não o permite”.
E6	<ul style="list-style-type: none"> - “(...) a dualidade atual é adequada (...)”; - “(...) boa relação que temos com o clube e com a claqué”. 	- “Se estivermos sempre visíveis, o impacto é quase nulo, pois as pessoas habituem-se à nossa presença”;
E7	<ul style="list-style-type: none"> - “Penso que seja importante a obrigatoriedade da FS nos eventos realizados na via pública”; - “Os seguranças privados não têm competências para assegurar um evento na via pública, têm competências muito limitadas, sendo que são mais utilizados em recintos fechados”. 	Nada a referir.
E8	<ul style="list-style-type: none"> - “Penso que, atualmente, o regime de policiamento encontrou um equilíbrio satisfatório”; - “Para o perfil do adepto português, temos um modelo legislativo e operativo equilibrado”; - “A revisão do empenhamento das FS e do setor privado foi positiva”. 	<ul style="list-style-type: none"> - “É importante efetivamente punir os indivíduos que desrespeitam o previsto na lei. Isto pode gerar indignação”; - “No entanto, nunca avaliámos se o aplicado anteriormente foi positivo, o que falhou, aspetos a melhorar”.

Fonte: Autor

Questão n.º 12 — Com esta questão pretendia-se, na sequência da anterior, compreender de que forma os entrevistados colmatavam os aspetos negativos que referiram e que outros aditamentos ou alterações realizavam ao atual modelo de policiamento.

Os E1, E5 e E6, reforçam a ideia da diminuição do policiamento, investindo mais no empenho da segurança privada. Enquanto existe esta dualidade, é importante definir melhor a relação entre as FS, coordenador e ARD, nas situações de ordem pública (E4). E5 e E8 afirmam que as leis se devem fazer cumprir, sendo que E3 acrescenta a necessidade de a mesma prever uma maior objetividade nas revistas realizadas pelos ARD. Relativamente ao problema da violência nos GOA, E2 afirma que os clubes devem terminar com a comparência destes grupos nos recintos desportivos. E6 propõe uma formação específica em segurança nos espetáculos desportivos para os militares da GNR, pelo menos para os cmdts das forças empenhadas.

E8 acrescenta a importância da avaliação dos modelos de segurança implementados, assim como a realização dum relatório, após cada evento, a realçar os aspetos negativos e positivos. Para além disto, entende que é importante o reforço das esquadras RMOP da GNR, nos grandes eventos policiados pela PSP.

No que concerne ao PIRPED, o E3 propõe o pagamento do policiamento após a prestação do serviço. E7 sugere um maior aproveitamento interno da plataforma, em que o

escalão superior consulta a própria PIRPED para saber o efetivo empenhado, valor do policiamento, entre outras informações.

Quadro n.º 12 — Análise das respostas à questão n.º 12

N.º	Resposta
E1	<ul style="list-style-type: none"> - “(...) nos eventos onde não é obrigatória a presença da força policial, devia haver um maior empenhamento de forças de segurança privada, retirando a carga dos militares ou do empenhamento dos militares nesses eventos”; - “(...) para que haja uma diminuição do empenhamento dos militares nos eventos onde não há risco, onde não há um histórico de violência, onde não há situações de violência associada e onde sejam as empresas de segurança privada a proceder a esses eventos”.
E2	<ul style="list-style-type: none"> - “A única solução para o problema das claques será terminar com as mesmas”; - “Pelo menos as mais problemáticas, tal como fez o Real Madrid com os Ultra Sur, proibindo-os de entrar nos estádios”; - “Existe uma relação muito próxima entre os clubes e as claques, tornando-as como pequenos exércitos”; - “Nunca é demais referir que alguns elementos destes grupos organizados de adeptos têm cadastro (...)”.
E3	<ul style="list-style-type: none"> - “[a revista não invasiva pelos ARD] seria uma questão a alterar (...)”; - “(...) fica ao critério de cada um submeter-se a esta revista e entrar no estádio com a garantia de um menor risco de problemas relacionadas com a segurança. Caso contrário, caso não queira ver a sua liberdade individual violada, fica impedido de entrar no recinto e não assiste ao jogo no estádio”; - “(...) uma solução fácil para o problema do pagamento no PIRPED seria fazer-se a requisição do policiamento, mas o pagamento ser feito só depois de prestado o serviço e depois de se saber efetivamente o custo com o policiamento daquele jogo”.
E4	<ul style="list-style-type: none"> - “É preciso definir melhor a nossa relação com a segurança privada, nomeadamente como se articula, ações de formação conjuntas e, numa situação de ordem pública, onde é que entra a segurança privada”; - “Em termos de treino, articulação e intervenção como se empenha a segurança privada? Será possível treinar com os ARD estas situações de ordem pública?”; - “É importante definir o material que as empresas de segurança privada podem ter, ao nível de caneleiras, capacetes, etc”.
E5	<ul style="list-style-type: none"> - “O reforço da cultura de segurança, a partilha dos recursos com as forças públicas e a obrigatoriedade ou exigências dos clubes relativamente a <i>security</i>, nomeadamente o número de câmaras de vigilância”; - “Para além da lei prever estas situações, é importante que a lei se faça cumprir”.
E6	<ul style="list-style-type: none"> - “Devia haver um maior investimento de ARD, o que resultaria numa diminuição do efetivo policial”; - “Não tem lógica existir uma presença policial tão visível”; - “Devia haver uma maior partilha de informação com os <i>spotters</i>”; - “Penso que seria importante os militares da Guarda terem formação no âmbito dos espetáculos desportivos. O que fazemos, hoje em dia, é com base na experiência”.
E7	<ul style="list-style-type: none"> - “Proponho um melhor aproveitamento interno da PIRPED, evitando a realização de mapas e consequente envio para o escalão superior”.
E8	<ul style="list-style-type: none"> - “(...) tem de existir uma sensibilização das pessoas sobre as regras que têm de cumprir. É preciso avisar e ter uma boa política de comunicação com as pessoas”; - “(...) Para além disto, é preciso aplicar o regime sancionatório previsto na lei. É importante efetivamente punir os indivíduos que desrespeitam o previsto na lei”; - “Também é importante haver uma avaliação do modelo de segurança”; - “Após cada evento, ainda que não tenha corrido bem, é necessário saber fazer críticas e apontar lições e recomendações. Isto permite melhorar as boas práticas. É necessário haver uma cultura de avaliação”; - “Outro aspeto a desenvolver é a colaboração entre a GNR e a PSP, designadamente na utilização da ordem pública a cavalo, nos eventos de maior dimensão e risco.

Fonte: Autor

4.4. Discussão dos resultados

Após a realização das observações qualitativas e das entrevistas, é possível compreender a importância das FS na segurança dos espetáculos desportivos. Tal como afirma Ferreira (2014), o Estado tem-se vindo a adaptar ao desenvolvimento da segurança privada, procurando continuar a ser o principal ator neste domínio. Desta forma, determina a obrigatoriedade de policiamento em certo tipo de eventos e, em casos específicos, o Estado comparticipa no pagamento dos encargos.

Atualmente, e de acordo com Constantino (2013), estes eventos extravasam o valor desportivo, assumindo uma dimensão de espetáculo. O valor comercial/económico é cada vez mais importante, nomeadamente na vertente da publicidade e os direitos televisivos na transmissão dos eventos.

Apesar da maioria destes eventos ocorrerem em recintos privados, podem culminar em situações de ordem pública, onde a presença das FS é indispensável. Segundo Clemente (2014), a missão primordial das FS é garantir a ordem pública, em que, por vezes, pode ser necessário recorrer ao uso da força. No entanto, como foi possível verificar na observação qualitativa n.º 1, as FS também procuram garantir o cumprimento da lei, tal como previsto no n.º 1 do art.º 13.º do regime de combate à violência. Muitas das situações elencadas no regime sancionatório desta lei consubstanciam-se em crimes, pelo que deve ser uma FS a estar presente e a atuar. Em Portugal, os seguranças privados não têm autoridade para responder a um crime, a não ser como qualquer cidadão.

Alguns entrevistados afirmam que se deve caminhar para um policiamento menos visível. No entanto, é preciso dotar os seguranças privados de mais competências e autoridade, pois os espetadores não a reconhecem. A presença das FS, a presença dum órgão de polícia criminal, é o suficiente para estabilizar o comportamento dos adeptos e evitar conflitos.

Exemplo prático da importância da presença das FS foi o resultado do estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 216/2012, de 9 de outubro, determinando a não obrigatoriedade de policiamento nos espetáculos desportivos integrados em competições desportivas de natureza profissional. O objetivo desta mudança seria diminuir o empenhamento das FS nos eventos desportivos e diminuir as despesas dos clubes com a segurança. No entanto, o que se verificou foi um período problemático de seis meses, até que surgiu a retificação deste erro, com o Decreto-Lei n.º 52/2013, de 17 de abril. Ficou demonstrado que o policiamento é necessário, pois, em Portugal, ainda não é reconhecida suficiente autoridade aos seguranças privados.

Por outro lado, também é possível concluir que a segurança dos espetáculos desportivos deve ser partilhada, ou seja, não deve ser totalmente entregue às FS ou ao promotor. É importante a presença dos seguranças privados, de forma a existir um primeiro nível de contacto com os espetadores, antes das FS atuarem. Se as FS estiverem sempre visíveis e estiverem permanentemente empenhadas, a sua presença perde impacto. O que se verificou na observação qualitativa n.º 1 foi uma segurança partilhada, em que o exercício da segurança privada era essencialmente de complementaridade e subsidiariedade face às

competências asseguradas pela GNR. Os ARD foram empregues em tarefas de menor complexidade e de menor risco, nomeadamente no controlo de acessos e revistas. Por outro lado, os militares da GNR supervisionavam a atuação dos ARD e garantiam a ordem pública (Lopes, 2010). No entanto, a falta de treinos conjuntos entre as FS e as empresas de segurança privada pode ser uma fragilidade. Segundo os entrevistados, aquando a alteração da ordem pública e consequente responsabilização das FS pela segurança do evento, os militares não sabem como se articular com os ARD.

A importância do policiamento é ainda mais visível nos espetáculos desportivos realizados na via pública. Exemplo prático é a observação qualitativa n.º 2, em que não se verificou a presença de seguranças privados. Visto que o policiamento se realizou na via pública, apenas as FS têm a autoridade para garantir a segurança e fluidez do tráfego rodoviário.

Um policiamento não tem de ser exclusivo da PSP ou da GNR, pelo que surge a proposta de cooperação entre as duas FS, designadamente com o reforço da vertente de cavalaria da Guarda. Visto que a PSP não dispõe deste recurso, seria proveitoso para segurança dos espetáculos desportivos, principalmente os de grandes dimensões, a cedência de elementos de RMOP, em apoio ao policiamento da PSP.

No que concerne a outros modelos europeus de segurança, concluímos que, em modo geral, são todos idênticos. A realçar o modelo praticado no Reino Unido, que é alvo de estudo na presente investigação, onde se verifica um maior empenhamento dos ARD, em detrimento das FS, que só atuam em situações de ordem pública. Segundo alguns entrevistados, Portugal devia adotar este modelo de segurança.

Esta responsabilidade partilhada não se verifica apenas no momento da realização dos eventos, mas também no seu planeamento. Constatou-se que existem reuniões de coordenação, entre os clubes e as FS, antes do início da época e antes dos jogos. No caso do Estoril Praia, as reuniões antes do início da época são sempre presenciais, sendo que se discutem, entre outros assuntos, as medidas de segurança a adotar em todos os jogos em casa, nomeadamente o número de militares a empenhar, o número de ARD e o número de portas a abrir. Por outro lado, a coordenação que existe antes dos jogos costuma ser por correio eletrónico ou por telefone, sendo que apenas alguns jogos exigem reuniões presenciais, nomeadamente com o Sporting CP, FC Porto ou SL Benfica. Constatou-se ainda que a relação existente entre a GNR e o Estoril Praia é saudável, o que facilita a comunicação, o planeamento e o desenrolar dos eventos em segurança.

O PIRPED é uma ferramenta que também veio facilitar o planeamento dos eventos desportivos, nomeadamente ao estabelecer prazos para a requisição de um policiamento, disponibilizando mais tempo às FS. Para além disto, estabelece a regra de pagamento antecipado do policiamento, evitando atrasos e dificuldades nos serviços remunerados. No entanto, verificou-se que esta regra também pode ser uma vulnerabilidade, pois alguns clubes não conseguem planear um evento dentro do prazo, pelo que é necessário pedir autorização ao escalão superior para desbloquear a plataforma. Destaca-se ainda a limitação da plataforma, pois poderia ter um melhor aproveitamento interno na Guarda. Atualmente, é necessário preencher mapas, à parte da plataforma, de forma que o escalão superior seja informado do número de militares empenhados, o número de horas, o tipo de evento, entre outras informações. Seria mais prático se o escalão superior acesse diretamente ao PIRPED para obter estes dados.

Ainda relativamente ao planeamento, constatou-se que a relação entre o número de espetadores e o efetivo policial estabelecida no Decreto-Lei n.º 216/2012, de 9 de outubro, serve apenas de referência. Existem vários fatores que influenciam o efetivo policial a empenhar num evento desportivo, nomeadamente a qualificação do jogo, as infraestruturas do estádio, número de portas abertas e informações policiais. Não é possível definir uma tabela que traduza o número de elementos a empenhar num espetáculo desportivo.

Para facilitar o planeamento, também seria proveitoso a realização de um relatório, no final de cada evento, onde está descrito cada detalhe da operação, aspetos positivos e negativos. Desta forma, em policiamentos futuros, os cmdts dispõem de um auxílio para o seu planeamento.

No que concerne ao terrorismo, conclui-se que as medidas de prevenção devem ser realizadas antes do jogo, nomeadamente através de buscas preventivas ao recinto e revistas mais objetivas nas entradas, com recurso a *scanners* corporais, detetores de metais, entre outros. No entanto, as revistas pormenorizadas exigem mais tempo, pelo que os adeptos teriam de chegar ao recinto cerca de três a quatro horas antes do início do evento. O que se verificou na observação qualitativa n.º 1 é que a maioria dos espetadores chegou perto da hora, sendo que alguns apenas entraram já no decorrer da partida. Esta demora na entrada aumenta a acumulação de pessoas naquela zona, o que também se pode constituir como um alvo para os terroristas.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Nesta última fase do trabalho, propomo-nos a apresentar as conclusões decorrentes da presente investigação. Para esse fim, damos resposta às perguntas derivadas e à pergunta de partida, atingindo os objetivos específicos e geral delineados no início da investigação. Para responder a estas perguntas, baseamo-nos nos dados obtidos na revisão da literatura e no trabalho de campo realizado. Posteriormente, apresentamos as recomendações, limitações da investigação e desafios para futuras investigações.

Relativamente à primeira pergunta derivada, **“Quais as potencialidades do atual regime de policiamento de espetáculos desportivos?”**, constatámos a importância do policiamento em recintos desportivos e na via pública, de uma segurança partilhada, da comparticipação do Estado nos encargos com o policiamento e dos aspetos positivos introduzidos pela PIRPED.

Ao longo da investigação, verificou-se que a presença das FS nos espetáculos desportivos é importante, pois possuem competências que os clubes ou a segurança privada não detêm, nomeadamente o uso da força e a possibilidade de proceder a detenções. Estas duas competências, atribuídas às FS, contribuem para o reconhecimento da sua autoridade, restringindo o comportamento dos adeptos. Por outro lado, ainda não é reconhecida suficiente autoridade à segurança privada, o que ficou comprovado no período de não obrigatoriedade de policiamento nos espetáculos desportivos de natureza profissional. Apesar dos eventos serem privados, acabam por suscitar questões de ordem pública. Para além disto, o regime sancionatório, presente no regime de combate à violência, prevê várias situações que se consubstanciam na prática de um crime, convergindo para a importância da presença das FS. Cabe ainda às FS fiscalizar o cumprimento do disposto no regime de combate à violência, nomeadamente a revista efetuada pelos ARD, tal como relatado na observação qualitativa n.º 1.

A responsabilidade partilhada pela segurança do espetáculo desportivo é uma potencialidade, pois concluímos que os clubes e a segurança privada também têm um papel importante. Os ARD devem ser empregues em tarefas de menor complexidade e de menor risco, sendo que as FS supervisionam a sua atuação e garantem a ordem pública. A presença

dos ARD permite criar um primeiro contacto com os espetadores, antes da intervenção das FS, evitando que esta perca impacto. A importância dos ARD, juntamente com a melhoria das infraestruturas dos recintos desportivos, convergiram para a diminuição da relação entre o número de espetadores e o efetivo policial. Constatámos que, segundo a maioria dos entrevistados, este é o caminho a percorrer, à semelhança do modelo praticado no Reino Unido.

A obrigatoriedade do policiamento na via pública constitui-se como uma potencialidade, pois a importância da presença das FS é ainda mais notória. Ao contrário da segurança privada, as FS têm competência para garantir a segurança e fluidez do tráfego rodoviário. A segurança privada pode estar presente no evento, mas desempenhará outro tipo de funções, nomeadamente controlo de acessos.

A comparticipação do Estado nos encargos com o policiamento também é uma potencialidade. Demonstrada a importância da presença das FS, mesmo em escalões inferiores, torna-se importante o auxílio do Estado, visto que os encargos são, por vezes, inconciliáveis às finanças dos clubes.

Por último, a PIRPEP, que, apesar dos aspetos negativos, também vem introduzir vantagens na requisição do policiamento. Os prazos para a inserção do evento e o pagamento prévio, facilitam o planeamento do policiamento. Para além disto, destaca-se a desburocratização da requisição, pois evita-se a deslocação ao Posto da GNR e o preenchimento de formulários em papel, e a maior facilidade do MAI em controlar os eventos policiados, nomeadamente os comparticipados.

No que concerne à segunda pergunta derivada, **“Quais as vulnerabilidades do atual regime de policiamento de espetáculos desportivos?”**, constatámos que existem problemas de coordenação com a segurança privada, aspetos negativos relativamente à PIRPED, os militares têm pouca formação no âmbito dos espetáculos desportivos e que as entidades envolvidas na segurança do espetáculo desportivo estão pouco sensibilizadas relativamente ao terrorismo.

Relativamente à segurança privada, verificámos que existem erros na interpretação da figura do coordenador de segurança, inclusivamente que este pode orientar o emprego dos elementos das FS. Para além disto, os militares não sabem como se devem articular com a segurança privada em situações de alteração da ordem pública, principalmente os cmdts. Apesar da GNR efetuar treinos no âmbito dos espetáculos desportivos, nunca se verificou um treino conjunto com a segurança privada.

No que concerne à PIRPED, verificámos que as regras que impõe, nomeadamente os prazos e o pagamento com antecedência, dificultam as alterações de última hora. Constatou-se que alguns clubes não conseguem planear um evento dentro do prazo, pelo que é necessário pedir autorização ao escalão superior para desbloquear a plataforma. Caso existam modificações no efetivo a empenhar, o clube tem que ser reembolsado. Constatámos também que a plataforma é limitada, designadamente no seu uso interno na Guarda, pois é necessário realizar mapas, à parte da plataforma, de forma a que o escalão superior conheça o número de militares empenhados, número de horas, entre outras informações.

Constatou-se que os militares têm pouca formação no âmbito dos eventos desportivos. Para além do ministrado na Academia Militar, os cmdts do policiamento não têm formação no âmbito dos espetáculos desportivos. Tendo em conta o elevado empenhamento da GNR nestes eventos, considerámos uma vulnerabilidade.

Apesar do terrorismo ser um tema real e atual, verificámos que as entidades envolvidas na segurança dos eventos estão pouco sensibilizadas para o problema. Para além disto, constatámos que existem fragilidades nas revistas efetuadas pelos ARD, pois não podem ser invasivas. As revistas são pouco objetivas.

Verificámos ainda, pelo menos no caso do Estoril Praia, que não existe troca de informações entre a GNR e os *spotters* no decorrer do espetáculo desportivo.

No que concerne à terceira pergunta derivada, **“De que forma se podem mitigar as consequências negativas deste regime de policiamento de espetáculos desportivos?”**, após analisadas as observações qualitativas e as propostas dos entrevistados, propomos algumas medidas a desenvolver no âmbito do policiamento nos eventos desportivos.

Apesar da importância do policiamento, concluímos que seria importante atuar duma forma menos visível, conservando a imagem das FS. Portugal deve, gradualmente, seguir o modelo praticado no Reino Unido, empenhando mais ARD e diminuir o efetivo policial, principalmente nos jogos de menor risco. No entanto, é necessário investir mais na formação dos ARD e atribuir-lhes mais competências, contribuindo para a sua autoridade.

No entanto, a relação entre as FS e a segurança privada não está bem definida, nomeadamente em situações de alteração da ordem pública. É necessário definir de que forma o cmdt da força policial pode empenhar os ARD, nomeadamente as tarefas que podem desempenhar e como se articulam com as FS. Neste âmbito, seria proveitoso realizar ações de formação conjuntas, com as FS e os ARD a treinar situações de ordem pública.

Os elementos das FS, principalmente os cmdts das forças em cada policiamento, devem frequentar formações no âmbito dos espetáculos desportivos. Seria proveitoso

partilhar estas ações de formação com a PSP, visto que têm vasta experiência nos grandes eventos em recinto desportivo, nomeadamente no futebol.

À semelhança do que aconteceu no Euro 2004, deve existir cooperação entre a GNR e a PSP, nomeadamente na cedência de elementos de RMOP, por parte da Guarda. Esta é uma vertente que a PSP não possui, mas que tem potencialidades importantes num evento desportivo de grandes proporções.

Deve existir mais partilha de informação entre a GNR e os *spotters* da PSP. Ao longo da investigação, tanto na observação qualitativa n.º 1 como nas entrevistas, verificámos que a segurança dos espetáculos desportivos é muito direccionada para os GOA. Desta forma, o contributo dos *spotters*, que estão em permanente contacto com os GOA, é extremamente relevante para a atuação das FS.

Após cada evento, deve ser realizado um relatório com lições aprendidas. Neste documento devem estar presentes os aspetos negativos, mas também os positivos, de forma a que o próximo cmdt, que pode não ter experiência no assunto, continue as boas práticas do passado.

Relativamente ao PIRPED, devia ser internamente mais aproveitado pela Guarda. A plataforma deve conter mapas com o efetivo empenhado, número de horas, tipo de evento, entre outras informações, que estejam disponíveis ao acesso dos CTer.

Após as respostas às perguntas derivadas, estamos aptos a responder à pergunta de partida, **“Em que medida o atual regime de policiamento se encontra adequado às exigências dos espetáculos desportivos?”**.

Verificámos a existência de uma cultura de segurança nos espetáculos desportivos onde os adeptos, principalmente os GOA, não reconhecem suficiente autoridade aos ARD, de forma a que garantam, exclusivamente, a segurança dos eventos. Desta forma, o emprego das FS é fundamental e adequado. A importância das FS é ainda mais notória nos eventos desportivos realizados na via pública, onde as principais tarefas são garantir a segurança dos atletas e assegurar a fluidez e segurança do tráfego rodoviário, sendo que a segurança privada não possui competências para o fazer.

Constatámos que alguns clubes apresentam fragilidades financeiras, pelo que a comparticipação do Estado nos encargos com o policiamento é essencial e adequada.

Não obstante, verificámos também que a tendência deve ser o praticado no Reino Unido. Nos espetáculos desportivos realizados em recinto, deve-se diminuir, gradualmente, o efetivo policial, estando menos visível e pronto a atuar em situações de ordem pública. Por

outro lado, deve-se aumentar o número de ARD, investindo mais na sua formação e atribuindo-lhes mais competências, contribuindo para a sua autoridade perante os adeptos.

Apesar de Portugal não ter sido alvo da recente prática de ataques terroristas, é importante a sensibilização de todas as entidades envolvidas na segurança dos espetáculos desportivos, tanto as FS como os privados. Desta forma, é importante investir nas informações policiais e na formação nesta área.

No que concerne às limitações da investigação, registamos a impossibilidade de entrevistar algumas individualidades, cuja colaboração acrescentaria valor a esta investigação.

Quanto aos desafios para futuras investigações, propomos o desenvolvimento dos aspetos negativos e das medidas a implementar relativamente ao regime de policiamento de espetáculos desportivos. Por último, recomendamos a implementação das medidas propostas, baseadas nos aspetos negativos identificados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Academia Militar – Direção de Ensino (2016). Norma de Execução Permanente (NEP) n.º 522/1ª de 20 de janeiro. Trabalho de Investigação Aplicada (TIA).

Aires, L. (2011). *Paradigma Qualitativo e Práticas de Investigação Educacional*. Lisboa: Universidade Aberta.

Alves, A. (2010). Introdução à segurança. Lisboa: Revista da Guarda Nacional Republicana.

Assembleia da República [AR] (2004). Lei n.º 16/2004 de 11 de maio: Medidas preventivas e punitivas a adotar em caso de manifestação de violência associadas ao desporto. *Diário da República*, 1ª Série, n.º 110, 2962-2971.

Assembleia da República [AR] (2005). Lei Constitucional n.º 1/2005 de 12 de agosto: Sétima Revisão Constitucional. *Diário da República*, 1ª Série, n.º 155, 4642-4686.

Assembleia da República [AR] (2007). Lei n.º 5/2007 de 16 de janeiro: Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto. *Diário da República*, 1ª Série, n.º 172, 356 – 363

Assembleia da República [AR] (2007). Lei n.º 53/2007 de 31 de agosto: Lei Orgânica da PSP. *Diário da República*, 1ª Série, n.º 168, 6065-6074.

Assembleia da República [AR] (2007). Lei n.º 63/2007 de 6 de novembro: Lei Orgânica da GNR. *Diário da República*, 1ª Série, n.º 213, 8043-8051.

Assembleia da República [AR] (2009). Lei n.º 39/2009 de 30 de julho: Regime jurídico do combate à violência, ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espetáculos desportivos, de forma a possibilitar a realização dos mesmos com segurança. *Diário da República*, 1ª Série, n.º 146, 4876-4886.

Assembleia da República [AR] (2013). Lei n.º 34/2013 de 16 de maio: Regime do exercício da atividade de segurança privada. *Diário da República*, 1ª Série, n.º 94, 2921-2942.

Assembleia da República [AR] (2013). Lei n.º 52/2013 de 25 de julho: Regime jurídico do combate à violência, ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espetáculos desportivos, de forma a possibilitar a realização dos mesmos com segurança. *Diário da República*, 1ª Série, n.º 142, 4365-4387.

Association of Chief Police Officer (2010). *Guidance For Football Deployment & Cost Recovery* . Obtido em 4 de abril de 2016, de College of Policing: <http://library.college.police.uk/docs/acpo/guidance-for-football-deployment-2012.pdf>

Clemente, P. (1998). *Da Polícia de Ordem Pública*. Massamá: Gazela.

Clemente, P. (2010). Polícia e segurança - breves notas. *Lusíada* , 141-171.

Constantino, J. (2013). Dentro e fora do estádio: o espetáculo, a globalização e o seu significado social. *Revista USP* , 31-44.

Costa, A. (1992). *Desporto e análise social*. Obtido em 10 de abril de 2016, de Biblioteca Digital FLUP: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo6671.pdf>

Cruz, M. (2015). *Guarda Portugal: Qual o papel da GNR* (1ª ed.). Lisboa: bnomics.

Department for Culture, Media and Sport. (2008). *Sports Grounds Safety Authority*. Obtido em 6 de abril de 2016, de Guide to Safety at Sports Grounds: <http://www.safetyatsportsgrounds.org.uk/sites/default/files/publications/green-guide.pdf>

Fernandes, A. (2010). *Introdução à Ciência Política: teorias, métodos e temáticas* (3ª ed.). Porto: Porto Editora.

Ferreira, J. G. S. (2014). *Direitos Fundamentais e Direito dos Cidadãos à Segurança*. Trabalho de Investigação Individual, Curso de Estado-Maior Conjunto, Instituto de Estudos Superiores Militares, Lisboa.

Fontes, J. (2014). *Teoria Geral do Estado e do Direito* (4ª ed.). Coimbra: Coimbra Editora.

Gil, A. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social* (6ª ed.). São Paulo: Atlas.

GNR. (2014). Relatório de Atividades 2014. Retirado em 12 de abril de 2016, de: <http://www.gnr.pt/InstrumentosGestao/2014/RelatorioActividadesGNR2014.pdf>.

Gomes, G. R. S. (2014). *A Violência Associada ao Desporto: da prevenção à repressão penal*. Dissertação de Mestrado, Mestrado em Direito Público, Faculdade de Direito, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

Guarda Nacional Republicana – Direção de Operações (2012). Circular n.º 15/2012, de 7 de novembro. Lisboa. Comando Operacional.

Guarda Nacional Republicana – Direção de Operações (2010). NEP/GNR – 3.08 de 14 de maio de 2010. Lisboa. Comando Operacional.

Guerra, I. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: Sentidos e Formas de Uso*. Estoril: Príncipeia.

Kauark, F., Manhães, F., & Medeiros, C. (2010). *Metodologia da Pesquisa: um guia prático*. Bahia: Via Litterarum.

Lopes, C. M. R. (2010). *Segurança Privada: Relação com as Forças de Segurança Pública*. Trabalho de investigação aplicada, Mestrando em Ciências Militares, Especialidade de Segurança, Academia Militar, Lisboa.

Marconi, M., & Lakatos, E. (2003). *Fundamentos de metodologia científica* (5ª ed.). São Paulo: Atlas.

Marivoet, S. (1992). Violência nos espetáculos de futebol. *Sociologia - Problemas e Práticas*. N.º 12, 135-153.

Marivoet, S. (2012). Abordagem sociológica da ética do desporto no contexto da mudança social: o caso português durante o Estado Democrático do século XX. In *Sociedade, crise e reconfigurações*. Atas do VII Congresso Português de Sociologia (pp.2-14). Lisboa: APS. Acedido a 12 de abril de 2016 em http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/finais/PAP1278_ed.pdf

Meirim, J. (2007). *Segurança e Seguranças Desportivas*. Lisboa: Livros Horizonte.

Ministério da Administração Interna [MAI] (2011). Decreto-Lei n.º 114/2011 de 30 de novembro: 1ª Alteração à Lei n.º 39/2009 de 30 de julho. *Diário da República*, 1ª Série, n.º 230, 5130-5186.

Ministério da Administração Interna [MAI] (2012). Decreto-Lei n.º 216/2012 de 9 de outubro: regime de policiamento de espetáculos desportivos realizados em recinto desportivo e de satisfação dos encargos com o policiamento de espetáculos desportivos em geral. *Diário da República*, 1ª Série, n.º 195, 5593-5595.

Ministério da Administração Interna [MAI] (2013). Decreto-Lei n.º 52/2013 de 17 de abril: regime de policiamento de espetáculos desportivos realizados em recinto desportivo e de satisfação dos encargos com o policiamento de espetáculos desportivos em geral. *Diário da República*, 1ª Série, n.º 75, 2239.

Ministério da Administração Interna (2014). Relatório Anual de Segurança Privada de 2014. Lisboa: Conselho de Segurança Privada.

Moreira, S. R. N. (2013). *A percepção dos cidadãos face aos agentes de segurança privada*. Dissertação de Mestrado, Mestrado em Criminologia, Faculdade de Direito, Universidade do Porto, Porto.

Parliament of the United Kingdom (1989). Football Spectators Act 1989. Her Majesty's Stationery Office, c.37, 1-28.

Parliament of the United Kingdom (1991). Football Offences Act 1991. Her Majesty's Stationery Office, c.19, 1-2.

Parliament of the United Kingdom (1996). Police Act 1996. *Her Majesty's Stationery Office*, c. 16, 1-83.

Parliament of the United Kingdom (2000). Football Disorder Act 2000. Her Majesty's Stationery Office, c. 25, 1-18.

PSP. (2014). Relatório de Atividades 2014. Retirado em 12 de abril de 2016, de: <http://www.psp.pt/Documentos%20Varios/2014%20Relatório%20de%20Atividades%20PSP.pdf>

Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2003). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (3ª ed.). Lisboa: Gradiva.

Rodrigues, A. (2013). *O conceito de segurança*. Obtido em 11 de abril de 2016, de Jornal de Defesa e Relações Internacionais: http://database.jornaldefesa.pt/politicas_de_defesa/portugal/JDRI%20047%20090413%20conceito%20seguranca.pdf

Santos, B. F. (2015). *Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Desportivo*. Obtido em 14 de abril de 2016, de Comité Olímpico de Portugal: [http://www.cpesquisa.comiteolimpicoportugal.pt:10000/EDGD/DD/Violência%20\[Exógena\]%20no%20Desporto.pdf](http://www.cpesquisa.comiteolimpicoportugal.pt:10000/EDGD/DD/Violência%20[Exógena]%20no%20Desporto.pdf)

Sarmento, M. (2013). *Metodologia Científica. Para a elaboração, escrita e apresentação de teses*. Lisboa: Universidade Lusíada.

Theodoro, R. V. (2004). *A Trégua de Natal*. Obtido em 12 de abril de 2016, de Clube SOMNIUM: http://clubesomnium.org/images/arquivos/militaria/historia/Tregua_de_Natal.pdf

Vasques, L. M. F. (2015). *A PSP e a gestão de adeptos: Fatores chave para o sucesso no caso paradigmático do futebol*. Dissertação de Mestrado, Mestrando em Ciências Policiais, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.

APÊNDICES

Apêndice A — Categorização dos eventos (Reino Unido)**Quadro n.º 13 — Match categories**

Category	Description
CS	Club Security Only (Police Free Fixture)
A	Low Risk of Disorder
B	Medium Risk of Disorder
C	High Risk of Disorder
C-IR	Category C with Increased Risk of Disorder

Fonte: Autor, adaptado da *Guidance for Football Deployment and Cost Recovery 2010/2011*

Apêndice B — Guião de entrevista

ACADEMIA MILITAR

Trabalho de Investigação Aplicada

CARTA DE APRESENTAÇÃO

V.Ex.^a,

Encontro-me, neste momento, a desenvolver um Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) subordinado ao tema "Segurança nos Espetáculos Desportivos", requisito necessário para a obtenção do grau de mestre em Ciências Militares na Especialidade de Segurança na Academia Militar.

Esta investigação foca-se na análise do atual regime de policiamento de espetáculos desportivos em Portugal. Para que esta análise seja mais objetiva e adaptada à realidade, reveste-se de elevada importância obter o testemunho de profissionais com conhecimento e experiência na área de estudo, ou seja, na segurança dos espetáculos desportivos.

Desta forma, solicito a colaboração de V.Ex.^a na recolha de dados através de uma entrevista de aproximadamente 30 minutos, sobre os tópicos enviados em anexo, a realizar em dia e hora a agendar de acordo com a disponibilidade de V. Ex.^a.

Estou disponível para prestar qualquer informação do seu interesse e será para mim um privilégio partilhar com V.Ex.^a os resultados desta investigação.

Na expectativa do bom acolhimento desta solicitação, apresento a V.Ex.^a os meus mais
respeitosos cumprimentos,

João Carlos Nunes de Oliveira

Aspirante da Guarda Nacional Republicana

Orientador: Professor Doutor José Fontes

Coorientador: Major da GNR Pedro Ramalho

Enquadramento do Trabalho

A segurança pública é uma atividade desenvolvida pelo Estado português e que deve estar disponível a todos os cidadãos, sem qualquer custo, pois é um direito que lhes é atribuído pela Constituição da República Portuguesa. O Estado recorre às Forças e Serviços de Segurança para garantir esta segurança pública. No entanto, devido a vários fatores, as Forças e Serviços de Segurança têm vindo a perder algumas competências, sendo estas atribuídas a empresas de segurança privada.

O regime de policiamento de espetáculos desportivos realizados em Portugal é um exemplo desta contínua responsabilização das entidades privadas na vertente da segurança. Desta forma, com o Decreto-Lei n.º 216/2012, de 9 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 52/2013, de 17 de abril, verificaram-se mudanças, nomeadamente, nas situações em que o policiamento é obrigatório, no cálculo do efetivo policial necessário para policiamento de espetáculos realizados em recinto desportivo e na comparticipação do Estado nos encargos com o policiamento nos espetáculos desportivos.

O presente trabalho não tem como finalidade propor um novo regime de policiamento de espetáculos desportivos, mas sim analisar o regime já existente. O objetivo geral do presente trabalho é compreender de que forma o atual regime de policiamento se encontra adequado às exigências dos espetáculos desportivos. Para melhor orientar a investigação, foram definidos objetivos mais específicos, designadamente identificar as potencialidades e vulnerabilidades do atual regime de policiamento na segurança dos espetáculos desportivos e compreender de que forma se podem mitigar as consequências negativas do mesmo.

Desta forma, esta investigação tem como finalidade compreender os aspetos negativos do atual regime de policiamento nos espetáculos desportivos, contribuindo para um novo modelo.

Guião de Entrevista

Nome:
Cargo/Posto:
Função Atual:
Correio Eletrónico:
Data:
Local:
Hora de Início:
Hora do fim:

Questões:

1. Tendo em conta o modelo de policiamento presente na Lei n.º 52/2013, de 25 de julho, que estabelece o regime jurídico do combate à violência, ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espetáculos desportivos, de forma a possibilitar a realização dos mesmos com segurança, que relevância atribui ao empenhamento das Forças de Segurança?
2. Tem conhecimento de outros modelos europeus no âmbito da segurança nos espetáculos desportivos? Tendo em conta esses modelos, que medidas podiam ser adoptadas pelo modelo português?
3. O Decreto-Lei n.º 52/2013, de 17 de abril, procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 216/2012, de 9 de outubro, determinando a obrigatoriedade de policiamento nos espetáculos desportivos integrados em competições desportivas de natureza profissional. O que tem a dizer sobre esta mudança?
4. Segundo a Lei n.º 52/2013, de 25 de julho, é dever do promotor do espetáculo desportivo assumir a responsabilidade pela segurança do recinto desportivo e anéis de segurança. Tendo em conta a dicotomia entre o público e o privado e considerando que os espetáculos desportivos são eventos privados, o que tem a dizer sobre o empenhamento das Forças de Segurança neste tipo de eventos? Na sua opinião, a segurança dos espetáculos desportivos deve ser exclusiva dos promotores do espetáculo desportivo?

5. Caso não concorde com a questão anterior e tendo em conta o atual modelo de policiamento previsto na Lei n.º 52/2013, de 25 de julho, pensa que a segurança dos espetáculos desportivos devia ser exclusiva das Forças de Segurança? Não sendo exclusiva, devia ter mais competências do que atualmente?
6. Segundo o preâmbulo do Decreto-Lei n.º 216/2012, de 9 de outubro, alterado pelo Decreto-lei n.º 52/2013, de 17 de abril, tem havido uma melhoria das “infraestruturas da generalidade dos novos recintos desportivos”, onde acresce a exigência da atividade dos assistentes de recintos desportivos. “A constatação objetiva do incremento destas condições determina também que no presente decreto-lei se proceda à revisão da relação entre o número de espectadores e o efetivo policial a destacar agora existente, no sentido da diminuição deste último”. Na sua opinião, esta diminuição de efetivo pode prejudicar a segurança dos espetáculos desportivos?
7. Segundo a “The Football Association”, a associação de futebol inglesa, assim que o calendário anual de cada época for publicado, cada clube deve-se reunir com a força policial local, para discutir a qualificação de cada jogo em casa. São também realizadas reuniões duas semanas antes e 48 a 24 horas antes de cada partida. Tendo em conta o modelo português previamente elencado, existe uma relação de coordenação tão direta como no modelo inglês?
8. Ainda segundo a associação de futebol inglesa, os jogos são tradicionalmente disputados às 15h00 de sábado. No entanto, nos jogos qualificados de alto-risco, estes podem ser adiantados para as 12h00 ou 13h00 para evitar o excesso de consumo de álcool e o consequente aumento da violência. Na sua opinião, seria proveitoso para o modelo de português adotar também esta medida? Porque motivo os jogos são marcados para o fim do dia?
9. O artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 216/2012, de 9 de outubro, alterado pelo Decreto-lei n.º 52/2013, de 17 de abril, estabelece que é regulamentada através de portaria a tramitação eletrónica da requisição e pagamento do policiamento nos espetáculos desportivos. Surge então a Portaria n.º 55/2014, de 6 de março, que define “os requisitos, as condições e as regras de funcionamento e de utilização da plataforma informática de requisição de policiamento de espetáculos desportivos” (PIRPED). No seu entender, quais são as potencialidades e vulnerabilidades desta plataforma?
10. Em novembro de 2015 assistimos a um atentado terrorista nas imediações do Estádio de França, em Paris, num jogo amigável entre França e Alemanha. A entrada de um dos terroristas no estádio foi impedida pela segurança do mesmo. No seu interior encontravam-se 80.000 pessoas, entre elas o presidente francês, François Hollande. Visto que os estádios de futebol são um

possível alvo de ataque terrorista, dada a concentração de pessoas e a possível transmissão em direto para todo o mundo, que medidas podem ser tomadas para fazer face a esta situação?

11. Para além das situações já referenciadas durante a entrevista, que aspetos negativos tem a realçar no atual regime de policiamento de espetáculos desportivos? E aspetos positivos?
12. Como colmatava estes aspetos negativos e o que acrescentaria a este regime, de forma a contribuir para a melhoria da segurança nos espetáculos desportivos em Portugal?

Apêndice C — Desenho da Investigação

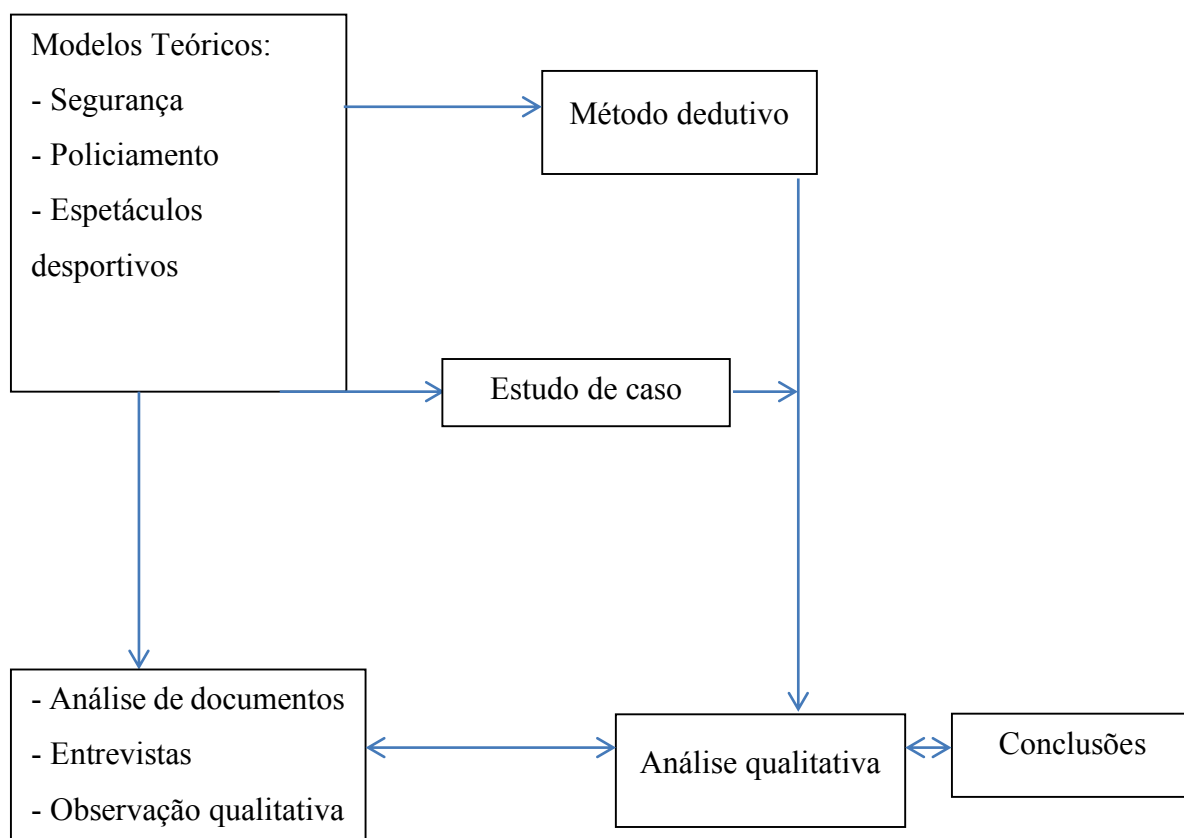


Figura n.º 1 — Desenho da Investigação

Fonte: Autor

Apêndice D — Apresentação dos entrevistados

Quadro n.º 14 — Apresentação dos entrevistados

N.º	Nome	Função/Cargo/Habilitações	Local	Data
E1	Luis Lourenço	Major da GNR – Chefe da Repartição de Operações e Oficial de Segurança da Seleção Nacional	Comando-Geral, Divisão de Emprego Operacional	14-04-16
E2	José Meirim	Consultor de Direito do Desporto da Sociedade de Advogados ABBC	Sociedade de Advogados ABBC	21-04-16
E3	Sérgio Figueira	Diretor de Segurança do Estoril Praia	SAD Estoril Praia	22-04-16
E4	Bruno Ribeiro	Cap da GNR – Cmdt DTer Sintra	DTer Sintra	02-05-16
E5	Ludovico Franco	Presidente da ADSP	ADSP	04-05-16
E6	Nelson Pestana	Ten da GNR – Cmdt SDTer Alcabideche	SDTer Alcabideche	05-05-16
E7	Jorge Luis	SAj da GNR – Cmdt do PTER Charneca de Caparica	PTer Charneca de Caparica	13-05-16
E8	Pedro Clemente	Superintendente-chefe – Diretor do ISCPSI	ISCPSI	30-05-16
	Sérgio Felgueiras	Intendente – Diretor de Ensino do ISCPSI		

Fonte: Autor

Apêndice E — Dispositivo de segurança antes e durante o jogo

Quadro n.º 15 — Dispositivo de segurança antes e durante o jogo

Posição	Militar	Coordenação durante o jogo	ARD
Cmdt da Operação	1	-	-
Chefe Segurança Exterior	1	-	-
Chefe Segurança Bancadas 5 e 6	1	-	-
Chefe Segurança Bancadas 1 e 2	1	-	-
Chefe do DI	1	-	-
Porta 1	3	2 colocam-se na parte superior ao GOA do Estoril	5
Porta 2	3	1 desloca-se para o Campo 3	2
Porta 3/4	3	1 desloca-se para o Campo 4	2
Porta 5	3	1 desloca-se para o Campo 5	2
Porta 6	3	-	3
Campo 1	2	-	2
Campo 2	2	-	1
Campo 3	1	-	1
Campo 4	1	-	1
Campo 5	3	-	1
Campo 6	3	-	2
Bancada 6	3	Todos se deslocam para o Campo 6	-
CCTV	1	-	-
Túnel	1	-	1
DI	11	-	-
Porta Balneário do Estoril	-	-	1
Entrada Área Técnica	-	-	2
Área VIP	-	-	1
Parque 4	-	-	1
Coordenador de Segurança	-	-	1
Total	48	-	29

Fonte: Autor

Apêndice F — Dispositivo do policiamento antes e durante o jogo

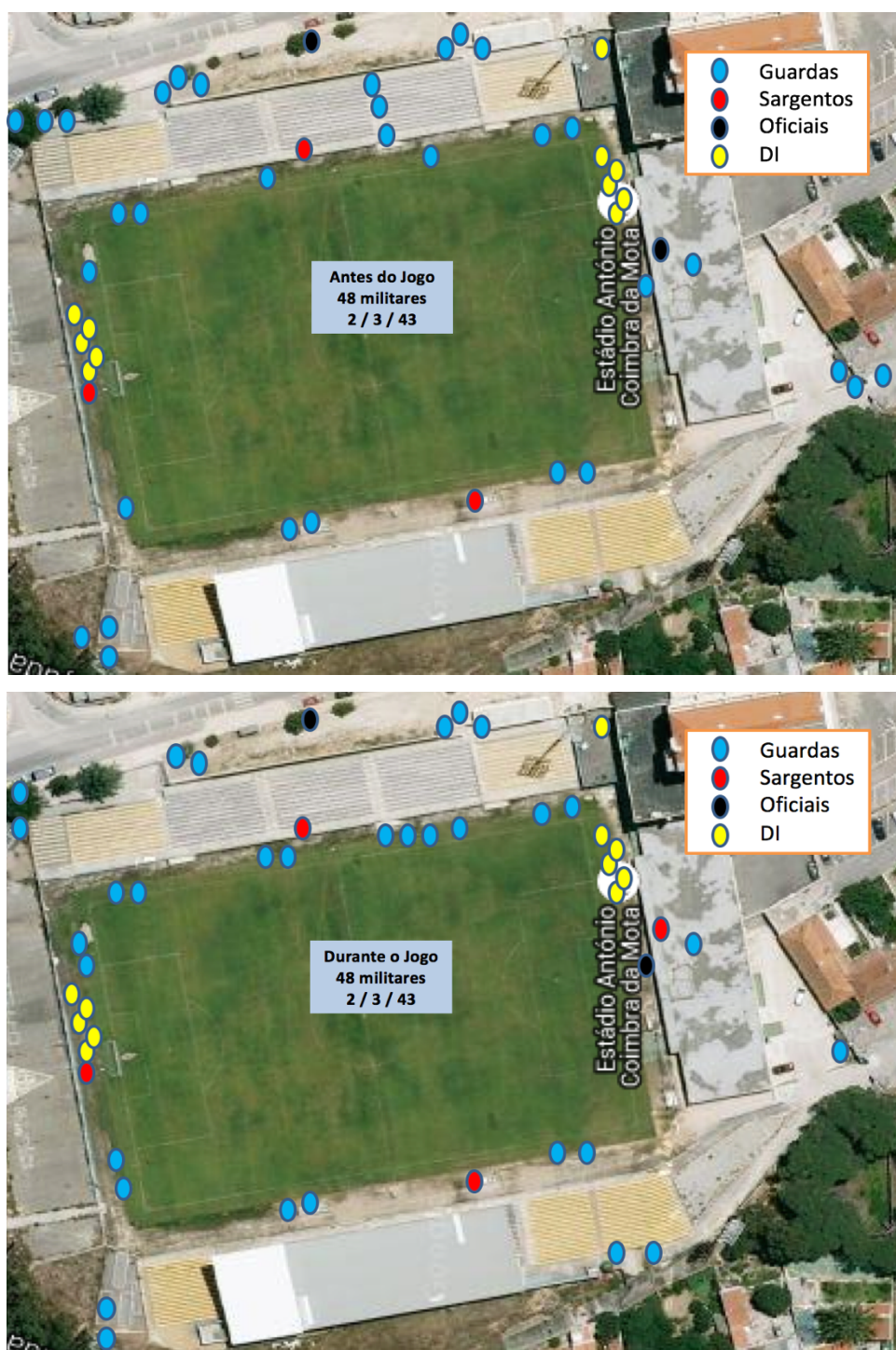


Figura n.º 2 — Dispositivo do policiamento antes e durante o jogo

Fonte: Autor

Apêndice G — Disposição do estádio António Coimbra da Mota



Figura n.º 3 — Disposição do estádio António Coimbra da Mota

Fonte: Autor

Apêndice H — Constituição da sala CCTV

Quadro n.º 16 — Constituição da sala CCTV

Constituição
Oito câmaras fixas;
Duas câmaras <i>Dome</i> , que possibilitam uma focagem de 360º em torno do ponto em que estão fixas, permitindo a aproximação e afastamento da imagem;
Um computador ligado a um servidor, que processa e armazena as imagens recolhidas;
Um monitor que exibe em mosaico as imagens das várias câmaras fixas, permitindo a sua visualização individual, mediante seleção;
Dois monitores, para cada câmara <i>Dome</i> , que exibem em <i>fullscreen</i> as imagens recolhidas pelas respetivas câmaras.

Fonte: Autor

Apêndice I — Efetivo empenhado no policiamento

Quadro n.º 17 — Efetivo empenhado no policiamento

2 militares DT Coia

2 elementos moto PTER Charneca de Caparica

Comando – 2 militares

Prova 10km 3ª Prova			1ª e 2ª Provas – Juvenis e Iniciados
N.º Militares	Locais	Missão	
1	Cruz. Texugo (semáforos)	-	Entroncamento EN10-1/Rua Pinteira Santos
1	Rotunda do Lazarim	-	Partida
1	Botequim/Entrada Rua Ver o Mar	-	-
1	Entrada Rua Ramada Curto	Patrulha	-
1	Bombas Galp e Estrada da Igreja	Patrulha	-
1	Rotunda Amália Rodrigues	-	1ª- Entroncamento Rua Quinta do Salgado/LIDL 2ª- Entroncamento Av.ª Republicana/Rua Petroneo A. Barros
1	Rotunda do Poço	-	Entroncamento Rua Casado do Povo/Rua General H. Delgado
1	Rotunda A33 1ª	-	Entroncamento Rua do Povo/Rua Quinta da Cerieira
1	Rotunda A33 2ª	-	Entroncamento Rua Quinta do Salgado/Rua Casa do Povo
1	Cruzamento Quinta Carcereira/Rua Quinta da Madalena	-	Entroncamento Rua Casa do Povo/Rua Norton Matos
1	Entrada Intermarché	No início da prova fica no entroncamento EN10-1/Rua Quinta da Cerieira. Depois desloca-se para entrada do Intermarché	Av.ª República/Rua Manuel Parada
1	Entroncamento Rua Vale Figueira/Estrada da Bela vista	No início da prova fica no entroncamento EN10-1/Rua Quinta do Salgado. Corta o trânsito EN10-1. Depois desloca-se para a Entrada da Estrada Bela Vista	Entroncamento EN10-1/Rua Quinta do Salgado
1	Cruzamento Vale Figueira (semáforos)	No início da prova fica no entroncamento EN10-1/Av.ª República. Depois de passar o último concorrente desloca-se para o Cruzamento Vale Figueira.	EN10-1 em direção Av.ª República.
1	Rotunda de Vale Figueira	-	-

Fonte: Autor

ANEXOS

Anexo A — Statement of Intent (Modelo)

Sample Statement of Intent

Statement of Intent Between Football Club And XXXXXXXXXXXX

This Statement of Intent does not create a legally binding contract or agreement between XXXXXXXXXXXX and ..Football Club.

The purpose of this document is to establish an agreed position as to the roles and responsibilities of XXXXXXXXXXXX and .. Football Club during league/cup and international games held at the Football Club, this document aims to give clarity to all parties involved in accordance with the recommendation 11 of the Final Enquiry Report of the Right Honourable Lord Justice Taylor in to the Hillsborough Disaster.

1. RESPONSIBILITIES OF THE FOOTBALL CLUB

All aspects of the running of the event are the sole responsibilities of

FC. The Football Club agree to act in compliance with Home Office publications (where appropriate), The Guide to Safety at Sports Grounds 5 Edition 2008 (and any subsequent amendments), the general safety certificate, act in accordance with Football Licensing Authority guidance and in particular be responsible for:

- The overall safety of the event.
- The stewarding of the event.
- All issues affecting the safety of spectators and staff at the venue including issue of monitoring to avoid overcrowding.
- All conditions as identified in the safety certificate.

2. RESPONSIBILITIES OF XXXXXXXXXXXXXXXX POLICE

XXXXXXXXXX will comply with Home Office publications (where appropriate) the Core Police roles as defined by the Association of Chief Police Officers Sub - committee for public order and published in the 'Keeping the Peace' Manual.

- a) Prevention and detection of crime.
- b) Prevention or stopping of a Breach of the Peace.
- c) Traffic regulation within the legal powers provided by statute. (Which does not cater for the stopping of traffic immediately outside the event.
- d) Activation of contingency plans where there is an immediate threat to life and property, and the co-ordination of the resultant Emergency Services available.

In particular:

- The enforcement of legislation under the Sporting Events (Control of Alcohol etc) Act 1985 as amended at the entrances to the stadium.
- The enforcement of legislation under the Sporting Events (Control of Alcohol etc.) Act 1985 at sporting events on vehicles travelling to the event.
- Public order.
- Football (Offences) Act 1991; Football (Offences and Disorder) Act 1999 ; Football Spectators Act 1989 and the (Football Disorder) Act 2000 and any amendments.
- The enforcement of legislation and investigation of racially aggravated/homophobic/hate crime offences. The deployment or use of any of these police powers being at the discretion of West Midlands Police.

3. DECISIONS AS TO PRIMACY

In the event of an incident reaching a critical stage beyond the capacity of .FC to address the situation, the protocol of XXXXXXXXXXXXX having primacy (if in attendance within the ground) will be as follows;

- a) If the Safety Manager or clubs representative decides the situation is beyond the capacity of the club, the nominated club Safety Manager will

verbally inform the Bronze or Silver Commander, who will then take primacy.

Or

- b) If the Bronze or Silver commander decides the situation has reached a critical stage, requiring the immediate intervention of police resources, they will verbally inform the Safety Manager that XXXXXXXXXXXX are taking primacy and employees and agents with the club will work in conjunction with and under the direction of XXXXXXXXXXXX.

In either case, the situation and circumstances will be documented in the policy log, together with the rationale behind it. These situations will be dynamic by their nature hence the need for expediency by way of verbal decision, to be formalised in writing once control of a situation has been gained.

4. VARIATION

Any variations as to the division of responsibility will be agreed in writing between the club and XXXXXXXXXXXX and will be appended to this document, signed by the same representative/authorised representative identified below.

Signed

Duly Authorised to sign for and on behalf of

FC.

Signed

XXXXXXXXXX

Operational Commander

Dated

Anexo B — Charging Agreement (Modelo sem *Schedules*)

Sample Charging Agreement

Terms For The Request and Supply of Special Police Services Under Section 25 Police Act 1996

I _____ duly authorised by and acting on behalf of ANY City Football Club (the Club) hereby agree to the provision of Special Police Services (SPS) at the ANY stadium and the areas delineated in red on the plan attached at Schedule 2 provided by the Chief Constable of the XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX upon the following terms and conditions:

1. That the Chief Constable of the XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX will provide to the Club SPS under Section 25 of the Police Act 1996 as set out in Schedule 1 of this agreement. In determining the level of SPS to be provided for a particular fixture, the parties shall have regard to the appropriate table indicated in Schedule 3, which indicates the number and level of police personnel to be allocated to the fixture and the length of time they are to be deployed at the fixture. Such police personnel shall be deployed by the Chief Constable within the area at or near the premises of the Club, being the area shown delineated in red on the attached plan at Schedule 2.
2. The Club will pay the charges as determined by the XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX Authority which will, until further notice be at the rate per hour per rank and/or specialist function of Police Officers/Staff supplying SPS as specified in Schedule 3 to this agreement.
3. The amount of time each relevant member of the police's personnel is to be deployed at a fixture for the purposes of the relevant tables in Schedule 3 (and for the purposes of being considered SPS) shall include the following:
 - i) Travelling to the Police Command Unit where the event takes place
 - ii) Briefing instructions
 - iii) Pre-match crowd control
 - iv) The match itself and crowd dispersal
 - v) De-briefing vi) Travel to home Command Unit

vi) Refreshment break

4. The number, rank and specialist skills of officers and the full time or part time deployment supplied to police any event listed in Schedule 4 of this document will be as determined appropriate by the Chief Constable (or his authorised representative) and with regard to the provision of the Safety Certificate issued in respect of the stadium. Schedule 4 categorises the events listed Club Security A,B, C and C-IR and indicates the 'minimum breakdown' of the number of officers Police Officers and ranks for which a charge will be made unless otherwise determined by the Chief Constable (or his authorised representative) having regard to further intelligence, any representations from the Club and other matters. It is accepted by both parties that such categorisation may where appropriate be subject to variation.
5. Payment by the Club to the Police Authority will be made within 28 days of the date of the invoice by the Police Authority. If the payment is not made within 28 days the Authority will charge interest at the rate of 3% above the lending rate of the Authority's Bankers from the date of the invoice until the date of settlement. The Authority reserves the right to commence proceedings for the recovery of any debt outstanding including unpaid interest after the end of the 28 day period for payment.
- 6.1 If the request for SPS in respect of any event specified in Schedule 4 is cancelled then provided more than 7 days written notice of cancellation is given by the club to the Police prior to the scheduled kick-off time of the event no charge will be made. If 7 days or less written notice is given prior to the scheduled kick off time then a charge of 40% will be payable. Cancellation charges arise from the Chief Constable's responsibilities under the Police Regulations 2003.
- 6.2 Where the event is abandoned after commencement the club will nevertheless be obliged to pay for the event as if it proceeded.
7. If the club requests SPS for any events which are not set out in Schedule 4 or at the times stated, including for cup ties and replays the charges imposed shall be increased by 18% if the request is made in writing to the Chief Constable 7 days or less before the event.

8. In the case of Cup ties and replays, the Club will notify the Chief Constable (or his authorised representative) in writing of the date and time of kick off of each match at the earliest opportunity.
6. Any notification of the date of any replay of any cup or other match referred to in clause 7 and 8 will only be effective notification once the match is publicly announced as a fixture.
10. If the Chief Constable subsequently agrees that SPS should not be provided for any events set out in Schedule 4 or SPS are not requested for any additional events yet to be identified e.g. cup ties, there will be no police officers deployed within the ground whatsoever. The Chief Constable shall be under no obligation to the Club whatsoever to maintain sufficient availability or have any officers on standby.
11. The Chief Constable may, on occasions where SPS are not provided deploy officer(s) inside the ground for the purpose of intelligence gathering. The Club will not be charged for the deployment of these officer(s). Any officer deployed inside the ground in these circumstances will be under no obligation whatsoever to the Club to assume responsibility for any situation that may arise during the course of the match, irrespective of whether or not it would seem the most appropriate course of action.
12. Any calls for assistance to the police, subject of clauses 10 and 11, should be by telephone number '999' to the Force Control Centre or by the following number to the Communication/Operations Centre_____.
13. All reasonable steps will be taken by the Chief Constable to provide the level of deployment identified in Schedule 4 however, the Club accepts in instances of operational emergency that the Chief Constable or his representative may direct Officers to other duties without explanation and without incurring liability for any cancellation or amendment to match schedules.
14. The Club is reminded that it is solely responsible for public safety at the Stadium and that if they do not request SPS they should take all appropriate steps to ensure public safety and compliance with the Safety Certificate for the Stadium.

15. The Club hereby requests the Chief Constable to supply the SPS to the Club at the dates and time set out in Schedule 4 of this agreement and in accordance with the provisions of this agreement.

Signed for and on behalf of ANY City Football Club

Name_____

Position_____

Date_____

Signed for and on behalf of_____

Name_____

Position_____

Date_____

Anexo C — Parecer sobre utilização de potes de fumo



S.  R.
MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA
GUARDA NACIONAL REPUBLICANA
COMANDO TERRITORIAL DE LISBOA
DESTACAMENTO TERRITORIAL DE SINTRA

INFORMAÇÃO

Para os fins tidos por convenientes, serve a presente informação para dar conhecimento de que a Guarda Nacional Republicana, tem conhecimento da realização de uma ação simbólica e de apoio levada a cabo pela claque (Grupo Organizado de Adeptos – GOA) do Grupo Desportivo Estoril Praia no evento desportivo do próximo dia 09 de maio 2016 pelas 20h00 no Estádio António Coimbra da Mota a contar para a Liga NOS – 33ª jornada (Estoril Praia – Arouca).

A ação consiste na utilização de potes de fumo, previamente verificados por esta Guarda, sendo os mesmos utilizados no momento da entrada das equipas no relvado, não interferindo com o normal decorrer do evento desportivo nem colocando em causa a segurança do mesmo.

Informa-se ainda que a Guarda Nacional Republicana irá acompanhar de perto a ação acima descrita, desde o seu início até ao seu término, adotando todas as medidas necessárias para que não seja colocada em causa a segurança do evento desportivo e o seu normal desenvolvimento, não verificando assim nenhum tipo de constrangimento ou impedimento para a realização da mesma.

O Responsável pelo Policiamento

Comandante do Destacamento Territorial de Sintra

Bruno Vicente de Barros Cardoso Ribeiro
Capitão Infantaria

Anexo D — Alvará de licenças de atividade de prova desportiva na via pública e especial de ruído



MUNICÍPIO DE ALMADA
CÂMARA MUNICIPAL

ALVARÁ DE LICENÇAS DE ATIVIDADE DE PROVA DESPORTIVA NA VIA PÚBLICA E ESPECIAL DE RUÍDO

ALVARÁ Nº 23 / 2016

Ana de Lurdes Martins Coelho, Diretora do Departamento de Administração e Finanças, no uso das competências que lhe foram subdelegadas pelo Despacho nº 1/DMAG/2015, de 23 de junho de 2015, do Sr. Diretor Municipal de Administração Geral e Finanças, faz saber que, nos termos do Decreto Regulamentar nº 2-A/2005 de 24 de Março e do Regulamento Geral do Ruído – Dec. Lei nº 9/2007, de 17 de Janeiro (na redação atual), cumpridas que foram todas as formalidades legais, concede à **União de Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda**, com sede na Rua Marco Cabaço, 17, Charneca de Caparica, autorização para realização da prova desportiva “**2º Grande Prémio Clube Pedro Pessoa Escola de Atletismo**” no dia **17 de abril de 2016**, entre as **9h00 e as 13h00**.

O percurso autorizado para a prova de ciclismo terá início e fim na Pista de Atletismo da Sobreda com passagem pelas artérias seguintes: E. N. 10-1, E.N. 377, Tua de S. Macário, Rua do Botequim, Av. Elias Garcia, Rua Oliveira Feijão, Alameda Amália Rodrigues, Estrada Quinta da Carcereira e Rua General Humberto Delgado.

Durante a realização desta prova desportiva, a entidade organizadora terá que observar os seguintes condicionamentos e será responsável pelo seu cumprimento:

- Utilizar só uma fonte de ruído fixa instalada na meta;
- A potência máxima da fonte sonora utilizada não exceda os 150 watts;
- Utilizar apenas uma fonte de ruído móvel, instalada na viatura de apoio aos atletas;
- Requisitar as forças necessárias à Guarda Nacional Republicana para o conveniente acompanhamento e policiamento nas localidades de passagem e particularmente nos locais de partida e chegada, e ainda nos que mais frequentemente são procurados pelo público, de forma a melhor assegurar a segurança dos participantes e a fluidez/segurança do tráfego rodoviário, não condicionando o normal funcionamento dos transportes públicos e garantindo o acesso dos moradores às suas habitações;
- Não pintar nenhum símbolo ou marca nas estradas nacionais nem na sinalização existente, devendo os participantes ocupar apenas metade da faixa de rodagem de forma a não afetarem a normal circulação do trânsito;
- Evitar prejuízos às vias ou a terceiros, resultantes da realização da prova;
- Retirar, imediatamente após a passagem do último participante, todas as informações colocadas na via relacionadas com a realização da prova;
- Os concorrentes deverão cumprir escrupulosamente as normas em vigor relativas à circulação rodoviária, nomeadamente o Código da Estrada e sua Legislação Regulamentar;
- Cabe à entidade organizadora a responsabilidade por eventuais prejuízos causados a estrada ou terceiros, resultantes da realização da prova;
- Adotar as medidas necessárias de prevenção e redução dos potenciais incómodos provocados pelo evento;
- Notificar o Centro de Controlo de Tráfego da EP, através do n.º 212 879 521, ou do e-mail g.equipa.controlo.trafego@estradas.pt, até 48 horas antes do início do evento.

Este alvará não substitui outras licenças que sejam necessárias à atividade.

Por ser verdade e para constar mandei emitir a presente Licença, que por mim vai assinada e autenticada com o selo branco em uso nesta Câmara Municipal.

PAC/23/2016

Anexo E — Parecer da prova desportiva



AO EXMS. SENHOR

Presidente da União de Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda
Rua de Marco Cabaço 17,

2821-001 CHARNECA DA CAPARICA

E.A. 220150300
N.º. Registo 447520150300

S/Referência	S/Data	N/Referência	N/Data
Email	18-03-2016 16:57	1746/16	22/MAR/16
S/Processo		N/Processo	
		300.10.04	

ASSUNTO: PROVA DESPORTIVA - PARECER

Refª.

Satisfazendo o solicitado no documento em referência, informo V. Exª, do seguinte:

Evento – 2.º Grande Prémio de Atletismo Clube Pedro Pessoa Escola de Atletismo

Entidade organizadora – Clube Pedro Pessoa Escola de Atletismo

Data da realização – 17 de Abril de 2016, início às 09H30

Deverão ser observados os condicionalismos abaixo indicados:

1. O itinerário está em condições de ser aprovado.
2. Conveniente policiamento nas localidades de passagem, particularmente nos locais de partida e chegada, e ainda nos locais mais frequentemente procurados pelo público, devendo ser requisitadas as forças necessárias ao Comando do Posto Territorial da Charneca da Caparica, em regime de gratificado, sob pena de não poderem ser destacados, suficientes efectivos desta Guarda para acompanhamento da referida prova;
3. Não podem ser pintados quaisquer símbolos ou marcas nas estradas, ficando a cargo da entidade organizadora o pagamento de eventuais prejuízos causados;
4. Os concorrentes, participantes e demais intervenientes, deverão cumprir escrupulosamente as normas em vigor relativas à circulação rodoviária, nomeadamente o Código da Estrada e sua Legislação Regulamentar; sob pena de perante o não cumprimento das condições de segurança a prova poder ser interrompida ou cancelada.
5. As informações colocadas na via relacionadas com a realização da prova devem ser retiradas imediatamente após a passagem do último participante;
6. Pelo acima exposto é parecer desta entidade de que não há inconveniente para a realização da referida prova/manifestação desportiva, desde que sejam cumpridos todos os requisitos anteriormente mencionados;

O COMANDANTE DO DESTACAMENTO

Patricia Loureiro Almeida
Capitão



Processado por Computador

Anexo F — Percurso da prova principal (10km)

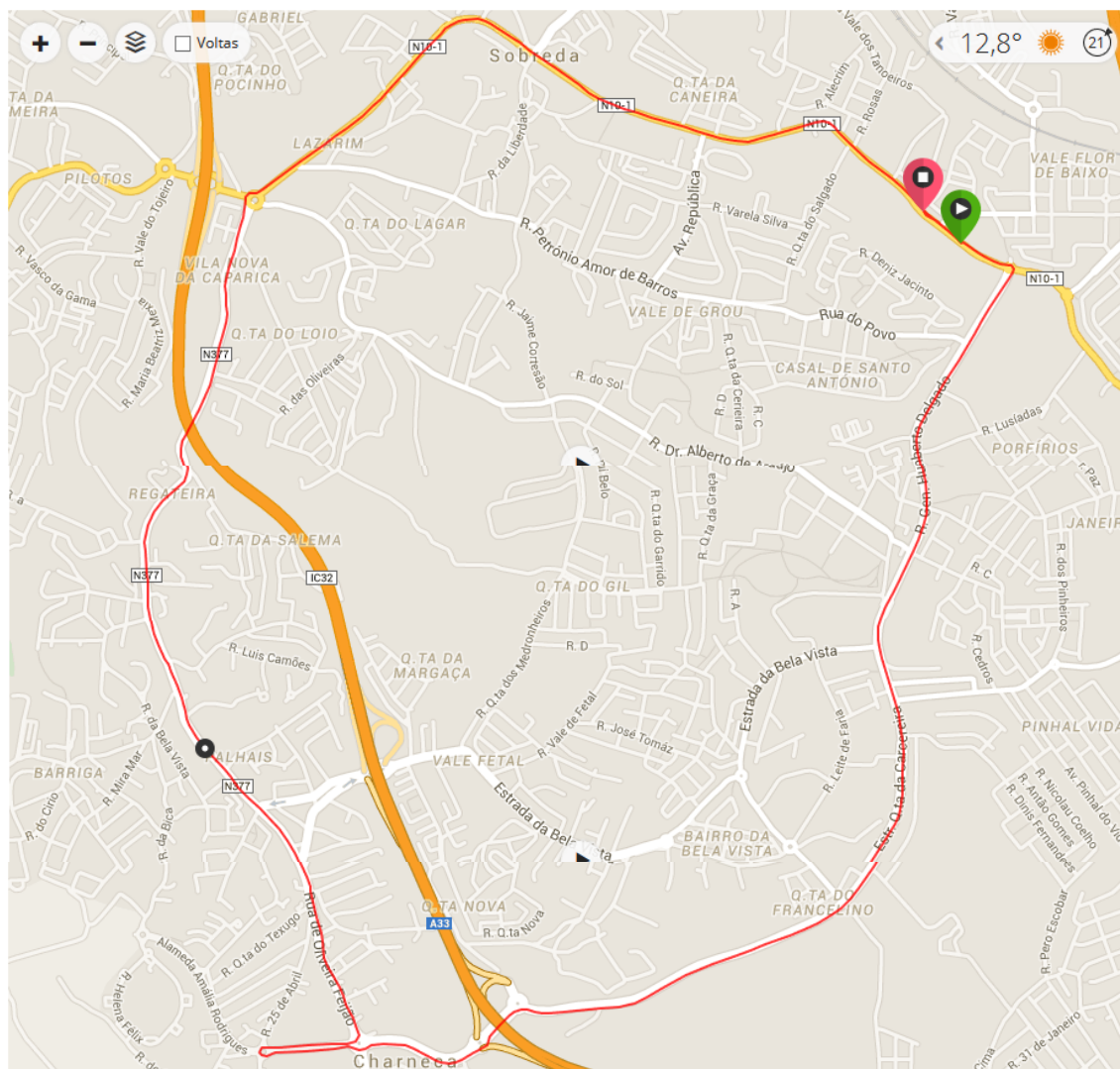


Figura n.º 4 — Percurso da prova principal (10km)